

UNIVERSIDADE DO VALE DO ITAJAÍ
LINA JULIANA TAVARES VIANA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPAÇO DESTINADO AO TURISMO CULTURAL:

Análise do sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí

Balneário Camboriú
2008

Livros Grátis

<http://www.livrosgratis.com.br>

Milhares de livros grátis para download.

LINA JULIANA TAVARES VIANA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPAÇO DESTINADO AO TURISMO CULTURAL:

Análise do sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí

Dissertação para a obtenção do título de Mestre em Turismo e Hotelaria do Programa de Pós-Graduação *Strictu sensu* do Mestrado Acadêmico em Turismo e Hotelaria, Universidade do Vale do Itajaí.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Antônio dos Anjos.

**Balneário Camboriú
2008**

LINA JULIANA TAVARES VIANA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA ESPAÇO DESTINADO AO TURISMO CULTURAL:

Análise do sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí

Esta Dissertação foi julgada adequada para obtenção do título de Mestre em Turismo e Hotelaria e aprovada pelo Programa de Pós-Graduação *Strictu sensu* em Turismo e Hotelaria da Universidade do Vale do Itajaí, Centro de Educação de Balneário Camboriú.

Balneário Camboriú, 13 de Agosto de 2008.

Prof. Dr. Francisco Antônio dos Anjos
Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Orientador

Prof^a. Dr^a. Josildete Pereira de Oliveira
Programa de Pós-Graduação em Turismo e Hotelaria da
Universidade do Vale do Itajaí – UNIVALI
Membro

Prof. Dr. Antonio Carlos Castrogiovanni
Programa de Pós-Graduação em Geografia da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Membro

Cada um que passa em nossa vida passa só, mas não vai só. Deixa um pouco de si, leva um pouco de nós. Há os que levam muito, mas não há os que não deixaram nada.

(Antonie de Saint-Exupéry)

AGRADECIMENTOS

A Deus pela presença e ajuda constantes em minha vida; ao meu pai Olinto de Melo Viana (*in memoriam*); à minha mãe Ieda Tavares de Melo Viana, por todo apoio, carinho e amor a mim dedicados e pela determinação, a qual me incentivou na busca por minhas conquistas ao longo destes anos; à Salete, pelo carinho e pela companhia; ao meu irmão Francisco e sua esposa Angelita; aos meus sobrinhos João Victor e Luís Felipe; e aos tios João e Ana, por compartilharem comigo os momentos desta jornada.

A Ricardo por todo incentivo, amor, apoio, compreensão e constante presença em minha vida, e especialmente, aos seus pais D. Vanda e Sr. Roosevelt.

Às amigas Alessandra e Maria Tane Santos dos Santos, que me acolheram e me apoiaram com muito amor e carinho em Balneário Camboriú.

Aos amigos que deixei e, apesar da distância, me incentivaram: Rohan e Gileno; às amigas que conquistei: Dora, Bernadete, Dóris, Giovana e; às amigas que sempre me acompanham: Sônia e Flávia.

A todos os funcionários da UNIVALI, em especial ao Everson, Melissa, Paulo e Márcia. Às professoras Regina Célia Linhares Hostins, pela amizade e dedicação nos seus ensinamentos e; Roselys Isabel Correa dos Santos (*in memoriam*), pela sua garra e pelo amor que dedicou à docência.

Aos colegas da turma do mestrado 2006: Olívia, Rafaela, Luiz, Lali, Daniela, Sandra, Elisiane, Lorena e Helber (*in memoriam*) e; da turma 2007 Fabiana, Aline, Felipe, Rudi e Edna por compartilharem as aflições, ansiedades e os resultados alcançados. A Eduardo, bolsista do PIPG, pelo auxílio com o desenvolvimento do material cartográfico e pela amizade.

Ao meu orientador, Francisco Antônio dos Anjos, pela dedicação e pelos ensinamentos que me auxiliaram no processo de evolução deste aprendizado.

RESUMO

Esta investigação permitiu analisar o sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí no Estado de Santa Catarina. O estudo foi norteado pela análise do processo de intervenção das Políticas Públicas, no patrimônio material, contido no núcleo urbano, proporcionando, assim, uma maior compreensão acerca da utilização do espaço destinado ao turismo cultural. A partir do resgate histórico, foi possível examinar como esses espaços vêm sendo trabalhados no planejamento turístico da cidade e como estão representados nas Políticas Públicas de proteção ao patrimônio cultural edificado. A pesquisa foi realizada em etapas investigativas, com coleta e análise de dados qualitativos. De acordo com seus objetivos, a pesquisa é considerada de natureza empírica, caráter descritivo, na forma de estudo de caso. O estudo realizado está fundamentado por teorias referentes ao turismo, às cidades, ao patrimônio, ao planejamento e às políticas públicas. A pesquisa buscou explorar, na concepção do turismo cultural, as várias possibilidades de relação entre o indivíduo e a cultura local como forma de conhecimento dos bens materiais produzidos pelo homem. Para que esses bens materiais sejam perpetuados, precisam ser preservados, pois o centro histórico é formado por um conjunto de bens que está ligado ao núcleo das cidades. As observações, a respeito desse contexto, resultam da reflexão sobre a gestão das políticas públicas de intervenção do patrimônio cultural nos centros históricos.

Palavras-chave: Turismo Cultural; Políticas Públicas; Planejamento Turístico; Formação das Cidades.

ABSTRACT

This investigation analyzes the cultural tourism system of the urban area of Itajaí, in the State of Santa Catarina. It focuses on the process of intervention of Public Policies in the material heritage located within the urban center, in order to promote a greater understanding of the use of the space designated for cultural tourism. Based on a historical retrospective, the way in which these spaces have been dealt with in the tourism planning of the town is examined, and the way they are represented in Public Policies aimed at protecting the built cultural heritage. The research was carried out in investigative stages, with collection and analysis of data, which were qualitative and empirical, according to the research objectives, and also descriptive, given that this investigation is in the form of a case study. The study carried out is based on theories relating to tourism, towns, heritage, planning and public policies. It sought to explore, within the concept of cultural tourism, various possibilities for interaction between the individual and the local culture, as a form of knowledge of the man-made heritage. If this heritage is to be perpetuated, it must be preserved, since the historical center comprises a series of assets which are linked to the town center. The observations made result in a reflection on the management of public policies for intervention in the cultural heritage in historical centers.

Key words: Cultural Tourism; Public Policies; Tourism Planning; Formation of Towns and Cities.

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

A & B	Alimentos e Bebidas
ABIH	Associação Brasileira da Indústria Hoteleira
AC	Ancoragem
AMFRI	Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí
Art.	Artigo
BR	Rodovia Federal
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
CELESC	Centrais Elétricas de Santa Catarina
Cia.	Companhia
CMPHI	Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Itajaí
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
CNTUR	Conselho Nacional de Turismo
DSC	Discurso do Sujeito Coletivo
ECh	Expressão-Chave
EF	Ensino Fundamental
EM	Ensino médio
EMBRATUR	Empresa Brasileira de Turismo
EPAGRI	Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina
EPE	Ensino Pré-Escolar
ES	Ensino Superior
FCC	Fundação Cultural Catarinense
FCI	Fundação Cultural de Itajaí
FGML	Fundação Genésio Miranda Lins
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IC	Idéia Central
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal
INFRAERO	Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária
IPHAN	Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
ISS	Imposto Sobre Serviço

MICT	Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo
MTur	Ministério do Turismo
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PDI	Plano Diretor de Itajaí
PDTMI	Plano de Desenvolvimento Turístico do Município de Itajaí
PIB	Produto Interno Bruto
PNMT	Programa Nacional de Municipalização do Turismo
PNT	Política Nacional de Turismo
PPA	Plano Plurianual de Ação
PPI	Plano Plurianual de Investimentos
PRODETUR	Programa de Desenvolvimento de Infra-estrutura Turística
PROECOTUR	Programa para o Desenvolvimento do Ecoturismo da Amazônia Legal
SANTUR	Santa Catarina Turismo S/A
SC	Santa Catarina
SNPTur	Secretaria Nacional de Políticas de Turismo
SPG	Secretaria de Estado do Planejamento
SDS	Secretaria de Desenvolvimento Social
SECTUR	Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú
SEP	Secretaria do Estado de Planejamento
SIDRA	Sistema IBGE de Recuperação Automática
SPHAN	Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
SPI	Secretaria de Planejamento de Itajaí
TERRI	Terminal Rodoviário Internacional de Itajaí
UH	Unidade Habitacional
UNESCO	<i>United Nations Educational Scientific and Cultural Organization</i> (Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura)
UNIVALI	Universidade do Vale do Itajaí

LISTA DE FIGURAS

Figura 1	Estrutura metodológica da pesquisa.....	18
Figura 2	Avaliação e atuação das Políticas Públicas.....	20
Figura 3	Estrutura teórica da pesquisa.....	21
Figura 4	Projeto de expansão de Barcelona por Ildefonso Cerdá.....	24
Figura 5	Estrutura funcional do turismo cultural.....	40
Figura 6	Configuração do turismo no Estado de Santa Catarina.....	66
Figura 7	Modelo Sistêmico de Política, Planejamento e Gestão de Territórios Turísticos.....	69
Figura 8	Modelo da compreensão do sistema turístico cultural.....	69
Figura 9	Localização do aglomerado urbano Itajaí/Navegantes – Balneário Camboriú/Camboriú.....	72
Figura 10	Sistema viário regional da foz do Rio Itajaí – Açú.....	74
Figura 11	Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento.....	76
Figura 12	Capela Santa Terezinha.....	77
Figura 13	Casa Lins.....	77
Figura 14	Casa Mello.....	77
Figura 15	Estação Ferroviária Engenheiro Vereza.....	78
Figura 16	Fábrica de Tecidos Renaux.....	78
Figura 17	Sociedade Sebastião Lucas.....	78
Figura 18	Antiga Fiscalização do Porto.....	79
Figura 19	Casa Almeida & Voigt.....	79
Figura 20	Casa Bauer e Cia.....	80
Figura 21	Hotel Rota do Mar (Antigo Hotel Brazil).....	80
Figura 22	Casa Burghardt.....	80
Figura 23	Casa Konder.....	81
Figura 24	Casa Malburg.....	81
Figura 25	Grupo Escolar Victor Meirelles.....	81
Figura 26	Igreja Imaculada Conceição.....	82
Figura 27	Mercado Público Municipal.....	82
Figura 28	Palácio Marcos Konder.....	82
Figura 29	Sesmaria concedida a Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond.....	86
Figura 30	Planta de localização do centro de Itajaí em 1887.....	88

Figura 31	Evolução urbana de Itajaí de 1940 a 1995.....	90
Figura 32	Linha do tempo dos tombamentos Municipais e Estaduais.....	101
Figura 33	Patrimônio Material Tombado em Itajaí.....	106
Figura 34	Bens materiais tombados pela FCC em Santa Catarina.....	111
Figura 35	Bens materiais tombados com uso destinado ao ócio e ao lazer.....	112
Figura 36	Bens materiais tombados destinados ao uso público.....	113
Figura 37	Bens materiais tombados, atualmente em processo de intervenção	114

LISTA DE TABELAS

Tabela 1	Sub-sistemas de Fluxos e Fixos do turismo cultural.....	70
Tabela 2	Acesso rodoviário, portuário e aéreo.....	73
Tabela 3	Oferta dos empreendimentos turísticos.....	75
Tabela 4	Dados da população e IDH do aglomerado urbano em 2000.....	83
Tabela 5	População residente de Itajaí por bairros.....	91
Tabela 6	Movimento Estimado de Turistas.....	92
Tabela 7	Taxa de ocupação da rede hoteleira e permanência média dos turistas.....	93
Tabela 8	Gasto médio diário estimado por turista em dólar.....	93
Tabela 9	Espaços culturais construídos.....	94

SUMÁRIO

RESUMO.....	5
ABSTRACT.....	6
LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS.....	7
LISTA DE FIGURAS.....	9
LISTA DE TABELAS.....	11
1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Apresentação.....	13
1.2 Objetivos.....	15
1.3 Metodologia.....	16
2 A FORMAÇÃO DAS CIDADES E DA INDÚSTRIA CULTURAL.....	22
2.1 Núcleo urbano, centro histórico ou casco antigo? Lugar da história e do patrimônio cultural das cidades.....	22
2.2 A valorização social a partir da preservação do patrimônio.....	32
3 A INDÚSTRIA CULTURAL E O DESPERTAR DO TURISMO.....	40
3.1 A percepção sistêmica do turismo e sua inter-relação com a cultura e o patrimônio.....	40
3.2 Mudanças econômicas e sociais herdadas do turismo.....	50
4 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A ÉTICA SOCIAL PARA TRABALHAR O PLANEJAMENTO TURÍSTICO.....	52
4.1 As relações entre Estado, sociedade e Políticas Públicas para fomentar a política do turismo.....	52
4.2 A evolução das políticas de turismo no Brasil.....	58
4.3 A política do turismo no Estado de Santa Catarina	64
5 A COMPREENSÃO DO SISTEMA TURÍSTICO CULTURAL DO AGLOMERADO URBANO DE ITAJAÍ.....	68
5.1 Análise do sub-sistema de Fluxos e Fixos do Turismo Cultural.....	68
5.2 Síntese da compreensão do sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí.....	94
6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO CULTURAL: SEGMENTAÇÃO OU DEMAGOGIA?.....	96
6.1 Análise do Discurso do Sujeito Coletivo: atuação do Poder Público nos tombos realizados no período 1998 – 2007.....	96
6.2 Análise da ação das Políticas Públicas.....	102
6.3 Análise da utilização dos bens materiais tombados: limites e oportunidades para segmentação do turismo cultural.....	108
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	116
REFERÊNCIAS.....	120
APÊNDICES.....	129

1 INTRODUÇÃO

1.1 Apresentação

O processo de deslocamento contínuo, tanto por fatores atrelados à procura de melhor qualidade de vida e trabalho nos centros urbanos, como na busca pelo lazer, decorrente da produção social, foi transformando as cidades, que vão se desenvolvendo para receber uma demanda de pessoas com interesses comuns. A transformação dos centros urbanos é constante e o espaço vai se tornando cada vez menor, sendo necessária a expansão, que algumas vezes não ocorre paralela a um planejamento adequado, resultando numa série de fatores que se refletem no espaço ocupado. O desenvolvimento acelerado das cidades, com o transcorrer dos anos, modifica o espaço e produz o surgimento desordenado de construções e ocupações, que, em alguns momentos, resultam em graves problemas para a população e para a organização social.

O desenvolvimento histórico e social de um povo é fundamental para estudar a formação das cidades, que ocorre através da organização do território e se molda pela necessidade da forma de utilização que lhe é dada. Isso se torna perceptível ao longo dos anos, pois o processo de modernização desses lugares apresenta-se como uma resposta aos interesses de uso das cidades, as quais são utilizadas, a princípio, como lugar transitório, e, depois, vão sendo modificadas para satisfazer as necessidades dos indivíduos que utilizam esses espaços.

A organização e o desenvolvimento das cidades foram fatores importantes para gerarem a busca pelo conhecimento e a compreensão de várias culturas. O patrimônio cultural das cidades intensifica ainda mais esse interesse por parte de pessoas, que querem adquirir conhecimento a partir das relações diretas com a história e a vida de outros povos. O turismo cultural é um meio de aproximar o visitante da cultura local, possibilitando um aprendizado dos valores culturais do visitante com a população autóctone e vice-versa.

Desse modo, a continuidade do processo de desenvolvimento dos centros urbanos apresenta tendências a modificações que transformam o contexto espacial das cidades. Esse ordenamento dos espaços pode ser observado em cidades espanholas, como Barcelona e Madri, que apresentam suas configurações a partir

dos moldes primitivos, de onde surgiram as cidades antigas que se expandiram de acordo com a necessidade do seu progresso. O desenvolvimento Pré-Industrial Espanhol apresenta ligações com as mudanças do modelo econômico, que resultou na transformação do modelo espacial das cidades, passando a existir, a partir desses fatores, a formação do núcleo urbano. Essa formatação dada ao núcleo das cidades pode ser denominada “casco antigo”.

No contexto do modelo espanhol, isso é evidenciado no processo histórico e social que desencadeou mudanças estruturais no conceito das cidades. Isso ilustra as reflexões que aguçam uma maior percepção de como é, de fato, delimitado e preservado o núcleo urbano das cidades brasileiras.

Para uma compreensão a respeito das modificações históricas e sociais, é fundamental entender os limites do núcleo urbano das cidades. A discussão apresenta-se fundamentada no contexto urbano de algumas cidades, como Londres, Barcelona e Paris, que precisaram passar pelo processo de organização do espaço urbano, a partir de mudanças na infra-estrutura urbano-social.

Essas mudanças tiveram início na Europa, quando de uma nova fase da revolução urbana causada pelo acelerado desenvolvimento das cidades e da necessidade de uma redistribuição territorial. Assim, os espaços públicos começaram a adquirir caráter de dupla finalidade, dando conta das múltiplas atividades urbanas e de articular um novo tipo de sociabilidade impulsionada pela burguesia.

Paralela a essa fase, surgiram novos meios de transportes, como os trens e navios, impulsionados pelo desenvolvimento das máquinas à vapor, que possibilitaram o deslocamento de pessoas curiosas em conhecer outras culturas e outros povos. O interesse de viajar passou a ser uma prática comum, configurando um novo fato social.

Conforme o número de pessoas em busca dessa prática foi aumentando, se percebeu a necessidade de adequação dos lugares para receber esses viajantes. Algumas cidades passaram, então, a configurar ambientes específicos, como hotéis, pousadas, restaurantes e espaços destinados ao lazer, dando suporte a pessoas que se deslocarem de suas residências para lugares antes inexplorados.

O turismo passou a ser permeado por uma estrutura que permitiu a uma determinada localidade, receber seus visitantes, os quais passaram a ser configurados como turistas. A permanência dos turistas agregou valor à economia

local, por gerar emprego e renda.

A tendência por conhecer novos lugares aumentou com o passar do tempo. O desenvolvimento dos meios de transportes facilitou o deslocamento do indivíduo. O fácil acesso aos lugares resultou no processo de massificação do turismo. Com a crescente demanda a lugares antes pouco explorados, surgia também a necessidade da proteção aos bens culturais locais, como forma de possibilitar a continuidade do processo de receber pessoas com interesse em conhecer diversas culturas.

É evidente que, ao salvaguardar os bens históricos e culturais, várias gerações terão a oportunidade de conhecer tanto a sua história e cultura, quanto a de outros povos. Para que possam permanecer no tempo, as estruturas dos bens patrimoniais necessitam de cuidados adequados.

A salvaguarda dos bens pertencentes à história de um povo deve ser permeada pela aplicação de políticas públicas preservacionistas. Entende-se que os bens culturais existentes em áreas históricas de uma localidade, quando passam a ser assegurados pela preservação e manutenção, possibilitam a segmentação do turismo cultural.

Em face do exposto, as perguntas de pesquisa relativas ao objeto estudado são:

- Como se caracteriza o sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí?
- Quais as formas de uso dos bens materiais cadastrados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Itajaí?
- Quais políticas públicas de intervenção do patrimônio são adotadas pelo Município de Itajaí, pelo Estado de Santa Catarina e pelo Governo Federal? Qual a aplicabilidade das políticas públicas adotadas no núcleo urbano de Itajaí?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo geral

Analisar as políticas públicas relacionadas à preservação cultural do núcleo urbano de Itajaí e as possibilidades de uso público para o turismo cultural.

1.2.2 Objetivos específicos

- Caracterizar o sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí;
- Mapear os bens materiais cadastrados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Itajaí e suas formas de uso;
- Analisar os posicionamentos e as intervenções do Conselho Municipal, permeados pelas Políticas Públicas do Estado de Santa Catarina e do Governo Federal em relação à preservação do patrimônio histórico, particularmente quanto a sua aplicabilidade no núcleo urbano de Itajaí.

1.3 Metodologia

A metodologia é uma forma global de se referir ao processo da pesquisa, que se estrutura a partir da base teórica, a coleta e análise dos dados (HUSSEY; COLLIS, 2006). Para atingir o objetivo proposto, a metodologia empregada neste estudo corresponde a uma pesquisa qualitativa básica.

A pesquisa qualitativa é um campo de investigação em si mesmo, consistindo num conjunto de práticas materiais e interpretativas que dão visibilidade a uma série de representações. Esse tipo de pesquisa possui uma multiplicidade de métodos, numa tentativa de assegurar a compreensão em profundidade do fenômeno em questão (DENZIN E LINCOLN, 2006).

O processo para investigação da pesquisa caracteriza-se por estudo descritivo, na configuração de estudo de caso, conceituado como uma “estratégia escolhida ao se examinar acontecimentos contemporâneos, mas quando não se pode manipular comportamentos relevantes” e também por apresentar capacidade de lidar com uma vasta variedade de evidências (YIN, 2002, p. 27).

A pesquisa, considerada qualitativa, é concebida pela representação de uma conjuntura teórica e estrutural dividida em três fases (figura 1). Para atingir os objetivos propostos, são realizadas pesquisas de base documental e de campo.

De acordo com os objetivos, a pesquisa é de natureza empírica. O seu caráter descritivo serve para aprofundar a investigação dos fatos e fenômenos da realidade estudada. Para tal, o estudo de caso auxilia na amarração dos dados analisados na abordagem (TRIVIÑOS, 1987; YIN, 2002).

Os registros bibliográficos, documentais e cartográficos, que evidenciam os fatos históricos e delimitam a área analisada, norteiam a coleta de dados sobre as políticas públicas de intervenção e preservação referentes ao caso estudado.

1.3.1 Procedimentos metodológicos

A pesquisa caracteriza-se como qualitativa, com delineamento bibliográfico, investigativo e descritivo, configurando o estudo de caso. Para lidar com uma variedade de evidências, as estratégias são permeadas pela questão principal desta investigação. A necessidade de compreender um dado fenômeno relacionando políticas públicas e preservação cultural, para um núcleo urbano, é uma forma de obter uma maior apreensão do desenvolvimento de um segmento turístico, que envolve o turismo cultural.

Para tal, a questão norteadora deste estudo busca uma identificação das relações envolvidas no processo através da aplicação dos dados coletados. A fim de caracterizar o núcleo urbano estudado, que contém espaços com potencial para uso do turismo cultural, a investigação se desenvolve mediante o levantamento dos bens materiais cadastrados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Itajaí.

Como forma de compreender a formação da cidade, a pesquisa apresenta-se com uma abordagem bibliográfica, documental e cartográfica, visando à caracterização das relações envolvidas no processo da formação sócio espacial.

Ao entendimento da aplicabilidade dos direitos legais que asseguram os bens culturais da população, a verificação se desenvolve a partir das políticas públicas de intervenção do patrimônio, adotadas pelo Município de Itajaí, pelo Estado de Santa Catarina e pelo Governo Federal.

Para assegurar a cientificidade desta pesquisa, torna-se imprescindível uma coleta de dados confiáveis, que possam representar a qualidade da investigação em análise, buscando apresentar resultados consistentes. Assim a metodologia que fundamenta esta pesquisa apresenta-se detalhada na figura 1.



Figura 1: Estrutura metodológica da pesquisa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2007)

Na primeira fase da pesquisa, os dados referentes aos bens históricos, cadastrados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Itajaí, são coletados por meio dos documentos e levantamentos, permeados por pesquisa de campo observatório com auxílio de uma planta-base.

Para caracterizar a formação sócio-espacial, são coletados dados por meio de pesquisas bibliográficas, documentais e cartográficas, analisados a partir da aplicação do conceito teórico de compreensão do sistema territorial turístico.

Na segunda fase, para entender os posicionamentos e as intervenções do Município, do Estado e do Governo Federal em relação às políticas públicas, são coletadas 40 atas de reuniões do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, realizadas entre os períodos de novembro de 1997 e junho de 2007, e leis estaduais e federais específicas para bens patrimoniais.

Na terceira fase, os instrumentos de análise dos dados coletados são

evidenciados por meio da observação direta, realizada na pesquisa de campo como ferramenta para dar suporte à pesquisa documental. A análise é realizada mediante a efetivação do mapeamento e da compreensão das formas de uso atualmente dadas a esses bens.

Para analisar os dados bibliográficos, documentais e cartográficos, é utilizada uma abordagem teórica e conceitual referente à compreensão do sistema territorial turístico, elucidada por Anjos et al. (2007, p. 25) como um “processo que busca compreender a dinâmica territorial turística considerando o sistema social dos residentes e dos visitantes”. Essa análise é ancorada por sub-sistemas de fluxos e fixos visando relacionar a estrutura espacial, ecológica, econômica e social do ambiente estudado.

A pesquisa documental, referente à legislação federal, estadual e municipal é estudada pelo método da Análise de Conteúdo, evidenciada por Franco (2005, p. 13) como mensagens que podem ser “[...] verbal (oral ou escrita), gestual, silenciosa, figurativa, documental ou diretamente provocada”. A emissão dessas mensagens, apresenta-se vinculada às condições contextuais, como situações econômicas e socioculturais que resultam em expressões verbais, trazendo consigo elementos compostos por cognição, afeição, valores e mutações históricas.

Para analisar as atas das reuniões, é utilizado o método de Análise dos Discursos do Sujeito Coletivo (DSCs), conceituado por Lefèvre e Lefèvre (2003, p. 16) como “uma forma destinada a fazer a coletividade *falar* diretamente”. A análise é realizada a partir de *Expressões-Chave* (E-Ch), que são trechos selecionados do material verbal que melhor descrevem o seu conteúdo; *Idéias Centrais* (ICs), como fórmulas sintéticas que descrevem o sentido presente no depoimento do material verbal e; as *Ancoragens* (ACs), que, assim como as ICs, são fórmulas sintéticas presentes no material verbal, porém que descrevem valores ideológicos.

Lefèvre e Lefèvre (2005, p. 22) diz que “os DSCs são a reunião das E-Ch presentes nos depoimentos, que têm ICs e/ou ACs de sentido semelhante ou complementar”. Essa estratégia discursiva permite uma melhor compreensão do discurso individual expressando uma referência coletiva, quando se fala em nome de um grupo ou pela coletividade.

A ancoragem utilizada no DSC resulta em indicadores como negligência, ação e conflitos de interesses, os quais servem para nortear a avaliação da atas de reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí. A atuação das

políticas públicas é observada a partir dos limites e oportunidades resultantes da ação, as quais são verificadas pelos indicadores de eficácia, eficiência e efetividade (figura 2).



Figura 2: Avaliação e atuação das Políticas Públicas

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2008)

1.3.2 Abordagem teórica da pesquisa

Para nortear a investigação, a figura 3 evidencia os autores utilizados e as abordagens que dão suporte à fundamentação teórica da pesquisa e às amarras conceituais que sustentam as teorias utilizadas.

Ao abordar o tema patrimônio cultural e cidade, são utilizados conceitos relacionados à indústria cultural, ao patrimônio e ao espaço urbano. O termo indústria cultural, empregado por Adorno (2004) é utilizado por apresentar conceitos relacionados à cultura e à economia. O autor faz uma crítica aos moldes de produção capitalista, dizendo que não há nada em comum com o uso da razão e da liberdade da arte.

Para compreender o patrimônio, é essencial utilizar os conceitos de Choay (1965; 2006). A autora relaciona história, memória e tempo, com fundamentos na teoria marxista; identificando uma crise entre a arquitetura e as cidades a partir da valorização do patrimônio.

Os conceitos de Lefebvre (1991; 1999) e Milton Santos (1997; 2004) são

utilizados para entender o espaço urbano. Lefebvre apresenta bases dos pensamentos hegeliano e marxista, para compreender as situações práticas e sociais dos problemas das cidades a partir dos processos que modificam seus conceitos; afirmando que as cidades não são mais exteriores umas às outras. A base marxista que fundamenta os conceitos de Santos relaciona estrutura, forma e função para analisar o movimento e as atividades sociais; afirmando que a sociedade evolui no tempo e no espaço, formando categorias indissociáveis e inseparáveis.

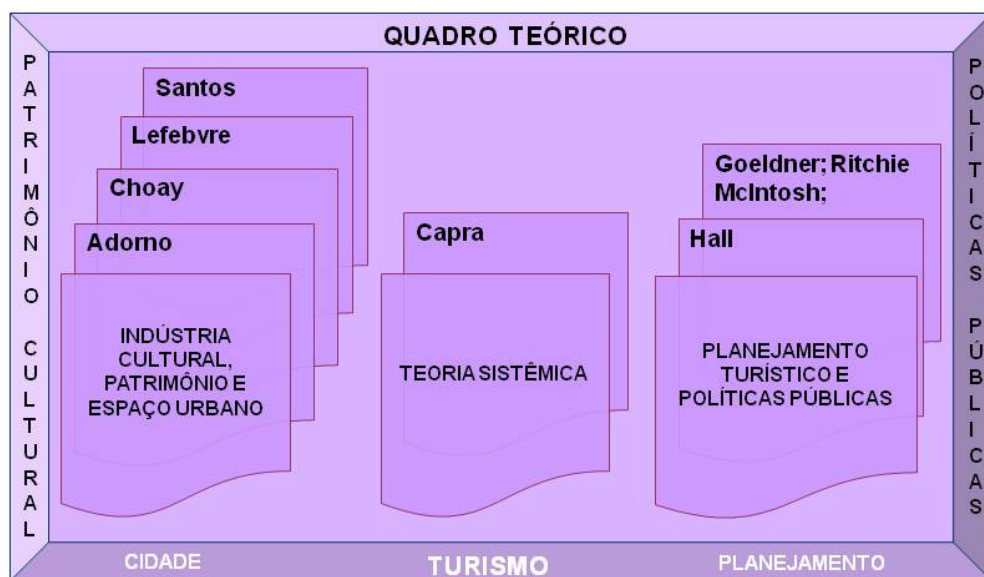


Figura 3: Estrutura teórica da pesquisa

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2007)

Ao abordar turismo e patrimônio cultural, a partir de uma perspectiva sistêmica, Capra (2002) auxiliou na compreensão dos impactos sociais resultantes do novo modelo da economia mundial. O autor se fundamenta na teoria sistêmica para abordar a insustentabilidade no mundo contemporâneo.

As Políticas Públicas e o Planejamento Turístico são compreendidos por Hall (2001), o qual identifica no sistema turístico a importância de valores e relações da sua complexidade, definindo problemas e meios de solucioná-los no turismo junto ao processo político e; por Goeldner, McIntosh e Ritchie (2002), por relacionarem os principais conceitos de turismo com políticas públicas infra-estrutura, planejamento, pesquisa e serviços, os quais identificam os resultados de um planejamento direcionado e estruturado, a partir da organização do setor turístico.

2 A FORMAÇÃO DAS CIDADES E DA INDÚSTRIA CULTURAL

2.1 Núcleo urbano, centro histórico ou casco antigo? Lugar da história e do patrimônio cultural das cidades

Ao explicar a concepção da sociedade na formação das cidades que evoluem e se organizam ao longo dos anos, faz-se necessário uma fundamentação na constituição e nas funções que são dadas às cidades. Definidas e estruturadas, a partir de acontecimentos históricos e sociais, as cidades passam a ser vistas não apenas como lugares de moradia, mas também como espaços onde podem ser desenvolvidas outras atividades.

A concepção inicial de uma sociedade surge com a formação de várias casas, ou de um conjunto de casas, passando a se chamar aldeia, assemelhando-se perfeitamente a primeira sociedade natural¹. Quando essa sociedade organiza-se, com o objetivo de manter a posse e a proteção dos recursos naturais necessários (solo, água e alimentos), ela se transforma em Estado (ARISTÓTELES, 2002; SAQUET, 2007).

Com a organização social para defesa do solo, o Estado passa a ser compreendido por Estado-Nação. Estado e território têm limites e fronteiras maleáveis. Quando o território compreende o lugar para efetivação da vida humana e passa a ser fundamental ao seu povo, permanece sob domínio do Estado. O governo é o exercício do poder supremo do Estado, esse poder pode estar ou não nas mãos de uma minoria. Quando não se busca o interesse próprio, o governo é justo, pois os interesses do Estado devem ser comuns a todos (ARISTÓTELES, 2002; SAQUET, 2007).

As cidades apresentam em sua estrutura a sociedade. Todo Estado é uma sociedade e todas as sociedades têm como meta alguma vantagem, e aquela que é a principal e contém em si todas as outras propõe-se à maior vantagem possível, podendo, assim, ser chamado Estado ou Sociedade Política. Essa sociedade que se formou da reunião de várias aldeias, constituindo a cidade, aparece organizada não

¹ Compreendida pelo filósofo grego Aristóteles como a família que se forma da dupla reunião do homem e da mulher, do senhor e do escravo (ARISTÓTELES, 2002, p. 3).

apenas para conservar a existência, como também para buscar o bem-estar (ARISTÓTELES, 2002).

A formação e o desenvolvimento das cidades estão relacionados a um contexto maior, sendo não apenas como um lugar para se viver, mas também como um espaço onde há interação social. A utilização desse espaço, de uma forma mais apropriada pela sociedade, faz surgir algumas modificações que vão se ajustando de acordo com as necessidades.

Esses fatores são claramente observados em algumas cidades européias, como Londres e Paris, que passam a ser o abrigo para a classe média urbanizada, a qual disponibilizava de tempo livre e ócio para consumo, fazendo aumentar as zonas comerciais no fim do século XIX. A evolução dos meios de transportes, também, facilitou o acesso a pessoas nas cidades.

O aumento populacional das cidades exigiu mudanças no espaço social, que precisou adequar infra-estrutura e urbanização para receber novas formas e funções mais apropriadas para atender um maior contingente populacional.

A formalização dos espaços públicos e privados e as diversas funções dadas ao uso coletivo pelos conceitos urbanísticos, significaram um avanço nas cidades e transformações nos espaços urbanos, ainda no século XIX. Tais elementos foram fundamentais para tornar perceptível a necessidade de uma série de planos, projetos e novos enfoques que precisariam ser dados à cidade moderna.

Ao perceberem que as cidades necessitavam de melhorias, as quais resultariam em alterações nas condições de vida da sociedade, surgiu uma reação atrelada à cidade industrial pelos socialistas utópicos. Entre os anos de 1853 e 1869, o governador de Paris, Georges Eugène Haussmann, aprovou o Plano Geral de Ordenação Urbana. A reforma tinha por objetivo estruturar a cidade a partir da reorganização do sistema viário, adequando a infra-estrutura e criando parques e praças públicas. A reforma foi um exemplo de urbanização moderna em Paris, e esse modelo foi utilizado em outras cidades da Europa e do mundo (LLANOS, 2005).

Na Espanha, várias cidades possuíam muralhas por questões defensivas e como forma de separar os monarcas dos camponeses. Com a industrialização e a evolução das estratégias militares, devido ao aparecimento de novas armas, as muralhas tornaram-se pouco úteis. Não havia mais a necessidade de impor limites a cidade e, a pouca utilidade das muralhas tornaram-se mais visível com o forte crescimento econômico e cultural da Catalunha (LAMAS, 2004).

Ao esclarecer tal questão, Lamas (2004, p. 216) afirma que “[...] as necessidades de consumo de solo pela industrialização e o aumento demográfico da cidade invade o campo e se alastra para fora das muralhas e fortificações”. Em meados do século XIX, a cidade torna-se mais concentrada, sendo necessário alargar o seu limite e organizar suas novas estruturas econômicas, demográficas e sociais. O Rei encarrega o arquiteto Ildefonso Cerdá para executar o Plano de Expansão - *El ensanche* - de Barcelona. Aprovado em 1859, o Plano de Cerdá (figura 4) expande a cidade de Barcelona, destruindo as muralhas que antes envolviam o núcleo medieval e preservando o “casco antigo” da cidade. A partir das muralhas, são construídas avenidas e novos bairros. A cidade estende-se e fragmenta-se pelo território e a periferia cresce como cintura habitacional e industrial.

Dessa expansão preservou-se o “casco antigo”, como forma de manter a história e o patrimônio cultural da cidade. A importância de valorizar a cidade antiga pode ser entendida como um meio de ampliar o conceito de patrimônio cultural, arquitetônico e urbanístico. Associando o conceito de casco antigo ao desenvolvimento pré-industrial, vê-se que a mudança do modelo econômico provocou transformações no modelo espacial, pois o surgimento das indústrias resultou no aumento de pessoas que migravam para as cidades.

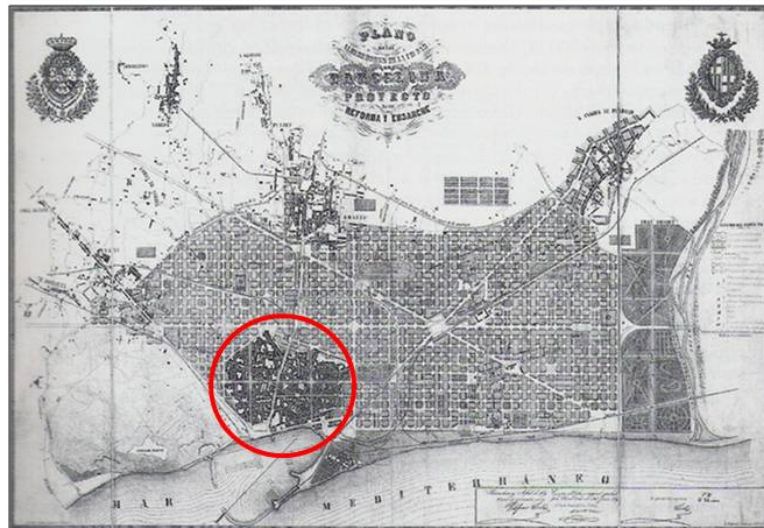


Figura 4: Projeto de expansão de Barcelona por Ildefonso Cerdá

Fonte: Llanos (2005, p. 9)

O centro histórico de Madri é considerado por Vinuesa (2004, p. 3) como um “conjunto histórico monumental limitado ao perímetro da cidade medieval”. Com as mudanças econômicas do século XIX e as transformações na cidade, foi preciso

mudar também os estilos e traçados urbanísticos nas construções posteriores ao núcleo da cidade, as quais passaram a ser consideradas como parte do centro histórico em meados do século XIX².

Em Portugal, o crescimento de Lisboa vai acontecer também no século XIX, porém, mais tardiamente das outras capitais européias. A organização do crescimento de cidades como Paris e Barcelona, por meio de planos de desenvolvimento, vai influenciar Lisboa na busca pela formação de uma imagem moderna e adequada à organização do seu crescimento, aliado ao interesse de criar novas áreas residências, direcionadas aos investimentos imobiliários.

Essa necessidade deu origem a novos planos que se caracterizaram com o engenheiro Frederico Ressano Garcia ao iniciar, em 1888, a expansão de Lisboa; direcionando sua organização para a expansão sem alterar seu “casco antigo”, como ocorreu em Paris (LAMAS, 2004).

As considerações fazem refletir a delimitação da área do núcleo urbano ou “casco antigo” das cidades brasileiras como forma de ser observado a partir de uma totalidade, que deve ser trabalhada pelas Políticas Públicas de intervenção do patrimônio conforme um conjunto a ser preservado. Ao assegurar uma área que envolve o conjunto do patrimônio histórico e cultural fica evidenciado, no planejamento turístico para uma cidade, um direcionamento que envolva o turismo cultural.

Se a delimitação e a preservação do núcleo urbano, em cidades como Madri e Barcelona, serviu como referencial para o desenvolvimento de Políticas Públicas de preservação do Patrimônio Cultural dessas cidades, pode-se indagar como é delimitada a área do núcleo urbano das cidades brasileiras pelas políticas públicas preservacionistas.

No núcleo urbano ou “casco antigo” das cidades brasileiras, uma possível intervenção coletiva (da área) é sobreposta pela intervenção individual (dos bens edificados). As Políticas Públicas de intervenção do patrimônio, quando trabalhadas pela preservação do coletivo, asseguram uma área que envolve um conjunto de bens históricos e culturais, evidenciando-se assim a importância do planejamento para a cidade, o turismo e a cultura local.

² O conceito de centro histórico nesse contexto não deve ser confundido com o conceito tradicional de centro histórico para o urbanismo. Cada caso tem sentido próprio na sua utilização, porque do contrário torna-se difícil entender as dinâmicas que se pretendem atingir (VINUESA, 2004, p. 4).

Apesar de o Brasil ser um país ainda jovem, comparado à Espanha, as políticas preservacionistas que darão suporte ao patrimônio brasileiro, são discutidas a princípio apenas em 1934. O governo inicia o processo para proteger os monumentos históricos e as obras de arte tradicionais do país, no ano de 1937, pela Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (atual IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional).

Ao abordar o assunto a respeito dessa informação, Barbosa (2001, p. 78) afirma que “[...] com a aprovação de uma nova Carta Constitucional em 1937, ficou claro que caberia aos Estados e aos Municípios a proteção dos objetos de interesse histórico e do patrimônio artístico do país”. Apesar da existência da legislação, o poder público a princípio não aplicou as leis na proteção do patrimônio.

Decorrente da abordagem desses fatos, a identificação do núcleo urbano da cidade, o espaço destinado para uso do turismo cultural, deve enfatizar também uma área, onde a cidade apresenta seus primeiros indícios de povoamento e que a partir de seu desenvolvimento começa a se expandir, dando início ao processo de urbanização. Com a expansão da cidade, o núcleo perde a referência, devido ao surgimento de outras edificações que vão acompanhar o desenvolvimento urbano e as modificações sociais.

Diante do exposto, a realidade pode ser vista no Brasil pela identificação do núcleo urbano da cidade de Itajaí, que foi concebida mediante uma investigação de caráter histórico desenvolvida por Peluso Júnior (1991) sobre a organização espacial catarinense, com destaque para as cidades fundadas por descendentes de portugueses.

A característica principal dessas cidades guarda relações com os centros urbanos de origem portuguesa e apresenta uma organização, em geral semelhante, constituída por blocos irregulares nas imediações da igreja e da praça³. Esse estilo de póvoa era transmitido pela coroa portuguesa, quando as instalações das freguesias no litoral catarinense não previam o surgimento de novas formas de organização do espaço, promovidas por mudanças do contexto social (PELUSO JÚNIOR, 1991).

³ Os planos urbanos estudados por Peluso Júnior enfatizam a organização espacial catarinense, não fazendo referência a Itajaí, incluindo as cidades de Florianópolis e Lages, fundadas por descendentes de portugueses. O autor enfatiza que de um modo geral o caráter principal desses planos eram “respeitar a proeminência da igreja com a sua presença” (1991, p. 381).

A área central da Vila do Santíssimo Sacramento de Itajaí pode ser considerada o “casco antigo”⁴ da cidade, por ser o local onde houve os primeiros indícios de povoamento e a partir deste ponto é que a cidade tende a se expandir. Apesar de terem existido vestígios de outras póvoas, a organização da cidade se dá a partir do ordenamento do centro urbano (CRUZ, 2002a; MOREIRA, 1995).

Ao comparar a cidade a um organismo vivo, por estar em contínua modificação, Lamas (2004, p. 111) diz que para se falar da formação urbana é preciso antes fazer a relação com um momento preciso, pois “a morfologia urbana engloba o estudo das cidades no tempo”. Essa mesma comparação também é feita por Choay (1965, p. 282) ao dizer que “a cidade é um ser sempre vivo, cujo passado temos de estudar para poder discernir seu grau de evolução”.

A cidade é conceituada por Lamas (2004, p. 64) como um “[...] meio geográfico e social formado por um conjunto de construções, cujos habitantes trabalham em maioria no seu interior [...]”. As transformações no decorrer dos tempos modificam a formação estrutural das cidades, o que filosoficamente representa a estrutura social para Aristóteles (2002), num contexto mais atual, urbanisticamente, é visto como um meio geográfico e social por Lamas (2004), porém a visão antropológica, filosófica e social de Lefebvre (1991) traduz as cidades como centros de vida social e política onde se acumulam riquezas e conhecimentos.

Essas transformações emergem em decorrência da passagem do pré-capitalismo para o capitalismo. Com o surgimento da industrialização, o capitalismo aparece concorrencial com a burguesia industrial, firmando uma realidade de poder nas cidades. O urbanismo passa a existir como forma de idealizar técnicas que vão auxiliar nas demandas oriundas dessa crise, emergente, fazendo surgir novos aspectos dessa realidade urbana (LEFEBVRE, 1991).

A urbanização é uma característica da sociedade moderna, como as cidades preexistem à industrialização, sabe-se que as criações e as obras da vida urbana são de épocas posteriores a esse fenômeno. Lefebvre (1991, p. 4) compara a cidade a uma obra, ao afirmar que “[...] suas artes e monumentos contrastam com a orientação do dinheiro, na direção do comércio, das trocas e dos produtos⁵”.

⁴ Antigo espaço geográfico, sobre o qual se consolidou a cidade primitiva, assim descreve Rodriguez Jaume em sua tese sobre modelos sociodemográficos (2000).

⁵ Esses produtos são visto por Lefebvre pelo valor de troca, sendo a obra o valor de uso que é dado; as cidades nos consumos de ruas, praças, edifícios e monumentos, esse tipo de consumo improdutivo não tem outra vantagem, apenas prazer e prestígio, das riquezas em objetos e dinheiro.

Contextualizando a separação entre a cidade e o campo, Lefebvre (1991, p. 28) aborda o início das primeiras divisões do trabalho como “uma divisão social, que corresponde à separação entre o trabalho material e o trabalho intelectual”, quando o trabalho intelectual é incumbido pela divisão da totalidade social, teoria e prática se dissolvem dando lugar a ações sobre os grupos humanos.

Essa relação entre cidade e sociedade sempre existiu; a cidade se modifica juntamente com a sociedade no seu conjunto, embora dependente das relações diretas entre as pessoas e grupos sociais, ela mantém as relações de produção e propriedade como um local de reprodução.

As cidades vão moldando seu contexto social, a partir de fatores sociais, desenvolvidos por expressões que dão autenticidade ao lugar. À medida que as necessidades surgem, as mudanças sociais nas cidades ficam mais evidentes. Isso é observado em cidades que se transformam em decorrência da implantação de indústrias, dada a necessidade de abrigar um maior contingente populacional oriundo das zonas rurais, que migram para as cidades em busca de trabalho (LEFEBVRE, 1991).

A transformação do urbanismo pode ser explicada pela evolução da sociedade industrial nos países capitalistas. Mas o que define a forma das cidades são as distribuições dos seus elementos primários, estruturantes: o macrosistema de arruamentos e os bairros; as zonas habitacionais, centrais ou produtivas, que se articulam em si e com o suporte geográfico. Essa forma estrutura-se “[...] através da articulação de diferentes formas à dimensão urbana, diferentes bairros ligados entre si” (LAMAS, 2004, p. 74). Assim, os subúrbios surgem para dar suporte a esse contingente, idealizado pela conciliação entre campo e cidade (CHOAY, 1965).

Choay (1965) direciona uma abordagem sobre as grandes cidades industriais contemporâneas por meio da reflexão de pensadores como Marx e Engels, pois para estes estudiosos a cidade tem o privilégio de ser o lugar da história, onde a burguesia se desenvolveu, surgindo o proletariado industrial, ao qual vai caber a tarefa de executar a revolução socialista.

A Revolução Industrial causou uma abertura na relação dos modelos tradicionais de produção. Quaisquer que tenham sido as datas, que variam de acordo com cada país, a industrialização causou uma ruptura temporal, observada por uma linha intransponível entre um antes, em que se encontra o monumento histórico isolado, e um depois, com o qual se inicia a modernidade (CHOAY, 2006).

A nova realidade faz aflorar na sociedade o interesse em conhecer e experimentar, através do ter, os bens oferecidos pelo mercado. Esse consumo vai fortalecer cada vez mais essa nova condição do modelo de produção industrial. O novo padrão de consumo fortalece sua estrutura à medida que consolida suas bases com o auxílio da sociedade, que vai se tornando mais participativa ao adequar-se a esse novo estilo de consumo.

Dadas essas condições, a cidade capitalista - resultante da modernidade - cria um centro de consumo, onde a circulação de mercadorias comerciáveis se intensifica e esses centros vão atrair os comércios raros, produtos e gêneros de luxo. Nesses lugares, o consumidor também consome o espaço, os objetos das lojas, ou seja, um lugar de encontro a partir de um aglomerado de coisas, visando atrair pessoas (LEFEBVRE, 1991).

Os centros de consumo podem ser vistos como um meio facilitador da circulação dos produtos oferecidos, como forma de atrair os consumidores que vão possibilitar, desse modo, à circulação do capital, gerando a necessidade de continuidade no processo de produção dos bens oferecidos. A partir dessa condição, a sociedade de consumo também vai demonstrar interesses ao direcionamento a outros centros, como as cidades de luxo e os lugares de férias, destinados em especial ao descanso e lazer.

O lazer está ligado às necessidades do indivíduo que busca alternativas para desfrutar do espaço em que ele vive. Essa percepção faz surgir a indústria cultural ⁶, criada com finalidade de sustentar uma economia em torno do ócio. O fato também evidencia o que foi estabelecido para os empregados como tempo livre, também compreendido por lazer, pois isso deixa claro que o lazer foi pensado como uma das várias maneiras em que o trabalhador vai gastar o que foi acumulado com o seu trabalho (ADORNO E HORKHEIMER, 1985; ADORNO, 2004).

O ideário que se tem a respeito do tempo livre é entendido como um benefício para todos os indivíduos de um grupo, que venha a gerar um aprendizado comum a todos. Tal aprendizado pode ser entendido por ler, criar, desenvolver ou integrar vários outros aspectos ligados a formas de cultivar a produção intelectual. Porém, diante dos moldes capitalistas, essa produção torna-se um meio de desenvolver

⁶ Termo utilizado para se referir à herança civilizatória da democracia, a qual transformou diversão e arte em consumo. A padronização social da arte surgiu a partir da produção do lazer pela indústria, como forma de atingir as massas através dos meios de comunicação (ADORNO E HORKHEIMER, 1985).

funções lucrativas que vão gerar vários outros sistemas de interesses econômicos. Assim, a indústria cultural finca suas bases e estabelece padrões que vão provocar em outros momentos separações entre as classes sociais.

A idéia de trabalhar e acumular para gastar com o tempo livre mostra que o tempo livre, de certo modo, é uma forma de lucro estabelecida pelo sistema capitalista. Para Adorno (2004), o tempo livre observado a partir dos moldes capitalistas torna-se uma extensão do trabalho, por gerar uma condição organizada em função da lucratividade.

Essas evidências tornam mais óbvias as mudanças na cidade material que foi convertida em objeto de conhecimento histórico, motivada pela transformação do espaço urbano que surgiu a partir da revolução industrial. A cidade antiga passa a ser objeto de investigação estudada por arquitetos e engenheiros, quer tenha sido para destruir ou preservar os conjuntos urbanos antigos. Desse modo, as formações antigas adquiriram sua identidade conceitual. Assim, percebe-se que a tendência de reunir os elementos culturais já estava ligada à produção industrial e comercial da cultura. (LEFEBVRE, 1991; CHOAY, 2006).

Esse “culto ao patrimônio” iniciou-se na década de 1960, na França, com o reforço da Política Cultural do Estado, elucidado por Choay (2006, p. 207) como:

A mundialização dos valores e das referências ocidentais, contribuiu para a expansão ecumênica das práticas patrimoniais. Essa expansão pode ser simbolizada pela Convenção relativa à proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, adotada em 1972 pela Assembléia Geral da UNESCO.

A vontade moderna de erradicar as diferenças, aliada ao desenvolvimento da sociedade do lazer e do turismo cultural – de massa – origina a expansão do público aos monumentos históricos. O Estado francês, sendo o primeiro a explorar esse conjunto de fatores, começou a promover e controlar os ritos de um culto oficial do patrimônio histórico, que se tornou parte integrante do culto à cultura⁷. A palavra “cultura” difundida nesse contexto, a partir de 1960, faz surgir a criação de um ministério para assuntos culturais, na França, que, posteriormente, passou a se tornar o Ministério da Cultura (CHOAY, 2006).

⁷ Esse termo logo após a Segunda Guerra, ainda tinha um uso discreto na língua francesa, que antes preferia integrá-lo em sintagmas (cultura letrada, cultura geral) a utilizá-lo em seu sentido filosófico, definido e depois muito explorado para fins políticos pelo pensamento alemão Choay (2006).

Com o passar dos anos, o sentido dado à palavra cultura foi modificando sua base estrutural. Na antiguidade, o uso da palavra denotava o cultivo de animais, cereais e plantações. No século XVI, o sentido recebeu forma metafórica ao cultivo da mente humana. No final do século XVIII, passou a adquirir um novo sentido, quando os alemães adotaram dos franceses a palavra para denominar o modo de vida particular de um povo. Porém, no século XIX, com o desenvolvimento da disciplina da antropologia, a palavra passa a designar modos de vidas específicos (CAPRA, 2002).

A compreensão da palavra cultura, vista através de uma perspectiva direcionada à mente humana, vai apresentar as várias formas de cultivo dados à mente. Dentre elas, podem ser elucidadas produções ou interpretações de saberes, quer seja pela interpretação do próprio modo de vida, como do modo de vida de outros povos. Essas interpretações podem ser representadas pela leitura ou pela produção de uma arte, ou seja, essas várias possibilidades de continuidade dada a ações benéficas ao indivíduo são desenvolvidas como forma de gerar algum aprendizado.

Sabe-se que a cultura vai se diversificando e, o seu caráter de realização pessoal, torna-se empresa e logo indústria. A valorização do patrimônio remete a valores, contendo a noção de mais-valia de interesse, de encanto, de beleza e da capacidade de atrair, dando conotações econômicas. A valorização social do patrimônio está diretamente ligada a interesses imobiliários e turísticos. A indústria patrimonial oferece centros e bairros antigos como produtos para o consumo cultural. Os produtos de consumo cultural são destinados a fins econômicos, que se beneficiam simbolicamente do seu *status* histórico e patrimonial (CHOAY, 2006).

Ao afirmar que o patrimônio é valorizado e explorado pela indústria patrimonial, Choay (2006, p. 225) diz que “[...] práticas com vocação pedagógica e democrática e não lucrativa, foi lançada inicialmente a fundo perdido, na perspectiva e na hipótese do desenvolvimento e do turismo”. Atualmente, essas práticas representam, de forma direta e indireta, um aumento gradativo no orçamento da renda das nações, sendo considerada como a sobrevivência e o futuro econômico de alguns estados, regiões e municípios. O turismo vai surgir como um meio de sustentar essa inversão dos valores culturais. O tempo livre abre espaço para desenvolver atividades ligadas a ele e a indústria cultural.

As transformações históricas ao longo dos anos, modificaram as formas das cidades e a vida das sociedades. O capitalismo rentabilizou o lazer e a cultura dos povos. A necessidade excessiva do consumo dos lugares aumenta a cada dia, fazendo emergir novas situações, as quais serão adequadas pelo turismo, porém, a essa “adequação” deverá estar incluso um Planejamento Turístico, como forma de trabalhar a sustentabilidade e as políticas públicas locais, que vão nortear a organização dos espaços destinados ao turismo.

Em alguns momentos, a falta de planejamento em espaços destinados ao turismo cultural afirma a limitada percepção a respeito dos valores históricos e culturais do destino. Geralmente, as políticas públicas devem trabalhar para o fortalecimento e a manutenção do patrimônio, definindo estratégias junto ao planejamento turístico, como forma de apoiar as culturas locais e evidenciar a oferta do destino.

2.2 A valorização social a partir da preservação do patrimônio

A origem da palavra patrimônio é discutida por diversos autores. Choay (2006, p. 11) apresenta a palavra como sendo de “origem ligada às estruturas familiares econômicas e jurídicas de uma sociedade estável, enraizada no espaço e no tempo”. Barbosa (2001, p. 67-68) discute a origem da palavra como “originada do latim *patrimoniū*, encontrando-se associada à idéia de herança paterna, ou bens de família”.

O Patrimônio Histórico e Cultural está ligado ao desenvolvimento da história e da herança cultural de um povo, de uma nação que busca sua auto-afirmação num contexto antropológico e social, nas raízes do desenvolvimento de uma sociedade em construção.

A expressão Patrimônio Histórico é apresentada por Choay (2006) como sendo um bem destinado ao uso de uma comunidade, que se constituiu pela acumulação consecutiva de uma diversidade de objetos consagrados pelo passado gerando história e significado de valores. Os significados de valores aparecem representados por ações constantes e vivenciadas através de costumes, que se transfiguram nas ações humanas materiais e imateriais, podendo ser originada também do sentimento de valor aos costumes e às crenças de um povo.

Embora que para Gonçalves (2002, p. 28) o povo representado pelo governo,

estado ou pátria, apresenta-se “formado por eventos e personagens históricos que formam idéias e valores que vêm a se configurar em nação”, sua idéia principal está diretamente ligada à “objetificação cultural”. Gonçalves (2002, p. 15), ao analisar as idéias de Handler⁸ baseado num conceito de cultura, apresenta a objetificação como sendo a “materialização imaginária das realidades humanas”. Essas realidades podem ser apresentadas por valores humanos, como idéias, ações e desejos, configurando-se em cultura, também podendo ser traduzido no sentido de nação.

Vários estudos abordam o significado do Patrimônio não apenas para a nação, no sentido histórico e cultural, mas, também, no sentido filosófico da significância das situações que traduzem o desejo da aquisição e demonstração de objetos diretamente ligados a acontecimentos históricos.

Ao estudar Stewart (1984)⁹, que se refere ao Patrimônio como um “objeto de desejo”¹⁰, Gonçalves (2002, p. 25) explica que a eternalização do objeto se torna cada vez mais latente na sua ocupação no tempo e no espaço. Assim, ao se referir a “significância como a presença e do significado como a ausência do desejo, de eternizar objetos ou fatos que constituem a história”, percebe-se o envolvimento do Patrimônio com a nação. Os monumentos patrimoniais erguidos ou deixados por situações algumas vezes inerentes à conjuntura estabelecida, marcam o tempo e o espaço de um acontecimento pré-estabelecido.

Dados os fatos ocorridos em detrimento de várias situações, a UNESCO, realizou, em Paris (1972), uma conferência geral, na qual definiu e especificou o Patrimônio Cultural em nível internacional a partir de *Monumentos*, *Conjuntos* e *Lugares*, com valor universal e excepcional para a história, as artes, a ciência, a estética, a etnologia e a antropologia (PELLEGRINI FILHO, 1992, p. 95).

Os *Monumentos* apresentam-se como obras arquitetônicas (escultura ou pintura monumentais), elementos (estruturas de caráter arqueológico) ou grupos de elementos; os *Conjuntos* são grupos de construções, ilhadas ou reunidas; os *Lugares* são apresentados como obras do homem ou obras conjuntas do homem e da natureza, como lugares (sítios arqueológicos).

⁸ Handler, Richard e Linnekin, Jocelyn na obra *On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objetification in Quebec*, abordam o tema objetificação cultural, para explicar particularidades a respeito de entidades sociocientíficas como sociedade, nação, grupo e cultura.

⁹ Stewart, Susan, *On Longing: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection*. Baltimore: The Johns Hopkins Universty Press, 1984.

¹⁰ Apresenta-se pela manifestação de um símbolo, fundamentalmente, através do assassinato do objeto que é desejado, e que essa morte constitui no sujeito a eternalização do seu desejo.

Esse conjunto de obras se apresenta diante da apropriação local objetivando não apenas assegurar aos fatos a sua mais própria e fiel história de seus acontecimentos, todavia o desenvolvimento econômico também se mostra atrelado a uma rentabilidade mercantil presente no poderio financeiro de uma sociedade. Inclusive quando se fala de rentabilização, que para Choay (2006, p. 218) significa a “[...] conversão em dinheiro como um denominador comum de todas as modalidades de valorização, indo da locação de monumentos, até a sua utilização como suporte publicitário”.

A valorização¹¹ sintetiza o *status* do Patrimônio Histórico edificado, embora a conservação e a restauração se apresentem como os fundamentos de todo um processo destinado à valorização do monumento. Esse processo tem por objetivo principal a transformação do objeto em um produto econômico. Atualmente isso é visto por González Viaña (2006) como a arte que está na moda, ao se referir a espaços transformados em lugares para encontros e convivências sociais, ou seja, o desenvolvimento do consumo e da massificação do patrimônio.

Um exemplo disso é o *Turisme Barcelona*, que, em seu programa cultural, define como objetivos a promoção do turismo cultural, elucidado por González Viaña (2006, p. 69) por “fazer uma difusão da oferta cultural e artística da cidade entre os profissionais do setor turístico e seus visitantes”; porém o que chama mais atenção é o seu explícito objetivo de “[...] incentivar o turista a consumir a oferta cultural”.

Esses contrapontos apresentados por Choay (2006) e González Viaña (2006), esclarecem o fato da vulnerabilidade dos monumentos, voltados não apenas por questões de significado ou significância para uma nação, mas, principalmente, como fonte de um potencial rentável e econômico, transmitindo a massificação incoseqüente e o descaso para com o Patrimônio, que tem como sua principal função a conservação da memória, traduzida algumas vezes em elementos construídos e artefatos.

Diante dos fatores expostos e elucidados, é notório que a preservação do Patrimônio se apresenta como de grande importância nesse contexto. Objetos que dizem respeito a uma nação, mesmo sendo valorizados e, conseqüentemente, tratados como fonte rentável, deverão ter a sua preservação entendida como

¹¹ Expressão que remete o valor do patrimônio, contendo a noção de mais-valia, no sentido de interesse, encanto, beleza e da capacidade de atrair, cujas conotações econômicas se fazem presente num sistema de economia (CHOAY, 2006).

primordial no que diz respeito à conservação, para que possam ser mostrados e vivenciados por outras gerações, não vindo a se transformarem em uma fonte inesgotável em si mesmos.

As transformações ocorridas nos séculos XVIII e XIX vieram acompanhadas de alterações em relação à arquitetura, juntamente com as suas teorias e aplicações. As teorias iluministas, embasadas na razão e no método científico, desde o século XVIII já discutiam os modelos preservacionistas, devido ao número significativo de obras de restauração do patrimônio, representado pelas edificações monumentais e obras de arte (SIMÃO, 2006).

As idéias iluministas e de modernidade são especificadas por Simão (2006) como voltadas para o futuro, buscando, assim, retomar as experiências que dizem respeito ao próprio ser, e à essência do homem. Desse modo, as bases da preservação são lançadas, bem como o objetivo de estudar e analisar o objeto antigo, não apenas como uma visão de retomada ou rearticulação com o passado, mas como forma de reafirmar a existência humana. As idéias preservacionistas surgem em defesa do patrimônio juntamente com duas grandes correntes na Europa, ambas baseadas nas idéias modernas e contemporâneas em meados do século XIX.

A primeira corrente, representada pelo arquiteto francês Violet le Duc, entende a arquitetura seguindo os valores modernos, apregoando que as teorias contraditas na prática resultaram em obras de restauração, onde a historicidade dos monumentos ficam relegadas em função da reconstituição estilística. A segunda corrente culturalista, liderada por John Ruskin, defendia a não intervenção nos monumentos antigos, por considerar que quaisquer interferências imprimem novo caráter à obra, tirando sua autenticidade, admitindo apenas intervenções de conservação (SIMÃO, 2006).

Embora esses aspectos representassem apenas o início de futuras discussões e contradições, surge também o arquiteto e urbanista Charles-Édouard Jeanneret, conhecido por Le Corbusier, que chama a atenção do movimento moderno por defender a “cidade moderna” e a reformatação dos núcleos urbanos.

Tais discussões perpassam, desse modo, aos questionamentos humanos em relação a uma busca para retomar as experiências que dizem respeito ao próprio ser, e à sua essência. E, nesse contexto, o turismo cultural se manifesta como forma de reafirmar as relações entre o homem e a sua história. Mas, para que esses

aspectos tornem-se inesgotáveis, as idéias preservacionistas devem ser mantidas vivas.

No Brasil, o movimento modernista constituiu basicamente uma política de ações voltadas à configuração de um perfil artístico e cultural do país na tentativa de inseri-lo entre as nações modernas e civilizadas do mundo, tendo como objetivo principal a busca das raízes e da identidade nacional (GONÇALVES, 2002).

No ano de 1936, com a elaboração do anteprojeto de Mário de Andrade, que idealizava a criação do Instituto Preservacionista e as diretrizes para a proteção do Patrimônio Artístico Nacional, ficou definido como sendo “[...] todas as obras de arte pura ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira [...]” Esse anteprojeto apresentava conceitos que determinaram a atuação do instituto preservacionista (GONÇALVES, 2002, p. 96-97).

Conforme Torezani (2005), em 1937 foi criado o SPHAN - Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, tendo como objetivo preservar os bens móveis e imóveis existentes no país, com valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico, com o intuito de não deixar esquecer ou deteriorar os objetos materiais e as expressões imateriais, bem como a memória coletiva.

O órgão foi criado a partir do anteprojeto de lei de Mário de Andrade, para dar uma visão sistemática da preservação e resguardar a totalidade dos bens culturais de nosso patrimônio cultural definido como arte, sendo agrupados em oito categorias: arqueológica, ameríndia, popular, histórica, erudita nacional, erudita estrangeira, artes aplicadas nacionais e estrangeiras. Nos anos em que o SPHAN foi dirigido por Rodrigo Mello Franco de Andrade, foram tombados e restaurados vários bens arquitetônicos.

O Decreto-Lei 25/37, instrumento legal que rege a matéria até a atualidade, promulgado pelo Estado Novo, já havia sido aprovado pela Câmara e pelo Senado quando o golpe de Estado dissolve o Congresso, resultando em amplas discussões e fazendo refletir o pensamento modernista da época. Baseado no estudo de Mário de Andrade, o Decreto-Lei sofreu modificações, definindo como “conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico” (GONÇALVES, 2002, p. 101).

Do estudo de Mário de Andrade originou-se o tombamento, como instrumento

legal de proteção, à semelhança de alguns países europeus. Os quatro livros de tomo dividem-se em: Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico; Livro do Tombo Histórico; Livro do Tombo das Belas Artes e; Livro do Tombo das Artes Aplicadas.

A Constituição da República Federativa do Brasil estabelece que o poder público, com a cooperação da comunidade, deve promover e proteger o patrimônio cultural brasileiro, que é constituído por bens materiais e imateriais que se referem à identidade, à ação e à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira; os modos de criar, fazer, viver; as criações científicas, artísticas e tecnológicas; as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais e; os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico (ASSUNÇÃO, 2003).

Os bens culturais materiais compreendem os bens móveis e imóveis de um povo, podendo se consubstanciar de diversas formas, como artesanato, pintura, escultura, mobiliário e outras coisas que possuam uma existência concreta, visível, para o turismo; podendo ser consideradas como as mais importantes o artesanato e a arquitetura. Os bens culturais imateriais ou espirituais tornam a produção cultural de um povo traduzida em crenças, costumes, leis, ideologias, alimentação e outros aspectos mais abstratos da cultura. Em alguns momentos, as manifestações imateriais se configuram materializadas como forma de cristalizar uma crença, um valor espiritual, conforme aclara Assunção (2003, p.12):

Não há uma distinção rígida entre os setores materiais e imateriais da cultura. A maneira considerada certa de se utilizar um determinado instrumento ou máquina não é uma coisa material, como estes o são; e inversamente, muitas crenças, por exemplo, tem uma manifestação material, sob a forma concreta de imagens, amuletos, entre outros.

O reflexo da forma de atuação do Estado é visível até hoje, quando a população delega à União a responsabilidade da manutenção dos seus bens tombados e, ao mesmo tempo, culpa o Estado pelas dificuldades existentes no processo de desenvolvimento. A partir da década de 1960, os núcleos urbanos tomaram impulso de desenvolvimento, tanto pela aceleração do processo de industrialização do país quanto pela abertura e pavimentação das estradas.

As possibilidades de locomoção, para Simão (2006, p. 61), surgem devido “[...] a condição de vida imposta pela modernidade em que o homem gasta grande parte de sua vida no trabalho, gerando ao homem uma crescente necessidade de lazer [...]”. Desse modo, a atividade turística aparece também como um dos fatores que ocasionou algumas imposições no que se refere à preservação dos monumentos. O fato de alguns lugares utilizarem esse artifício para desenvolver uma atividade que pudesse gerar benefícios econômicos locais, foi favorável ao desenvolvimento desse processo.

Conforme aborda Simão (2006, p. 45), o turismo apresenta-se, atualmente, como uma das principais atividades econômicas que se compatibilizam com a presença do patrimônio cultural. Assim, pode-se dizer que “um acervo cultural preservado pode abrir possibilidades econômicas de desenvolvimento, e indicar alternativas de sustentabilidade local”.

O turismo traz consigo a consciência da preservação, tanto para visitantes que utilizam o espaço no seu tempo livre como para a população autóctone que salvaguarda o bem. As possibilidades econômicas para a população local, quer sejam diretas ou indiretas, podem ou não subsidiar inicialmente o desenvolvimento do turismo cultural local. Em alguns casos, as interferências sociais tornam esse processo incompatível com a realidade vivenciada pela população. A não apropriação dos bens culturais pelas populações, como já apregoada pelo Prof. Aloísio Magalhães, é um grande entrave para a sua preservação. “A comunidade é a verdadeira guardiã dos seus bens” (SIMÃO, 2006, p. 44).

O turismo cultural aparece como forma de solucionar danos causados por áreas que já sofreram com o turismo de massa. A expansão do turismo cultural se faz necessária para fornecer, tanto aos moradores quanto aos visitantes, formas de olhar, vivenciar e apreciar os seus objetos, reafirmando as oportunidades dos visitantes aprenderem novas formas de se relacionar com o lugar.

Atualmente, sabe-se que um número maior de pessoas viaja, mais depressa, para um maior número de lugares, reunindo mais experiências, e recebendo mensagens curtas sobre o significado do ambiente. Para o turismo cultural, o ideal seria ter menos gente, visitando menos lugares, mais devagar; reunindo menor número de experiências com qualidade; recebendo mensagens mais detalhadas sobre o significado dos lugares e das suas manifestações (GOODEY, 2002, p. 136).

Embora essa concepção seja discutida por uma minoria no Brasil, essa idéia

não deve ser esquecida e, sim, inserida no cotidiano das pessoas para que possa ser repassada, servindo também de auxílio na preservação dos lugares e das suas manifestações. Para aprofundar essa discussão, é necessário o trabalho em conjunto com as políticas públicas que possam nortear diretrizes para desenvolver estratégias que vão guiar - Estado e Cidadão – a um trabalho em conjunto, com objetivos de adquirir resultados que tragam o benefício comum a todos.

Todas as questões serão evidenciadas no próximo capítulo de forma direcionada às políticas preservacionistas do patrimônio cultural edificado, a partir do processo histórico e evolutivo das políticas nacionais e da análise dos documentos que norteiam essas leis em nível Federal, Estadual e Municipal. Essas informações, atreladas às políticas do turismo no país, vão dar continuidade à investigação para sustentar as evidências sobre o tema estudado. As respostas irão dar suporte à compreensão da relevância a respeito do planejamento turístico nas cidades brasileiras.

3 A INDÚSTRIA CULTURAL E O DESPERTAR DO TURISMO

3.1 A percepção sistêmica do turismo e sua inter-relação com a cultura e o patrimônio

Percebe-se uma inter-relação de respostas a intervenções originadas do capitalismo, que fez surgir várias outras situações, interligando essas relações. A compreensão das inter-relações torna-se perceptível a partir da mudança estrutural de um padrão que vai se adequar de acordo com cada situação. Embora os padrões se modifiquem, materializando-se em uma estrutura, é o entendimento dos processos subjacentes que organizam o padrão e originam a estrutura materializada.

Ao entender as inter-relações, que vão se moldando de acordo com cada estrutura, observa-se mudanças no sistema econômico mundial como um todo, onde, a partir de então, começam a surgir várias outras interferências dinâmicas. As novas estruturas sociais oriundas do capitalismo, como, por exemplo, a geração de uma nova estrutura a partir do turismo, passando a formar um novo sistema composto pelo turismo cultural e pelas representatividades de suas bases, irão sustentar toda a estrutura sistêmica (figura 5).



Figura 5: Estrutura funcional do turismo cultural

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2007)

Para apresentar a estrutura como resposta ao desencadeamento do turismo, percebe-se que dessas inter-relações existem outras conexões – Turismo Cultural; Patrimônio; Histórico e Cultural e; Políticas Públicas – dando suporte à estrutura do processo, originada pelo turismo. O Turismo cria uma nova estrutura, formada pelo *Turismo Cultural*, cujas *Políticas Públicas* vão servir de suporte, dando significado ao processo que consolida a valorização *Histórica e Cultural* a partir do *Patrimônio* construído, que vai sustentar o Turismo Cultural.

Para que a aplicabilidade possa gerar uma ação, o funcionamento desse sistema pode ser compreendido pelo *significado* (Políticas Públicas), como forma de preservar a *matéria* (Patrimônio), sustentado por um *processo* (Histórico e Cultural) que vai definir a *forma* (Turismo Cultural).

Estas relações foram estruturadas de acordo com a teoria sistêmica, a qual apresenta características essenciais do todo integrado e dinâmico. Porém, estas características não se fundem nas partes, mas nos relacionamentos existentes entre elas (ANDRADE et al., 2006).

A compreensão sistêmica supõe que a vida é dotada de uma unidade fundamental, e que os diversos sistemas vivos apresentam padrões de organizações semelhantes. Justificando esta afirmação, Capra (2002, p. 93) diz que “[...] à medida que a vida evolui, esses padrões tendem a tornarem-se cada vez mais elaborados; mas nem por isso deixam de ser variações sobre os mesmos temas”.

As partes dinâmicas de características integradas que apresentam padrões e organizações semelhantes, apresentam relação entre a evolução e a elaboração dos padrões, definindo o dinamismo entre as partes, o todo, e outros todos, como variações de um mesmo objeto. A aplicação da compreensão sistêmica da vida ao domínio social, identifica-se com a aplicação dos conhecimentos relacionados aos padrões e princípios básicos de organizações da vida, em específico, da compreensão das redes vivas, como a realidade social (ANDRADE et al. 2006; CAPRA, 2002).

Desse modo, o turismo pode ser analisado e estudado como um fenômeno advindo dos elementos atrelados ao sistema capitalista, embora alguns autores identifiquem seu despertar a partir do processo de desenvolvimento capitalista e, outros, tomam como marco a Revolução Industrial. Mas, percebe-se que cada um, de algum modo, teve importância significativa nesse despertar do turismo (SANTOS FILHO, 2005).

O desenvolvimento capitalista ocasionou a Revolução Industrial na metade do século XVIII, permitindo aos trabalhadores terem mais tempo livre, férias e salários fixos apropriados aos modos de produção. Contraposto ao pensamento marxista, em que as propriedades são comunais e todos detêm as posses, o capitalismo estabeleceu uma mudança na sociedade, acarretando uma divisão de classes sociais e fazendo surgir a burguesia, que reformulou o sistema de classes em que poucos detinham as posses de dinheiro e poder.

O século XIX foi marcado por profundas mudanças econômicas e sociais, com a migração dos trabalhadores que partiam das áreas rurais de agricultura básica para as áreas urbanas, onde se localizavam as fábricas. A implantação da tecnologia da máquina a vapor, antes apenas utilizada em fábricas, provocou o desenvolvimento dos transportes ferroviários e de navegação.

Estas interferências provocaram mudanças nas estruturas sociais, pois é em função destas novas estruturas que os deslocamentos tornaram-se cada vez mais acessíveis. As inter-relações vão se expandindo como uma rede, dando suporte a toda essa estrutura inicial, contribuindo também para o estabelecimento de viagens (REJOWSKI et al., 2002).

Ao estudar e analisar Castells, no que se refere às redes sociais, Capra (2002, p. 117) entende que a organização em redes tem se configurado como uma nova forma de organização da atividade humana, ao afirmar que “[...] os sistemas sociais vivos são redes autogeradoras de comunicações [...]”, dando, assim, significado à organização humana. Porém, percebe-se que essas organizações só aparecem como um sistema vivo, se forem organizadas em rede ou contiverem redes menores dentro dos seus limites.

Para que esse novo fato social pudesse sustentar a atividade turística, de modo a suportar as necessidades iniciais, foram implantados hotéis, restaurantes e vários outros equipamentos que pudessem servir aos turistas com melhores estruturas. Posteriormente, surgem as necessidades de adequação das cidades como as infra-estruturas de acesso e, com o passar dos anos, foi percebido a necessidade de políticas que dessem suporte a essa estrutura criada para sustentar as necessidades que foram surgindo.

Essas relações apresentam-se interligadas ao dinamismo que foi se desmembrando conforme cada necessidade surgida. Tal situação explana o dinamismo entre as partes e o todo, os quais se interligam para dar suporte a um

mesmo objeto (ANDRADE et al., 2006).

A atividade turística surge decorrente de uma série de fatores relacionados a um mesmo objetivo: o deslocamento. Este fato social aparece atrelado a novas funções que modificam as relações sociais, passando a ter novos significados. As modificações geradas vão abrir espaços para outras relações, que vão gerar novas estruturas.

O uso da palavra turismo se consolida no século XIX. Embora esta atividade tenha estendido suas raízes pela história, é apenas a partir do século XX, mais precisamente após a Segunda Guerra Mundial, com o avanço dos meios tecnológicos e a reconstrução de toda a infra-estrutura de transportes e dos meios de comunicação, que os fundamentos do turismo emergem.

Após a guerra, a tecnologia utilizada para os aviões militares auxiliou na adequação dos transportes aéreos, mais tarde foram modificados para o uso comercial. O automóvel, cuja criação remete ao final do século XIX e início do século XX, se populariza nos Estados Unidos e na Europa, dando início à construção de um sistema rodoviário compatível com a intensa demanda, juntamente com a evolução do transporte coletivo, criado a princípio para atender o deslocamento (RUSCHMANN, 2003; REJOWSKI E SOLHA, 2002).

O período pós-guerra consolida a atividade turística, que passa a se expandir em função do desenvolvimento tecnológico. O período está caracterizado pela massificação do turismo decorrente de fatores políticos, econômicos, educacionais, culturais, sociológicos e trabalhistas. O turismo de massa se consolida com a expansão de viagens econômicas, através dos pacotes turísticos organizados por operadoras e agências de viagens, que utilizam o frete dos transportes, conhecido por *charters*, sendo mais usado em aviões, ônibus e cruzeiros (REJOWSKI E SOLHA, 2002).

O turismo apresenta potenciais econômicos por gerar recursos importantes para as transformações sociais. Embora esta atividade proporcione aspectos positivos, também apresenta grandes impactos sociais, gerados por conflitos de crenças e valores à comunidade, causada por uma desestrutura na identidade cultural. Não apenas nas questões culturais, como também ambientais, causando destruição da cobertura vegetal do solo; devastação de florestas; erosão de encostas; poluição sonora, visual e atmosférica, e; a contaminação das águas de rios, lagos e oceanos (RUSCHMANN, 2003).

O setor turístico, embora seja uma atividade que apresenta inter-relações com os atores envolvidos no processo - comunidade, turista e organizações do setor, precisa estar funcionando como um sistema vivo, com respostas para causas geradas de situações que venham a originar novas situações a todos esses atores.

O processo de deslocamento contínuo, tanto por fatores atrelados à procura de melhor qualidade de vida e trabalho nos grandes centros urbanos como na busca pelo lazer, foi transformando os lugares que vão se desenvolvendo para receber uma demanda de pessoas com interesses comuns. A transformação dos centros urbanos é constante e o espaço vai se tornando cada vez menor, sendo necessária a expansão, que algumas vezes não acontece paralela a um planejamento adequado, resultando numa série de fatores que refletem no espaço ocupado.

O desenvolvimento acelerado das cidades, com o transcorrer dos anos, transforma o espaço e produz o surgimento desordenado de construções, que, em alguns momentos, resultam em graves problemas para a população e para a organização social (REJOWSKI E SOLHA, 2002).

A necessidade do homem em se deslocar para conhecer outros lugares, outras culturas, outros povos gera uma demanda. Para suportar essa demanda, o mercado precisa criar ofertas. A expansão da atividade turística em uma localidade deve ser planejada mediante as necessidades compatíveis a cada localidade. Este tipo de adequação deve servir tanto aos moradores, quanto aos visitantes.

A atividade turística mostra-se em desenvolvimento no mundo, conforme dados da Organização Mundial do Turismo, em 2000, devido ao fato do aumento do fluxo turístico internacional e nacional. No ano de 1950, apenas 15 países recebiam quase 100% dos 25 milhões de turistas. Em 1999, existiam mais de 70 países e territórios receptores, embora os mercados mais tradicionais já apresentassem perda para novos destinos, como a Ásia, Europa Central e Leste Europeu (GOELDNER, RITCHIE E MCINTOSH, 2002).

O turismo internacional apresentou crescimento aproximado de 5% entre os meses de janeiro e abril de 2008. Embora este crescimento esteja atrelado à evolução econômica e aos fatores que estão diretamente ligados ao preço do petróleo e dos alimentos, as perspectivas para o turismo internacional em 2008 se mostram positivas. O turismo internacional tem mostrado resistência a fatores relacionados a ameaças de segurança, tensões globais e crises causadas, tanto por fenômenos naturais, como pelo homem (OMT, 2008).

No Brasil, os gastos de turistas estrangeiros em visita ao país alcançaram, em 2007, o recorde de US\$ 4,953 bilhões contra US\$ 4,316 bilhões em 2006, representando um incremento de 14,76%. A despesa cambial turística aumentou de US\$ 5,764 bilhões, em 2006, para US\$ 8,211 bilhões, em 2007 - +42,45%. Estes números indicam que o déficit em 2007 totalizou US\$ 3,258 bilhões contra US\$ 1,448 bilhão, em 2006 - +125% (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

A despesa cambial turística é resultado de um maior número de brasileiros estarem aproveitando a valorização do real para viajar e realizar maiores gastos no exterior. O atual desenvolvimento econômico no setor do turismo no Brasil é resultado do crescimento nos últimos anos da corrente cambial turística (receita mais despesa) no País (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008).

A ampliação da segmentação turística pode ser analisada também como um processo que significava apenas novas destinações para satisfazer as necessidades e desejos dos turistas. Mas, essa ampliação resulta em ocasionar mudanças nas estruturas e nos padrões de comportamento que irão gerar um novo processo apresentando novas características decorrentes dessas inter-relações.

As novas destinações que surgem a cada instante no mundo moderno em alguns momentos causam impactos nas culturas e paisagens locais freqüentadas por visitantes, levando a uma compreensão, conforme explana Ruschmann (2003, p. 16), “[...] da necessidade da criação de normas que passaram a restringir o direito dos turistas ao consumo desmesurado dos valores culturais e dos recursos naturais das localidades visitadas [...]”.

Sendo o turismo uma atividade planejada, o seu crescimento desordenado pode gerar alguns problemas, como a perda da originalidade das destinações que motivam os turistas, podendo ocasionar sérios prejuízos para comunidade local. O turismo é favorável à sociedade quando gera emprego e renda e, inadequado quando recebido com hostilidade pela população local. Para isso é necessário incorporar o desenvolvimento sustentável a essa atividade (RUSCHMANN, 2003).

É necessário ressaltar que o turismo também aparece como uma forma de conscientizar o homem da sua responsabilidade na preservação cultural e ambiental¹². Com o consumo exagerado do mundo moderno, o homem produz

¹² Atualmente o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) vem incentivando Estados e Municípios a tombarem seu patrimônio natural como forma de preservar algumas espécies que estão inseridas no contexto urbano há várias décadas. Em Itajaí foi realizado o tombamento de uma figueira centenária no Colégio São José, pelo Conselho do Patrimônio Histórico do Município de Itajaí.

excessivamente, tanto quanto consome, resultando, assim, nos desastres ambientais, sócio-culturais e nas agressões à natureza.

A evolução do setor turístico está relacionada a aspectos de produção empresarial e ao poder da compra das pessoas, aos bens e consumos capitalistas. A partir dessa explanação, pode-se afirmar que tudo o que é gerado para o desenvolvimento da atividade irá apresentar respostas, gerando causas e efeitos, e provocando novas relações para a atividade.

Com um olhar mais detalhado sobre as inter-relações entre patrimônio, cultura e turismo percebe-se que há uma forte ligação entre estas três categorias abordadas, pois, a deficiência das políticas preservacionistas, acarreta uma não valorização cultura e patrimonial, podendo gerar, por conseqüência, a inexistência do segmento turismo cultural.

Ao explanar seus ideais sobre essas práticas nacionais, Gonçalves (2002, p. 87) explica as práticas de preservação histórica nas modernas sociedades nacionais, “[...] associadas a respostas para uma situação social e histórica, na qual valores culturais são apresentados sob um risco iminente de desaparecimento”.

Essa relação com o material é o que faz fundir as idéias de que esses valores culturais possam desaparecer. Porém, antes que desapareçam, devem ser bem preservados pelo seu valor agregado, quer seja histórico, quer seja cultural, mas também pelo significado que eles representam.

A perda pressupõe uma situação primordial de integridade e continuidade, enquanto a história é concebida como um processo contínuo de destruição daquela situação, a missão de defender e proteger os valores ameaçados torna-se imprescindível (GONÇALVES, 2002).

Os esforços de defender e preservar o patrimônio histórico e artístico nacional são justificados pela situação de perda. Desse modo, o governo federal criou a Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, antiga SPHAN e atual IPHAN, de modo que pudesse desenvolver políticas para assegurar à nação do prejuízo irreparável causado pela decadência e evasão do que há de mais precioso no seu patrimônio. A Secretaria ficou incumbida de proteger o que ainda restava do patrimônio artístico e dos monumentos históricos da nação brasileira (GONÇALVES, 2002).

Mas, embora a preservação desse patrimônio seja deveras importante, o seu valor também está ligado à interpretação que revela seus significados. Provocar

emoções e estimular a curiosidade no visitante também é uma forma de fazer entreter, de interpretar o patrimônio natural e cultural, despertando atitudes preservacionistas, tanto nas comunidades receptoras e nos visitantes quanto nos empreendimentos turísticos.

A importância de inserir a preservação na vida das pessoas é para que elas possam aprender a lidar com suas emoções de forma a desenvolver afeição pelo ambiente que as circunda, quer seja pelo espaço público, pela natureza ou por sítios históricos (MURTA E ALBANO, 2002).

Os lugares que têm como referência o seu patrimônio histórico e a sua cultura, constituem-se, intrinsecamente, como potenciais turísticos. A apropriação e o conhecimento do potencial pela população local sustentam as estratégias e a operacionalização do turismo. Se a população entender que é a guardiã de seus bens e de sua cidade, o turismo se incorpora para agregar valores e não para substituí-los (SIMÃO, 2006).

O patrimônio cultural, utilizado como produto da atividade turística pelo turismo cultural, deve auxiliar na preservação e na valorização da herança de uma determinada comunidade, dada a necessidade do planejamento agregado a políticas locais. Esta idéia é abordada por Luca e Santiago (2007, p. 207) ao enfatizarem que:

A mobilização dos poderes públicos, central e local, na valorização do patrimônio cultural e natural, através do desenvolvimento turístico melhora as condições de seus habitantes, fortalece e diversifica a econômica, uma vez que preserva e cultiva as tradições locais. Neste sentido a história e a cultura não devem ser vistas apenas como produto turístico, mas principalmente como elementos da memória e identidade locais, possibilitando um planejamento permanente para que turismo e patrimônio histórico possam conviver em harmonia, sem prejuízos para a comunidade.

Assim, o turismo pode-se apresentar positivamente como forma de melhorar as condições de vida das populações residentes, na preservação dos valores culturais e ambientais e na satisfação dos turistas ou, caso contrário, ser resultado do insucesso, com a degradação da qualidade de vida ou expulsão da população local, na destruição ou alteração da cultura e do ambiente e na não fixação do turista no local

A atividade turística, vista como um fenômeno social que agrega múltiplas variáveis e interfere em diversos setores da vida da cidade - econômico, político,

cultural, social e ambiental, pode ser vista como fator possibilitador de preservação dos valores culturais e da qualidade de vida local. Nesse sentido, Simão (2006, p. 78) afirma que o turismo pode “[...] se consolidar como um canal de aproximação entre as pessoas e o meio de enriquecimento cultural, renovando o espírito cívico do cidadão e o orgulho pelo lugar [...]”.

Lugar esse caracterizado por um conjunto de várias organizações reais e virtuais, concretas e simbólicas, simples e complexas, transitórias e permanentes, singulares e diversas, que, conforme Simão (2006, p. 81), “precisa ser compreendido por ter o tempo como variável, estabelecendo parâmetros nas relações das organizações”.

O surgimento de novas relações sócio-políticas exige que o fato público seja gerido de forma transparente e honesto e, não sob parâmetros individualizados e particularizados. Essa atuação corre o risco de descaracterizar a cultura local por desconhecimento das especificidades do lugar. Assim, a preservação do patrimônio cultural não se caracteriza num entrave no desenvolvimento, uma vez que é possível estabelecer parâmetros para intervenções no território. Nesse contexto, o turismo apresenta-se, contemporaneamente, como uma alternativa adequada para compatibilizar a vitalidade e a preservação do patrimônio (SIMÃO, 2006, p. 85).

A comunidade precisa se apropriar dos benefícios que o turismo pode gerar e entender como minimizar os possíveis impactos causados, sendo necessário envolver todos os segmentos sociais no desenvolvimento da atividade.

As políticas de preservação, nas quais o turismo cultural se apóia, são de grande importância para a salvaguarda do patrimônio cultural local. Com o interesse em preservar o passado constantemente ameaçado pelo futuro, surge também o risco de que o patrimônio cultural seja tão mercantilizado, que chegue a perder seu potencial de atração (GOODEY, 2002, p.138).

Embora o turismo cultural tenha seus aspectos positivos, de integração da sociedade, preservação e interpretação do patrimônio, não é sempre que surge para a comunidade local de forma a auxiliar nos aspectos culturais, pois a inter-relação causa efeitos complexos que podem gerar interferências na relação da comunidade. Conforme elucida Robinson (1999, p. 22), “[...] o turismo pode transformar culturas locais em bens de consumo como quaisquer outros. Cerimônias religiosas, ritos e festas étnicas são constantemente empobrecidos e asseptizados para corresponder as expectativas dos turistas [...]”.

Sabe-se que, apesar da atividade turística beneficiar economicamente uma sociedade, também pode promover respostas que venham a causar danos a essas mesmas atividades. Assim sendo, a atividade turística deve trabalhar a partir de uma perspectiva de recusa por parte da comunidade receptora. Robinson (1999, p. 12) ainda diz que “as culturas anfitriãs devem ter o poder de dizer sim ou não ao turismo e, em caso positivo, fixar suas diretrizes, se assim desejarem”.

Para uma melhor compreensão dos aspectos tanto positivos, quanto negativos, dessa atividade, Krippendorf (2003, p. 40) explica que “o turismo e o lazer fazem parte das necessidades criadas pelo homem moderno, componente do sistema social industrial e da organização da civilização moderna”.

O deslocamento faz parte da necessidade não só de ir em busca do desconhecido, mas também de uma fuga da rotina estabelecida pela sociedade capitalista. O turismo é caracterizado como um fenômeno social que gera uma série de efeitos sobre o ambiente. A permanência transitória em outro local, diferente daquele permanente de morada, provoca uma cadeia de ações que terminam por resultar na atividade turística.

O objeto do turismo é a concretização do fenômeno, e é representado por equipamentos e serviços que vão ser caracterizados em oferta turística, que podem ser definidos como um conjunto de recursos naturais ou culturais que constituem a base da atividade turística e garantem o fluxo dos turistas. Para a constituição da oferta, esses fatores devem ser capazes de atrair a um determinado local visitantes que permaneçam por um determinado período de tempo.

O Turismo apresenta-se como uma força não somente de mercado, como um instrumento social que pode contribuir para a preservação, conservação e interpretação dos monumentos e da cultura. Mas, também, pode provocar uma teatralização da cultura, a exclusão da comunidade e a ratificação de patrimônios escolhidos por interesses oficiais ou econômicos (MAGALHÃES E CASTELO BRANCO, 2006).

O turista busca uma fuga do seu cotidiano, em um momento histórico em que a globalização, a massificação da informação e o consumo exacerbado são as marcas atuais das sociedades ocidentais. Desta forma, Magalhães e Castelo Branco (2006, p. 11) descrevem que “[...] em qualquer cultura as experiências passadas possuem um valor lúdico inquestionável, o turismo deve disponibilizar esses locais de lembranças de maneira a não ocorrem exclusões [...]”.

As inter-relações expostas e observadas entre o turismo, a cultura e o patrimônio não se traduzem, necessariamente, na agressão ou na preservação do ambiente e do meio social. Algumas mudanças inesperadas podem provocar respostas e modificações nas relações entre o homem, o espaço e a memória. Embora em alguns momentos os aspectos se apresentem de forma positiva, nem sempre o turismo pode ser responsabilizado por todos os efeitos negativos que serão intervenientes a esse meio.

3.2 Mudanças econômicas e sociais herdadas do turismo

Várias mudanças foram ocasionadas pelo desenvolvimento industrial, inclusive nas estruturas econômicas e sociais. Com a migração dos trabalhadores oriundos das áreas rurais de agricultura básica para as áreas onde se localizavam as fábricas, houve a necessidade de uma nova formatação nos centros urbanos das cidades. Com a Revolução Industrial, os trabalhadores puderam ter mais tempo livre, férias e salários fixos apropriados aos modos de produção.

Uma das heranças deixadas pelos novos moldes de produção foi a cidade capitalista, como referência de centro de consumo, intensificada pela circulação de mercadorias comerciáveis representadas por comércios raros, produtos e gêneros de luxo. Nesses lugares, o consumo do espaço, dos objetos e das lojas, tornou-se mais freqüente, sendo visto como um lugar de encontro atrelado a um aglomerado de coisas, para atrair pessoas.

O tempo livre passou a ser preenchido pelo lazer, como alternativa para o indivíduo desfrutar o espaço em que ele vive. A indústria cultural surge como forma de sustentar uma economia em torno do ócio. O tempo livre também abriu espaço para desenvolver atividades ligadas ao deslocamento de pessoas que procuravam lazer.

O Turismo surgiu como meio de sustentar viagens ocasionadas pelo tempo livre, sendo consolidado no século XX, após a Segunda Guerra Mundial, com o avanço dos meios tecnológicos e a reconstrução da infra-estrutura de transportes e de comunicação. Com o passar dos anos, a infra-estrutura turística foi se intensificando, a partir da fixação de hotéis, agências de viagens e da evolução dos meios de transporte.

O Turismo também passou a ser uma atividade que fez refletir a preservação

da matéria prima utilizada, para que ele pudesse acontecer. O patrimônio cultural utilizado como produto da atividade turística, resultando no turismo cultural, buscou preservar e valorizar a herança deixada pelos povos de vários lugares do mundo. O Turismo surgiu como um fato social que pode contribuir para a preservação, conservação e interpretação dos monumentos culturais.

Na atualidade, podem ser percebidas as respostas dadas a mudanças ocorridas em todo o mundo. Os centros urbanos apresentam infra-estruturas voltadas ao lazer e ao turismo, incluindo a manutenção e preservação do seu patrimônio cultural. Apesar do turismo proporcionar o desenvolvimento estrutural e alavancar a economia de algumas cidades, as estruturas econômicas, sociais e culturais dos países são diferentes. A globalização facilita a aproximação e a troca de informações entre os povos e as culturas, mas nem sempre esses valores são aceitos por todos.

Cada lugar vai apresentar estruturas e políticas singulares e adequadas a seus povos e regiões, mas as experiências e vivências de cada localidade pode servir de exemplo para todos, mesmo que tais estruturas não sejam vistas como algo positivo. O que é considerado politicamente correto para os orientais, pode não ser para os ocidentais e vice-versa, esclarecendo que cada lugar terá suas próprias políticas e que essas devem ser respeitadas.

Como resposta a esta demanda algumas organizações mundiais, como a Organização das Nações Unidas e a Organização Mundial do Turismo, definem políticas como, por exemplo, o dever da humanidade em preservar a natureza, os monumentos culturais ou o próprio homem. As políticas são adaptadas por cada país de acordo com o modo de vida do seu povo e sua cultura, porém, sempre mantendo a idéia central de respeitar a vida, o homem e o que lhe foi deixado pelos seus antepassados e pela natureza.

4 ESTADO E POLÍTICAS PÚBLICAS: A ÉTICA SOCIAL PARA TRABALHAR O PLANEJAMENTO TURÍSTICO

4.1 As relações entre Estado, sociedade e Políticas Públicas para fomentar a política do turismo

A passagem do Estado Feudal à monarquia absoluta, conforme Bobbio (2005, p. 54) “foi permeada pela gradual formação do aparato administrativo, resultando no processo de formação do Estado moderno e contemporâneo”. O Estado passou a ser representado por suas estruturas, funções, elementos constitutivos, mecanismos, órgão, entre outros e, apresenta-se permeado pela filosofia política e ciência política.

Com o nascimento do Estado, surgem também as formas de poderes econômicos, do saber e da força, conforme (BOBBIO, 2005, p. 82-83) esses três poderes podem ser compreendidos como:

Por *poder econômico* entende-se por posse de meios de produção, por parte dos que possuem contra os que não possuem, como forma de determinar o comportamento alheio que trabalhe para ele nas condições por ele estabelecidas. Por *poder ideológico* compreende-se como aquele que se vale da posse de certas informações, ou códigos de condutas, como forma de exercer influência sobre o comportamento alheio, induzindo os membros de certos grupos a realizar ou não realizar uma ação. Por *poder político* entende-se como o poder cujo meio específico é a força, esse tipo de poder distingue em toda a sociedade o grupo dominante.

Por vários séculos, a reflexão sobre o problema do Estado foi a relação entre Estado e Sociedade. Para Bobbio (2005, p. 61), “essa relação entre a sociedade política e as sociedades particulares é uma relação entre o todo e as partes, na qual o todo é a *pólis*, e as partes são as famílias e as associações”. Aos poucos a sociedade torna-se o todo e o Estado, que até então era visto como um setor da sociedade, passa a ser visto como uma parte (BOBBIO, 2005).

Desse modo, conforme Souza (2006, p. 24), as políticas públicas surgem como “um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos” na busca por solucionar problemas.

O termo política é habitualmente usado, segundo Dias (2003, p. 121), “[...]”

para indicar a atividade ou conjunto de atividades que, de alguma maneira, tem como termo de referência a *polis*, ou seja, o Estado [...]”. Esse conjunto de atividades pode ser entendido como regras que forneçam estruturas, de interesse comum.

Referente ao exposto, Solha (2006, p. 89) aborda a política como “[...] uma forma de gerenciamento de interesses diversos, em torno de um objetivo, mas, para que esse objetivo possa ser alcançado, deve existir uma política dinâmica e flexível [...]”. Essa abordagem torna as possibilidades mais cautelosas, pois nem sempre dinamismo e flexibilidade são vistas como forma positiva quando se fala em interesse comum.

Os valores das ações sociais consideradas tanto no âmbito coletivo, como no âmbito individual, num contexto filosófico, podem ser compreendidos pela ética, ou seja, por noções e princípios que sustentam as bases da moralidade social e da vida individual (BITTENCOURT, 2008).

A moral tem a ver com os valores que regem a ação humana. Para Bittencourt (2008, p. 35), “a palavra, que tem origem do latim, é compreendida como ação prática do ser humano”. Quando há uma reflexão acerca da influência que o código moral estabelecido exerce sobre a nossa subjetividade e como lidamos com essas prescrições de conduta, surge a ética, nos fazendo pensar se aceitamos de forma integral ou não esses valores normativos (BITTENCOURT, 2008).

Nesse sentido, Foelker (2008, p. 25) afirma que:

O fato de emitirmos julgamentos, elogios, e condenação dos atos alheios, não reflete propriamente nossa moral, reflete nosso conhecimento de moralidade e imoralidade, que, quando se volta para o outro, deixa algumas vezes de ser moral para ser moralista.

Para Aristóteles (2002), a ética está subordinada à política, quando se trata de construir uma vida social feliz e harmoniosa. De acordo com Foelker (2008, p. 24), o tratamento que Aristóteles confere ao tema da virtude moral permite perceber que “[...] as virtudes se transmitem em exemplos, os quais se caracterizam em ações e só podem ser adquiridas como um hábito”; diferente de Platão, que considera a virtude como “[...] uma qualidade que o indivíduo já traz consigo ao nascer”.

Percebe-se que, para trabalhar o turismo, é necessário estabelecer vínculos entre as Políticas Públicas e o planejamento. Em alguns momentos, algumas

imposições são necessárias, como, por exemplo, trabalhar com foco nas questões ambientais e socioculturais, para que determinado grupo social de moradores local não venha a sofrer influências de grupos empresariais que tenham como interesse comum desenvolver a prática do turismo em uma região específica.

O turismo, nessas últimas décadas, vem representando uma importante área de interesse acadêmico, governamental, industrial e político (HALL, 2001). Alguns autores afirmam que o turismo é a maior área de atividade econômica, por gerar um grande número de empregos em âmbito mundial, devido ao grande número de pessoas que viajam. Analisando por essa perspectiva, percebe-se também que o turismo gera impactos naturais, sociais e culturais. Desse modo, pode-se afirmar que está ligado fortemente às questões da sustentabilidade¹³.

Ao se trabalhar no desenvolvimento de um território sustentável, Anjos (2004, p. 59) afirma que “[...] deve-se ter um cuidado minucioso aos problemas sociais, econômicos e ambientais envolvidos, assim como a ligação estreita entre política e planejamento”. Embora existam várias discussões a respeito da sustentabilidade no turismo, Hall (2001, p. 17) diz que “em alguns momentos não se consegue soluções para os problemas do desenvolvimento turístico”. Por não se saber exatamente quando algumas interferências vão afetar o espaço destinado ao turismo, é que precisa ser realizado um planejamento adequado a cada destinação. As interferências podem simplesmente ser relacionadas a fatores não previsíveis por ocasião de um planejamento não existente.

Para que a sustentabilidade possa ser desenvolvida adequadamente na atividade turística, o governo deve ser pressionado pela sociedade sobre a importância da incorporação do desenvolvimento sustentável no planejamento e nas operações do setor do turismo. Ao descrever sobre a importância das políticas públicas no Brasil percebe-se a negligência, ao longo de vários anos, tanto por parte dos poderes públicos quanto por parte dos pesquisadores e estudiosos que produzem a respeito dessa temática (ANJOS, 2004; CRUZ, 2002b).

Porém, a partir de 1990, o poder público federal dá início a uma (re)organização no setor do turismo no Brasil, começando pela reestruturação dos órgãos oficiais e implementando programas de âmbito nacional e microrregional. A

¹³ O relatório de *Brundtland* diz que, desenvolvimento sustentável é aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem a própria necessidade (WCED - *World Commission on Environment and Development*, HALL, 2001).

nova perspectiva sobre as políticas públicas de turismo faz emergir reflexões e resultados de pesquisas produzidas em diversas áreas do conhecimento, como na política, sociologia, antropologia, geografia e administração (CRUZ, 2002b).

Na história das políticas públicas de turismo no Brasil fica clara a não atuação do Estado, resultando na dominação da ação. A coordenação e o planejamento seriam essenciais ao poder público com relação à organização do setor do turismo, se estivessem sido exercidos durante o decorrer desses processos. Cruz (2002b, p. 29) elucida que:

Do ponto de vista da legislação e da regulamentação do setor, não havendo coordenação, nem regulamento objetivamente consubstanciados, o que existiu foram diplomas legais desconexos relativos a aspectos parciais da atividade. Já o fomento do setor do turismo, pode-se dizer constituiu, ao longo dos tempos, um dos aspectos mais marcantes da ação do poder público federal no que se refere ao setor.

O fato de o planejamento ser visto por uma perspectiva político-ideológica, demonstra a necessidade de um planejamento participativo para que possa dar voz ativa aos vários atores sociais. Assim, o planejamento do setor do turismo, no campo das administrações públicas, apresenta a necessidade de um processo contínuo, atento às mudanças quer sejam previsíveis ou não, pois, de acordo com Cruz (2002b, p. 29), “[...] planejar é, em essência pensar o futuro”.

Apesar de Cruz fazer suas análises através das perspectivas de Hall, seus pensamentos divergem em alguns momentos, pois para Hall (2001, p. 24) planejar vai um pouco mais além do que apenas “pensar no futuro”. Isso fica claro quando ele expõe que o planejamento é um tipo de tomada de decisão e elaboração de políticas, que trabalha com a perspectiva de conjunto de decisões interdependentes e não com decisões individuais, ou seja, planejar é apenas uma parte de um processo maior de “planejamento-decisão-ação”. Para Anjos (2004, p. 54), a gestão complementa o planejamento promovendo um resultado eficaz, elucidando que:

A gestão de cada processo de planejamento precisa ser eficiente o suficiente para perseguir os objetivos propostos, e intrinsecamente flexível para acompanhar as mudanças dos ambientes internos e externos. O planejamento, por sua vez, precisa preocupar-se com a gestão de cada processo, que deve acontecer de forma contínua e sistêmica.

Essas discussões aclaram a relação entre políticas públicas e planejamento, revelando a necessidade desses dois fatores estarem atrelados diretamente no que tange à estrutura adequada para o turismo, de forma que os agentes envolvidos com essa estrutura necessitam de suporte adequado dos órgãos governamentais para o desenvolvimento de suas atividades.

Hall (2001) entende que a política pública pode ser estudada quando se deseja compreender as causas e conseqüências de decisões políticas, para que, desse modo, o conhecimento sobre a sociedade possa se melhorado.

A prática leva à compreensão das políticas públicas no que se refere a causas e conseqüências. A busca de soluções para problemas práticos referentes ao turismo pode ser inserida no conhecimento do processo político.

O planejamento compreende a elaboração de políticas e, ao se tratar de administração pública, isto significa dizer que do planejamento governamental decorrem políticas públicas tanto globais quanto setoriais. Acrescentando, ainda, que o planejamento turístico deva ser trabalhado de forma contínua e estar em permanente revisão, e, ao demonstrar essa necessidade, percebe-se também que a política precisa ser revista sempre que for necessário (CRUZ, 2002b).

Ao enumerar as idéias sobre o planejamento turístico sustentável, Anjos (2004, p. 90) afirma que:

[...] além de diretrizes ou auto-regulamentação do setor, também é necessário ter sistemas de gerenciamento adequados devido à necessidade do comprometimento com os princípios sustentáveis e da integração de longo prazo das metas sociais, ambientais e econômicas por todas as partes envolvidas no processo de planejamento.

Se percebe a necessidade do comprometimento entre poder público e sociedade, como forma de dar início a integração que vai nortear os princípios sustentáveis no processo de planejamento e manutenção da política que será desenvolvida.

Estas idéias e conceitos relacionados a políticas públicas e planejamento do turismo no Brasil auxiliam a compreensão acerca do desenvolvimento dos planos de turismo por órgãos responsáveis, os quais devem trabalhar para criar um arcabouço que permita sustentar esta estrutura no país.

Ao abordar que a política pública de turismo tecnicamente deveria ser um

documento público que reunisse pensamentos dos poderes públicos, tanto local, estadual e nacional, Cruz (2002b) relaciona a organização do setor do turismo a uma política territorial e, explica que esses documentos devem ser compostos de objetivos, metas diretrizes e estratégias. A política pública setorial é uma referência para o planejamento do setor do turismo, tanto para os agentes públicos quanto para a iniciativa privada.

As exigências do planejamento turístico e da intervenção governamental no processo de desenvolvimento do setor turístico surgem como resposta aos efeitos indesejados do desenvolvimento no setor, especialmente em âmbito local (HALL, 2001).

Embora se perceba a existência de algumas convergências nacionais, como a preocupação com a estabilidade econômica e as desigualdades, as forças políticas brasileiras apresentam divergências com relação às prioridades das ações, o que termina remetendo para a grande controvérsia em torno da crise do Estado e da natureza das eventuais reformas e mudanças de papel e iniciativas públicas. Grande parte do futuro do Brasil é fortemente influenciada pelas políticas públicas e pela ação ou falta de ação do Estado.

Quando tomadas estas ações, devem apresentar estruturas relacionadas aos problemas sociais e às carências nas infra-estruturas locais. As políticas públicas têm a função de proporcionar o desenvolvimento harmônico do turismo e ao Estado, cabe implantar ou melhorar a infra-estrutura básica e de acesso, que também atenda à população local (BARRETO, BURGOS E FRENKEL, 2003).

Enquanto no Brasil ainda há a necessidade de impor ao Estado infra-estrutura básica, países mais desenvolvidos abordam essa questão com a perspectiva de que a política do turismo é um conjunto de regulamentos que vai dar subsídio a uma estrutura na tomada de decisões. A política do turismo, quando trabalhada como um conjunto de regulamentações, regras, diretrizes, objetivos e estratégias, deve sustentar a estrutura nas tomadas de decisões, quer sejam coletivas ou individuais; porém, que auxiliem diretamente o desenvolvimento turístico e as atividades diárias dentro de uma destinação (GOELDNER, RITCHIE E MCINTOSH, 2002).

As informações tornam ainda mais claro como todo o processo é abordado no Brasil, no que tange às políticas públicas do turismo. Mas, apesar destes resultados serem apresentados de forma primária, é importante ressaltar que é resultado de anos de trabalho anteriores, embora se saiba que na história das políticas públicas

do turismo no país, a intervenção estatal gradativamente restringiu-se às modalidades de indução e controle, por seguir uma tendência neoliberal (CRUZ, 2002b).

Ainda em fase de implementação, as políticas de turismo no Brasil estão em desenvolvimento, estágio que deve servir também para detectar as falhas iniciais, as quais, posteriormente, serão analisadas e avaliadas; mediante as possibilidades de adequação, podem ser reestruturadas ou apenas descartadas.

4.2 A evolução das políticas de turismo no Brasil

Na década de 1950, o poder público federal começou a apresentar preocupação em relação à organização política do setor turístico no Brasil. Esta preocupação fez surgir a primeira Política Nacional do Turismo. Com o Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966 (já revogado), o qual estabelecia legalmente as atuações do setor, que começou a se configurar a partir de 1966, com Sistema Nacional de Turismo composto pela EMBRATUR, pelo CNTur e pelo Ministério das Relações Exteriores (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008a).

O CNTur - Conselho Nacional de Turismo teve por atribuições iniciais formular, coordenar e dirigir a Política Nacional de Turismo e da Empresa Brasileira de Turismo (EMBRATUR), a qual estava vinculada ao Ministério da Indústria e do Comércio e estabelecia sua sede na cidade do Rio de Janeiro (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008a).

Como forma de organizar o funcionamento e a fiscalização das atividades do setor de turismo no Brasil, a EMBRATUR passou a classificar os empreendimentos turísticos. As atividades e os serviços do setor são definidos apenas com a criação da Lei nº 6.505, de 1977. O exercício e a exploração das atividades e serviços turísticos são estabelecidos pelo Decreto-Lei nº 2.294, de 1986. O art. 1º deste decreto institui livre, no País, o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos, salvo quanto às obrigações tributárias e às normas municipais para a edificação de hotéis (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO, 2008a).

Ao instituir liberdade do exercício e da exploração de atividades e serviços turísticos, o Ministério não pensou na importância da regulamentação da profissão dos Bacharéis em Turismo. Desde a implantação do Decreto-Lei nº 2.294, de 1986,

até os dias atuais, a profissão não é regulamentada. Isso afeta diretamente o exercício da atividade (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO, 2008b).

Durante o governo Collor, a Empresa Brasileira de Turismo se mudou do Rio de Janeiro e passou a estabelecer sede e foro na Cidade de Brasília. No ano de 1991, foi criada a Lei nº 8.181, a qual institui nova denominação a EMBRATUR. A Empresa Brasileira de Turismo passou a ser o Instituto Brasileiro de Turismo, vinculado à Secretaria do Desenvolvimento Regional da Presidência da República. A EMBRATUR também recebeu o acervo documental das atribuições e competências do extinto CNTur (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008b).

Tendo por finalidade formular, coordenar, executar a Política Nacional de Turismo no País, por meio dos termos legais, a EMBRATUR também tinha por incumbência propor ao Governo Federal normas e medidas necessárias à execução da Política Nacional de Turismo, por meio de decisões que permitissem estimular as iniciativas públicas e privadas a desenvolver o turismo interno e externo para o Brasil.

O processo ficou ainda mais intenso, quando ocorreram as mudanças dos critérios de classificação hoteleira por estrelas, gerando divergência na parceria com a ABIH (Associação Brasileira da Indústria Hoteleira), podendo ser percebido um afastamento por parte da EMBRATUR na realidade turística nacional.

Objetivando desenvolver e fomentar o turismo no Brasil, foi instituído o Decreto-Lei de nº 448/92, o qual passou a ser trabalhado como forma de equacionar a renda nacional. Permeada por diretrizes no seu planejamento, a Política Nacional de Turismo inclui a prática do Turismo como forma de promover a valorização e a preservação do patrimônio natural e cultural do País e a valorização do homem como o destinatário final do desenvolvimento turístico (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO, 2008c).

O Governo de Itamar Franco instituiu o Decreto nº 946, de 1º de outubro de 1993, regulamentado na Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo, o qual deverá estar devidamente cadastrado na EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo e exercer as atividades de acompanhamento, orientação e transmissão de informações a pessoas ou grupos, em visitas, excursões urbanas, municipais, estaduais, interestaduais, internacionais ou especializadas (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO,

2008d).

Esta Política fez com que o governo de FHC, a partir de 1994, tivesse o turismo como setor estratégico, capaz de gerar renda e emprego. Pensando em dar seguimento às propostas para o setor turístico, o governo de FHC lança, em 1996, sob a responsabilidade do MICT – Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo e da EMBRATUR, a “Política Nacional de Turismo”, a qual deveria complementar as estratégias gerais estabelecidas no Plano Plurianual de Investimentos 1996-1999 (MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA COMÉRCIO E TURISMO, 2006).

Conforme Cruz (2002b, p. 34), não houve uma nova contribuição da Política Nacional do Turismo, ao levantar a hipótese de que “[...] foram mantidos pelo Governo Federal os mesmos objetivos, as mesmas diretrizes e as mesmas estratégias que nortearam a Política Nacional do Turismo válida entre 1996-1999”.

Com proposta de lançar uma política em escala Estadual e Municipal, foi criado o PNMT – Programa Nacional de Municipalização do Turismo, em 1994, por meio da Portaria nº 130, de 30 de março. Os programas em escala nacional foram lançados na expectativa de criar ações para desenvolver o turismo em algumas regiões do país (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008d).

O Governo trabalhou em quatro linhas convergentes, no decorrer dos últimos anos, a saber: reforma institucional dos serviços sociais básicos; definição, estruturação e implementação de programas sociais prioritários; seleção, articulação e focalização das ações de combate à miséria e; modernização do padrão de gestão de empreendimentos e programas de maior impacto do setor público federal (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008d).

O programa teve sua contribuição na movimentação de pessoas em todo o país, porém, foi percebido que o programa não apresentou resultados satisfatórios nas questões conflitantes aos seus objetivos, como as limitações financeiras dos municípios. O PNMT perdeu-se em sua própria estrutura e grandiosidade, embora as suas bases tenham servido para o lançamento das políticas do governo posterior, atualmente em vigor, fundamentadas na regionalização do turismo.

Dentro dessa nova realidade estrutural, a proposta do Plano Nacional do Turismo visava consolidar o Ministério como articulador do processo de integração dos mais diversos segmentos do setor turístico. O Governo FHC lançou o PNT, o qual deveria ser o elo entre os governos federal, estadual e municipal; as entidades não governamentais; a iniciativa privada e; a sociedade no seu todo. (PRESIDÊNCIA

DA REPÚBLICA, 2008e).

No final do Governo FHC, foi elaborando uma proposta de diretrizes para uma Política Nacional de Turismo, prevalecendo a idéia de continuidade desta Política para os próximos governos. Com base no que foi deixado, pôde ser elaborado documento, como princípio norteador das orientações estratégicas, demarcando o processo de revisão da gestão administrativa do Estado, no desenvolvimento do (PPA) Plano Plurianual de Ação 2001- 2003 (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008; PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008e).

Em 2003, o Governo Lula transferiu as competências relativas ao cadastramento de empresas à classificação de empreendimentos dedicados as atividades turísticas e ao exercício da função fiscalizadora, bem como os direitos, as obrigações e os acervos técnicos e patrimoniais utilizados no desempenho das atividades referidas da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo para o Ministério do Turismo, por meio do Decreto n.º 4.898. A EMBRATUR fica a cargo de prestar apoio logístico necessário à execução das atividades transferidas ao Ministério do Turismo (PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA, 2008c).

As mudanças governamentais deixam claro que os interesses individuais se sobrepõem aos interesses coletivos. O que a princípio deveria ter sido usado para desenvolver um plano de ação, resultou como processo norteador, devido às mudanças constantes de adequação (talvez pela carência de um planejamento adequado a um país de grandes dimensões e estruturas regionais divergentes).

Com as constantes mudanças do fluxo de deslocamento nacional e internacional, tornou-se necessário a adequação dessas políticas no setor do turismo para o país. Dessa forma, em janeiro de 2003, o governo Lula criou o Ministério do Turismo (MTur) e estabeleceu prioridades para o desenvolvimento do turismo, como elemento para alavancar o desenvolvimento socioeconômico do País (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

O Plano Nacional do Turismo foi lançado em abril de 2003, baseado na descentralização da gestão. O modelo de gestão adotado pelo MTur, segundo o Ministério do Turismo (2007), dispunha de maior atenção para o interior dos municípios brasileiros, com base nas suas riquezas ambientais, materiais e patrimoniais, e para as suas populações, em contraponto aos prejuízos impostos pela modernização. O modelo tinha por objetivo alcançar os resultados por meio da

gestão compartilhada, pelo planejamento nacional construído a partir das especificidades locais com enfoque no desenvolvimento regional.

Durante o ano de 2003, o Plano Nacional do Turismo recebeu alguns ajustes. Foi identificado que o modelo de gestão, quando apoiado na regionalização do turismo, e incorporando a noção de território e de arranjos produtivos, transformou-se em eixo estruturante dos macroprogramas do Plano. O Ministério do Turismo (2007) afirma que estes ajustes garantiram uma política pública mobilizadora que permitiu atender as múltiplas questões que interferem no equilíbrio social e econômico das comunidades, dos municípios, dos estados e do país.

No ano de 2004, o Ministério do Turismo apresentou o Programa de Regionalização do Turismo, pautado nas orientações contidas no Plano Nacional do Turismo. O diálogo nacional, promovido pelo MTur no âmbito do Conselho Nacional de Turismo e pelos governos estaduais, apoiados nos Fóruns Estaduais de Turismo, refletiam perspectivas da construção coletiva, representada pelo *trade* turístico, pela área acadêmica, e pela inclusão das organizações de agricultores, ribeirinhos, quilombolas, indígenas, extrativistas e outros (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2007).

Com finalidade de trabalhar a segmentação da oferta e da demanda, na concepção de produtos, roteiros e destinos que reflitam as peculiaridades e especificidades de cada região, o macroprograma de Regionalização do Ministério do Turismo (2008a) apresenta-se composto por quatro programas:

- **Programa de Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil:** Abrange 200 regiões turísticas no Brasil, as quais envolvem 3.819 municípios. Sua meta é estruturar 65 destinos turísticos.
- **Programa de Planejamento e Gestão da Regionalização:** Integra um conjunto de projetos e ações relacionados ao planejamento das regiões turísticas nas 27 Unidades Federadas. Suas principais ações estão relacionadas à economia da experiência; inventário da oferta turística; planejamento e gestão regional do turismo; 65 destinos indutores e rede cooperação técnica para a roteirização.
- **Programa de Estruturação dos Segmentos Turísticos:** É norteado por duas linhas estratégicas: segmentação da oferta e da demanda do turismo e estruturação de roteiros turísticos. Cada região é caracterizada pelos segmentos:

Turismo Cultural, Turismo Rural, Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Esportes, Turismo Náutico, Turismo de Saúde, Turismo de Pesca, Turismo de Estudos e Intercâmbio, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Sol e Praia, entre outros tipos de turismo. Sua principal ação está relacionada à política de atendimento aos segmentos turísticos.

- **Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo:** Objetiva estruturar as áreas turísticas de cada região, de forma a beneficiar a população residente pela dinamização da atividade turística. O programa aborda também a elaboração de planos diretores participativos municipais; fortalecimento da gestão administrativa e fiscal do município, da gestão do turismo dos estados e municípios; capacitação de mão-de-obra e empresarial; estudos de mercado turístico; planos de gestão ambiental e marketing; intervenções em infra-estrutura de transporte, saneamento ambiental e a conservação do patrimônio histórico. Sua principal ação está relacionada ao fortalecimento da capacidade de gestão do turismo.

O Programa de Apoio ao Desenvolvimento Regional do Turismo apresenta-se dividido em quatro programas que atendem diferentes regiões: PRODETUR NE II (estados da Região Nordeste, e o norte dos Estados de Minas Gerais e Espírito Santo); PRODETUR SUL (estados da Região Sul e o Estado de Mato Grosso do Sul); PROECOTUR (estados brasileiros da Amazônia Legal); e o PRODETUR JK (estados da Região Sudeste, Estado de Goiás e Distrito Federal) (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008a).

Para o desenvolvimento deste programa, o Ministério do Turismo (2008a) apresenta formas para a captação de recursos, de modo que: o PRODETUR NORDESTE II conta com recursos de financiamento do BID (Banco Interamericano de Desenvolvimento); o PRODETUR SUL vem sendo executado com recursos do Governo Federal; o PROECOTUR está focado no planejamento estratégico visando ao desenvolvimento do ecoturismo na região, e; o PRODETUR JK encontra-se em fase de estudos e preparação. Dada a abrangência do PRODETUR NACIONAL, o MTur negocia com o BID uma linha de crédito, na qual os estados interessados em desenvolver o programa solicitam os recursos financeiros diretamente ao BID.

Atualmente, o Conselho Nacional de Turismo vem realizando estudos que

possam consolidar um documento referencial sobre o Turismo no Brasil no período de 2007 – 2010, o qual analisa as perspectivas de desenvolvimento da atividade no País para os próximos anos e indica os caminhos a serem percorridos. Este documento referencial foi desenvolvido pelo Ministério do Turismo, por meio da Secretaria Nacional de Políticas do Turismo, com participação da Secretaria Nacional de Programas de Desenvolvimento do Turismo e da EMBRATUR (MINISTÉRIO DO TURISMO, 2008b).

Embora o Governo Federal venha apresentando projetos e planos para o desenvolvimento do turismo no Brasil, há ainda muito que se fazer no País, principalmente em relação à infra-estrutura básica. O desenvolvimento de uma política de turismo em âmbito nacional é inviabilizado quando não existe uma infra-estrutura que possa dar suporte às medidas estabelecidas. É inviável, por exemplo, um plano de turismo para áreas litorâneas que não apresente saneamento básico. Isto não quer dizer que não possa ser aplicado, porém os resultados futuros poderão resultar em sérios problemas urbanos e ambientais.

O planejamento turístico em âmbito nacional apresenta resultados em médio e longo prazos. Assim, é observada a descontinuidade dos processos implementados em gestões que antes duravam apenas quatro anos. Quando o processo estava em fase inicial de aplicação, ocorria a mudança de governo e os próximos criavam novos planos.

O turismo no País é resultado não apenas da criação de planos específicos, mas também do tempo de aplicação, ou seja, da continuidade dada aos já existentes. Dessa forma, pôde-se chegar ao estágio de monitoramento do planejamento, onde se observa o que precisa ser modificado para melhorar a aplicabilidade e o funcionamento da ação, a fim de se obter os resultados desejados.

4.3 A política do turismo no Estado de Santa Catarina

No ano de 1965, foi criada a Lei nº 3.684, a qual estabeleceu o Serviço Estadual de Turismo em Santa Catarina, com a finalidade de organizar, orientar, difundir e fomentar o turismo no Estado, propiciando condições de acesso, higiene e conforto às estâncias balneárias, hidrominerais, climáticas e de repouso. A Lei também previa fiscalizar as atividades de todas as empresas, estabelecimentos, entidades comerciais e industriais, bem como os serviços públicos, que se

relacionavam diretamente à prática do turismo (SANTA CATARINA, 2008).

Em 28 de junho de 1977, foi instituída a SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A, empresa de economia mista, criada com o objetivo de fomentar e divulgar a política estadual de turismo de Santa Catarina. Atualmente, a SANTUR encontrando-se vinculada à Sol - Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte (SANTUR, 2008a).

Para trabalhar o desenvolvimento da atividade turística no Estado, foi instituído o Plano do Governo de Santa Catarina no período de 1983 a 1986, o qual previa ações de formação, aperfeiçoamento e qualificação de capital humano. O plano previa a realização de estudos de mercado e implantação de obras, porém nada foi realizado. No período de 1987 a 1991, foi trabalhado o tema, “Santa e Bela Catarina”, com foco essencialmente promocional dos atrativos e serviços turísticos disponíveis no Estado. Os resultados não foram positivos, pois a imagem e a oferta local se mantinham baseada no atrativo “sol e mar” (MORETTO NETO, 2005).

No decorrer da década de 90, a atividade turística não apresentou expansão quantitativa. Os segmentos locais buscaram alternativas, por meio de sistematização estratégica nas áreas de serviços, recursos humanos, meio ambiente, infraestrutura, imagem da cidade, equipamentos urbanos e turísticos, cultura, organização institucional e eventos, para abrandar os efeitos da sazonalidade da atividade no espaço local (MORETTO NETO, 2005).

As estratégias definidas para o ano 2000, pelo PLANET - Plano Estratégico de Planejamento Turístico para Florianópolis, conforme Moretto Neto (2005) contemplavam ações para alcançarem os objetivos. Embora a proposta tenha tido assistência de atores vinculados à organizações, direta e indiretamente, envolvidas com o desenvolvimento da atividade turística, o grau de representatividade das mesmas e o poder de decisão não apresentava relevância.

Durante os anos de 2001 e 2002, representantes do segmento produtivo local participaram de discussões em busca de alternativas para o desenvolvimento do setor turístico, junto ao Fórum Estadual da Atividade Turística. Porém, os problemas colocados não eram diferentes dos identificados em outros momentos da análise ao longo das últimas décadas (MORETTO NETO, 2005).

Com a finalidade de monitorar e desenvolver o turismo no Estado de Santa Catarina, no ano de 2004, a SANTUR elaborou as rotas de destinos e roteiros turísticos. Divididas por oito regiões, estes destinos têm por objetivo relacionar cada

localidade com seus aspectos mais semelhantes, como, características climáticas, geográficas e históricas (figura 6).



Figura 6: Configuração do turismo no Estado de Santa Catarina

Fonte: SANTUR (2007b)

A denominação compreende as cidades que fazem parte do roteiro, sendo elas:

- **Rota do Sol:** Balneário Camboriú, Itapema, Bombinhas, Porto Belo, Itajaí, Penha e Balneário Piçarras;
- **Encantos do Sul:** Garopaba, Imbituba, Laguna, Praia Grande, Jaguaruna, Araranguá, Içara, Arroio do Silva, Sombrio, Balneário Gaivota, Criciúma, Urussanga, Nova Veneza, Orleans, Gravatal, Tubarão, São João do Sul, São Martinho e Santa Rosa de Lima;
- **Grande Florianópolis:** Florianópolis, Governador Celso Ramos, Palhoça, São José, Biguaçu, Santo Amaro da Imperatriz, Águas Mornas, São Pedro de Alcântara e Rancho Queimado;
- **Caminho dos Príncipes:** Joinville, Jaraguá do Sul, São Bento do Sul, Rio Negrinho, Corupá, Campo Alegre, Itaiópolis, São Francisco do Sul, Itapoá, Barra do Sul, Barra Velha;

- **Vale Europeu:** Blumenau, Pomerode, Brusque, Botuverá, Indaial, Timbó, Gaspar, Guabiruba, Rio do Sul, Ibirima, Apiúna, Presidente Getúlio, Doutor Pedrinho, Rio dos Cedros, Rodeio, Nova Trento e São João Batista;
- **Serra Catarinense:** Lages, Urubici, São Joaquim, Bom Jardim da Serra e Urupema;
- **Vale do Contestado:** Treze Tílias, Fraiburgo, Piratuba, Videira, Tangará, Pinheiro Preto, Porto União, Caçador, Irani, Ita, Seara e Frei Rogério;
- **Grande Oeste:** Chapecó, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Águas de Chapecó, Palmitos, São Carlos, Quilombo, Caibi, Saudades, Itapiranga, Abelardo Luz, São Domingos, Dionísio Cerqueira, Anchieta, Paraíso e São José do Cedro.

O Estado de Santa Catarina apresenta características peculiares na sua formação arquitetônica e cultural, por ter sido destino de chegada de imigrantes alemães e italianos. Os números do turismo no Estado evidenciam tendências ao crescimento. Dados de anos anteriores mostram um gradativo aumento de visitantes que vêm ao Estado por motivo de férias, festas regionais, eventos e outras opções disponíveis no Estado (SANTUR, 2007a).

Outra forma de atrair visitantes ao Estado é por meio da realização de congressos, convenções e grandes eventos, os quais ganham cada vez mais espaço. Dez cidades já constituíram seus *Convention & Visitors Bureaux*. Durante 2001, foram realizados 11.215 eventos nos mais de 100 espaços existentes no Estado, que reuniram 5,2 milhões de participantes; o equivalente à população do Estado (SANTUR, 2007b).

As políticas aplicadas pelo Governo Estadual, lançadas em 1965, não apresentavam resultados satisfatórios. Com a implantação dos planos lançados pelo Governo Federal, estes resultados vêm se modificando e confirmam a importância de uma estratégia na elaboração dos projetos de planejamento do turismo.

O planejamento turístico precisa apresentar programas que se adequem às necessidades locais ou regionais. O plano desenvolvido pela EMBRATUR e MiTur, na formatação das regiões mediante suas peculiaridades, apresenta efeitos positivos em Santa Catarina. Os dados da demanda turística revelam resultados satisfatórios e crescentes, sendo monitorados anualmente pela SANTUR.

5 A COMPREENSÃO DO SISTEMA TURÍSTICO CULTURAL DO AGLOMERADO URBANO DE ITAJAÍ

5.1 Análise do sub-sistema de fluxo e fixos do Turismo Cultural

A análise apresentada configura o sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí, o qual está composto pelos municípios de Navegantes, Balneário Camboriú e Camboriú. Os espaços e equipamentos analisados, de cunho turístico e cultural, devem ser utilizados tanto por residentes quanto por visitantes.

Neste sentido especificamente, as edificações tombadas pelo patrimônio histórico que agregam os equipamentos culturais destinados ao turismo em espaços de uso público, foram levantados e analisados nesta pesquisa. Sendo eles: biblioteca municipal, galeria de arte, museu, teatro, igreja, mercado público e casa de cultura. Para Gomes e Rejowski (2005, p. 2), a preservação dos bens culturais está diretamente relacionada ao uso democrático dos espaços, quando afirmam que “o lazer, relacionado ao ócio, ao lúdico, mostra certa autonomia, um direito individual e socialmente democrático”.

O turismo, quando uma das práticas possíveis de lazer que mantém ligações entre destinações, autóctones e visitantes, deve ser tratado numa dimensão global, buscando-se conhecer os impactos econômicos, ambientais e sócio-culturais, bem como os interesses e as aspirações da comunidade local (ANJOS, ANJOS e RADOS, 2005).

Com base nos pressupostos relacionados, essa análise apresenta dados relevantes, tanto para o desenvolvimento do turismo quanto para a qualidade de vida da população residente. Essa dinâmica atual do desenvolvimento turístico no espaço urbano, decorrente do processo de urbanização, é compreendida pelo espaço que compõe as edificações históricas.

A análise dos elementos que compõem os aspectos culturais está fundamentada no Modelo Sistêmico de Política, Planejamento e Gestão de Territórios Turísticos (Figura 7). A concepção destas particularidades está baseada pelo recorte teórico da compreensão do sistema turístico cultural, o qual foi analisado pelo sub-sistema de fluxos econômicos e socioculturais, composto no modelo Sistêmico descrito, adaptado de Santos (1997a).

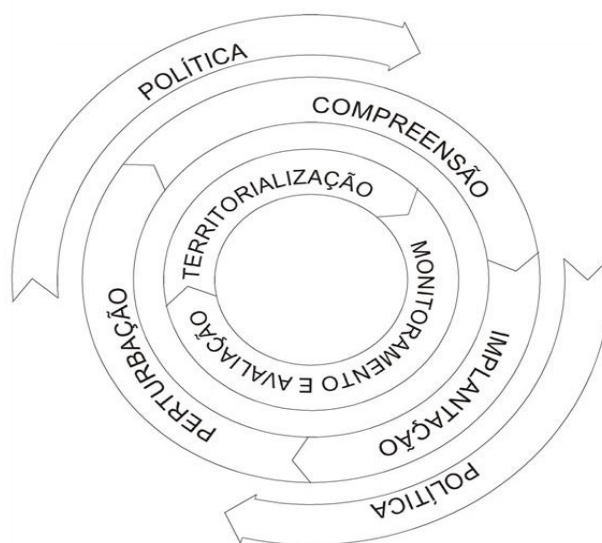


Figura 7: Modelo Sistêmico de Política, Planejamento e Gestão de Territórios Turísticos

Fonte: Anjos et al. (2007)

Como base no desenvolvimento de estratégias, operacionalização e avaliação, o modelo apresenta-se construído tendo por parâmetro o sistema de informações que permite armazenar informações espaciais, ecológicas, econômicas e sociais. O sistema é abastecido constantemente por dados dos elementos do próprio sistema, que vai determinar as limitações, as ameaças os pontos fortes e oportunidades para seu desenvolvimento (figura 8).



Figura 8: Modelo da compreensão do sistema turístico cultural

Fonte: Adaptado de Anjos et al. (2007)

O modelo de Sistema Territorial Turístico de Anjos (2004) é composto por dois sub-sistemas, representados por: Fixos (naturais e construídos) e Fluxos (sócio-culturais e econômicos). Na busca pela compreensão do Sistema Turístico Cultural do aglomerado urbano Itajaí - Balneário Camboriú, este modelo foi adaptado e analisado por meio do sub-sistema de Fluxos sócio-culturais e econômicos e, Fixos sócio-espaciais e naturais (tabela 1).

Tabela 1: Sub-sistema de Fluxos e Fixos do Turismo Cultural

SUB-SISTEMA DE FIXOS	
Naturais	Sócio-espacial
- Elementos naturais - Localização	- Infra-estrutura de acesso - Infra-estrutura turística - Elementos Culturais
SUB-SISTEMA DE FLUXOS	
Sócio culturais	Econômicos
- Características demográficas - Elementos históricos	- Demanda turística -Espaços culturais construído para lazer

Fonte: adaptado de Santos (1997a)

Nesta análise, os *Fixos naturais* descrevem os elementos naturais e a localização, os *Fixos sócio-espaciais* apresentam a infra-estrutura de acesso e infra-estrutura turística (hotel, bares, restaurantes).

Os *Fluxos sócio-culturais* representam as características demográficas (dados populacionais) e os elementos histórico-culturais (bens materiais tombados); os *Fluxos econômicos* indicam as características econômicas do turismo (demanda de turistas em 2007) e os elementos culturais construído para lazer (museu, teatro, cinema, galeria de arte, casa de cultura) do objeto estudado.

Ao abordar o espaço como um conjunto de *fluxos* e *fixos*, Santos (1997a, p.50) enfatiza que “os elementos *fixos* permitem ações que modifiquem o próprio lugar e os *fluxos* recriam as condições ambientais, sociais e redefinem cada lugar”. Assim sendo, a interação de fluxos e fixos juntos expressa a realidade geográfica do espaço, neste caso a análise em questão é representada pelo espaço turístico.

A organização sócio-espacial de um dado lugar é compreendida a partir da combinação de elementos físicos, biológicos e humanos, os quais vão definir os futuros processos de utilização de um dado espaço e de seus recursos por qualquer grupo humano que pense em viver nesse espaço (SANTOS, 1997b).

O espaço social, como toda realidade social quando estudado deve definir metodologicamente e teoricamente as três categorias analíticas (forma, estrutura e função), devido à relação funcional e estrutural existente entre elas. A estrutura funcional de um espaço compreende a inter-relação das partes de um todo, no que se refere ao seu modo de organização (SANTOS, 2004).

5.1.1 Sub-sistema de fixos naturais

O Sub-sistema de Fixos naturais compõe elementos cujas dinâmicas são integrantes do sistema natural, e são controlados por dinâmicas inerentes ao indivíduo. A ação humana sob tais elementos, pode prejudicar a sustentabilidade ecológica (VIANA, SOARES E ANJOS, 2007).

- **Elementos Naturais**

A vegetação dos municípios de Balneário Camboriú, Itajaí e Navegantes é do tipo litorânea por estarem próximos ao litoral. O município de Camboriú é composto por vegetação de mata atlântica. O clima destes municípios apresenta pouca variação. As temperaturas mínimas ficam entre 8°C e 10°C, no inverno, e alcançam de 35°C a 40°C, no verão (AMFRI, 2007; EPAGRI, 2007).

Os municípios apresentam relevos acidentados, constituídos de superfícies planas e onduladas, originárias do complexo de formas do modelado litorâneo e de superfícies onduladas e montanhosas. Em Itajaí e Navegantes, as restingas são parcialmente cobertas por aluviões do Rio Itajaí Mirim ¹⁴. As praias pertencentes ao Município de Itajaí são: praia Brava, praia de Atalaia e praia de Cabeçudas; de Navegantes são: praia do Gravatá e praia de Navegantes; e as praias de Balneário Camboriú são praia do Buraco, praia do Canto, praia Central, praia de Laranjeiras, praia de Taquarinhas, praia de Taquaras, praia do Pinho, praia do Estaleiro e praia do Estaleirinho (PDTMI, 2005; SECTUR, 2008).

- **Localização**

A área estudada está delimitada no aglomerado urbano de Itajaí – Navegantes, Balneário Camboriú - Camboriú (figura 9), localizada no Estado de Santa Catarina, na Região Sul do Brasil. O Estado ocupa uma área de 95.985 km² e apresenta uma população estimada em 5 milhões e 800 mil habitantes e conta com 293 municípios, distribuídos em três regiões geográficas distintas: Planícies Costeiras, Serras Litorâneas e o Planalto Ocidental (SANTUR, 2007a).

¹⁴ A bacia hidrográfica do Rio Itajaí abrange 47 municípios em uma área de 15.500 km², subdividida, em função das suas características geológicas e geomorfológicas, em três grandes compartimentos naturais, sendo eles, o alto, o médio e o baixo vale, este último se situa o Município de Itajaí (Plano Diretor de Itajaí, 2006).



Figura 9: Localização do aglomerado urbano Itajaí/Navegantes – Balneário Camboriú/Camboriú

Fonte: Google Earth (2008)

5.1.2 Sub-sistema de fixo sócio-espacial

O Sub-sistema dos elementos sócio-espacial é resultante das ações humanas. Os elementos construídos têm alto grau de permanência, se constituindo nas variáveis da escala própria do planejamento, ou seja, de escalas espaciais de territórios mais específicos (cidade ou lugar) e escalas temporais do homem (VIANA, SOARES E ANJOS, 2007).

- **Infra-Estrutura de Acesso**

Por infra-estrutura de acesso compreendem-se as vias que permitem a entrada de pessoas ou coisas no destino desejado. No aglomerado urbano de Itajaí, os acessos são realizados por vias rodoviárias, aeroviárias e portuárias, conforme o exposto na tabela 2.

Tabela 2: Acesso rodoviário, portuário e aéreo

MUNICÍPIOS	Rodovias	Porto	Aeroporto	Terminal Rodoviário
Itajaí	BR 101 SC 470 SC 486 SC 412	Porto de Itajaí	Distância de 21km do Aeroporto de Navegantes	Possui o Terminal Rodoviário Internacional de Itajaí
Navegantes	BR 101 SC 470	Porto de Navegantes	Aeroporto internacional Ministro Victor Konder	Atendido pelas empresas de auto viação Rainha e Catarinense.
Balneário Camboriú	BR 101 SC 412	Distância de 10 km do porto de Itajaí	Distância de 30km do Aeroporto de Navegantes	Possui o Terminal Rodoviário de Balneário Camboriú
Camboriú	Esta a 3 km de distância da BR 101	Distância de 13km do porto de Itajaí	Distância de 32km do Aeroporto de Navegantes	Atendido pelas empresas de auto viação Praiana e Catarinense

Fonte: Prefeitura Municipal de Navegantes (2008); AMFRI (2007)

A mais importante rodovia federal do País, a BR-101, possibilita o acesso direto aos Municípios de Navegantes, Balneário Camboriú e Camboriú. O eixo rodoviário da BR-101 também possibilita a utilização das vias de acesso BR-470, que liga todo o oeste catarinense, SC-486, com Brusque, e SC-470, que tem ligação direta com Blumenau (AMFRI, 2007; Plano Diretor de Itajaí, 2006).

O Porto de Navegantes está na margem esquerda do Rio Itajaí-Açú e, na margem direita, está o Porto de Itajaí. Estas cidades utilizam a BR 101 e a SC 470 como vias de escoamento de cargas para a região. Em Navegantes também está localizado o segundo aeroporto mais importante do Estado (PORTONAVE, 2008).

O fato da BR-101 se apresentar como a rodovia de escala regional e nacional facilita o escoamento e a acessibilidade entre os conjuntos apresentados na figura 10. Observam-se, assim, massas expressivas com fortes relações entre si. Essas massas, embora segregadas, localizam-se ao longo do litoral como forma de exploração da paisagem, da pesca, do transporte hidroviário.

As inter-relações regionais são evidenciadas por massas que geram uma relação de dependência. Essas relações possibilitam uma maior compreensão do sistema territorial turístico de Itajaí, por um conjunto representado por três sistemas urbanos consolidados que formam esta região: Itajaí/Navegantes, Balneário Camboriú/Camboriú seguidos de Itapema/Porto Belo (ANJOS et al., 2007).

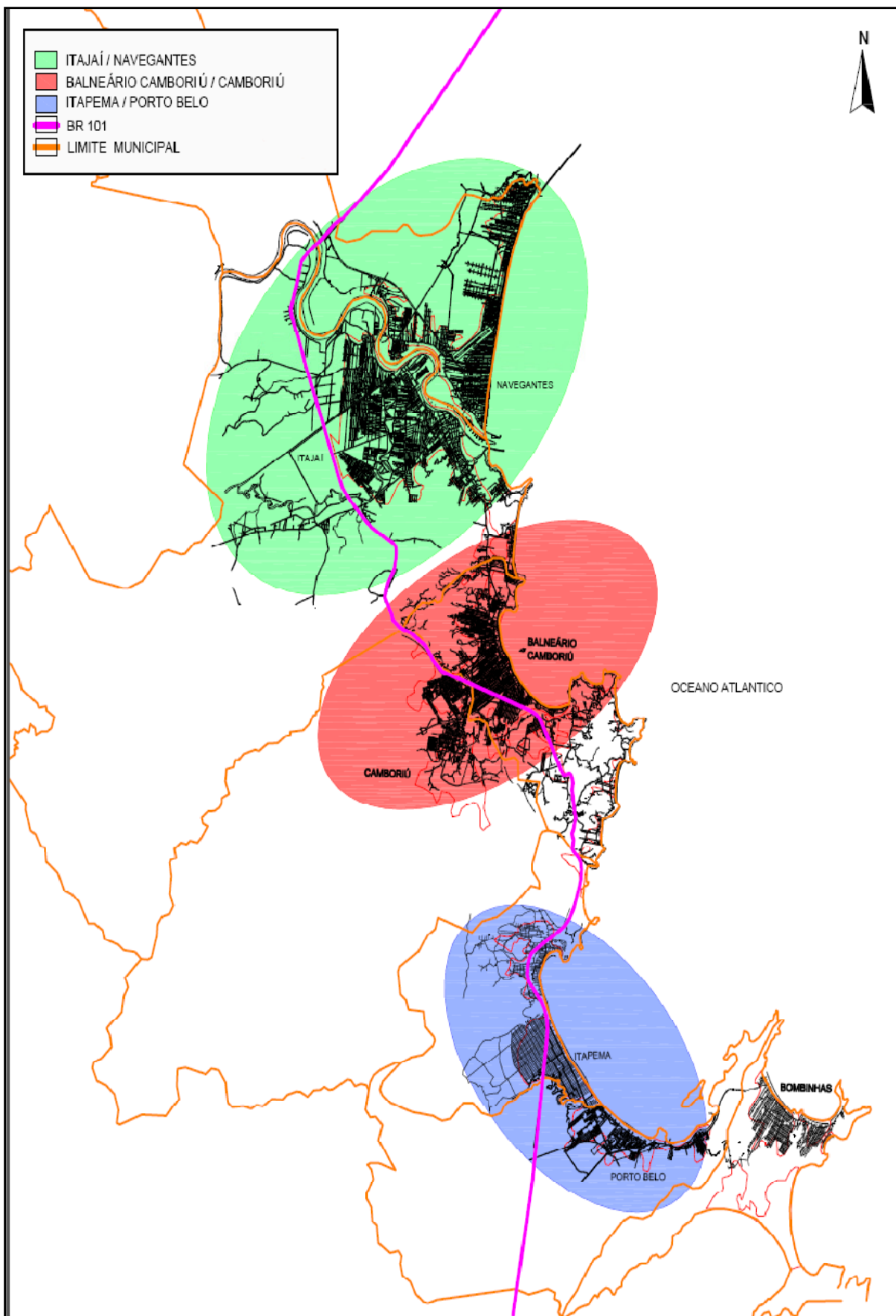


Figura 10: Sistema viário regional da foz do Rio Itajaí – Açú

Fonte: Anjos et al.(2007)

No que se refere às empresas de transportes terrestres intermunicipais, interestaduais e internacionais, Itajaí destaca-se pelo Terminal Rodoviário Internacional de Itajaí - TERRI. O transporte marítimo é realizado através do Porto, localizado à margem direita do rio Itajaí-Açú, a 3,2 km da foz (AMFRI, 2007).

O Porto apresenta uma evolução na movimentação de cargas referentes a embarque e desembarque, desde o ano de 1986. As principais vias rodoviárias de acesso de escoamento de mercadorias do porto para o Estado e regiões próximas são: a BR 101, que faz ligação ao sul com Florianópolis e Porto Alegre e, ao norte, com Joinville e Curitiba e; a BR 470, que liga Itajaí a todo o Oeste Catarinense, passando por Blumenau e Campos Novos (AMFRI, 2007).

No transporte aéreo, o aeroporto internacional Ministro Victor Konder, situado em Navegantes, apresenta importância turística e econômica para os municípios que ficam em sua proximidade. É comumente utilizado por ser o mais próximo, ficando a 7 km de distância de Itajaí. Atualmente, o aeroporto possui infra-estrutura para receber 600 mil passageiros por ano. Em 2005, o número de passageiros chegou a 495 mil. O aeroporto disponibiliza uma pista de 1.701 metros (INFRAERO 2006 apud AMFRI, 2007).

- **Infra-Estrutura Turística**

Considerado os aspectos econômicos diretamente ligados ao turismo na tabela 3, observa-se que o município de Balneário Camboriú apresenta a maior oferta dos estabelecimentos de alimentos e bebidas, dos meios de hospedagem e dos empreendimentos de entretenimento (casa de shows, danceterias e clubes).

Tabela 3: Oferta dos empreendimentos Turísticos

Empreendimentos Turísticos	Itajaí	Navegantes	Balneário Camboriú	Camboriú
Restaurantes	30	14	103	4
Bares	19	7	144	6
Casa de show/danceterias/ clubes	16	3	30	1
Número dos meios de hospedagens	27	10	222	7
Número de leitos em meios de hospedagens	2.200	300	20.000	300
Agência de Viagens	29	15	55	3

Fonte: AMFRI (2007)

O município de Itajaí se mostra paralelo a esse desenvolvimento turístico, devido à baixa oferta de meios de hospedagem, bem como do número de leitos, serviços e infra-estrutura hoteleira, seguido de Navegantes e Camboriú que mostram pouca representatividade nesse aspecto.

As agências de viagem estão localizadas, em sua maioria, em Balneário Camboriú, seguido de Itajaí, Navegantes e Camboriú. Esses aglomerados de agências em Balneário Camboriú auxiliam a distribuição de turistas para outros municípios da região.

- **Elementos Culturais**

Os elementos culturais tombados pelo Estado e pelo Município são apresentados de acordo com dados arquitetônicos, os quais descrevem as características e estilos de sua construção; dados cronológicos, que identificam seu ano de construção, e; o tomo, identificado pelo decreto que estabelece a salvaguarda do bem.

- ✓ **Bens Tombados apenas pelo Estado**

A igreja Matriz do Santíssimo Sacramento é a única edificação tombada em Itajaí apenas por decreto estadual e recebe o apoio da Fundação Catarinense de Cultura.



Figura 11: Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A construção da Igreja teve início em 1941 e foi inaugurada em 15 de novembro de 1955. A igreja apresenta estilo arquitetônico neogótico, com arcos romanos e seis torres. Seus cinquenta e cinco vitrais formam três séries de janelas. Sobre a entrada está uma imensa rosácea central.

✓ **Bens Tombados apenas pelo Município**

Os bens edificados tombados apenas por decretos municipais em Itajaí recebem o apoio técnico da Fundação Cultural de Itajaí e da Fundação Genésio Miranda Lins, nas providências adequadas à manutenção e na preservação. Essas edificações tombadas são: a Capela Santa Terezinha, a casa Lins, a casa Mello, a Estação Ferroviária Engenheiro Vereza, a Fábrica Renaux e a Sociedade Sebastião Lucas Pereira.



Figura 12: Capela Santa Terezinha

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A construção da Capela Santa Terezinha teve início em 1920. Foi idealizada por três senhoras de Itajaí, que encabeçaram um movimento para a sua construção.



Figura 13: Casa Lins

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A casa foi construída em 1920, em estilo eclético. Pertenceu a Norberto Backman, foi vendida para Francisco Olegário Santos e Maria Zimmerman do Santos, pais de Consuelo dos Santos, que, em 1929, casou-se com Genésio Miranda Lins. O casal Lins nunca ocupou a casa, onde, em 1977, funcionou o Mobral, e em 1983, foi ocupada pela Fundação Genésio Miranda Lins.



Figura 14: Casa Mello

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A casa foi construída entre 1890 e 1910, sendo um dos últimos exemplares existentes com características da arquitetura colonial em Itajaí. Apresenta características arquitetônicas remanescentes do século XVIII e XIX, tanto no formato do seu lote¹⁵ como na sua construção.



Figura 15: Estação Ferroviária Engenheiro Vereza

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A construção da estação teve início no final de 1920, com o prolongamento da ferrovia de Blumenau a Itajaí. A estação fica no bairro de Itaipava, em Itajaí. A construção terminou em 1947 e a estação foi inaugurada em 1954. Seu nome é uma homenagem ao chefe da obra da Estação Ferroviária de Santa Catarina.



Figura 16: Fábrica de Tecidos Renaux

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

O prédio foi construído em 1920, para abrigar uma fábrica de tecidos pertencente à família Renaux de Brusque. Sua construção, em estilo germânico, ficou a cargo da Empresa Azevedo, Petermann e Cia. A fábrica foi desativada em 1970.



Figura 17: Sociedade Sebastião Lucas

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Sociedade Sebastião Lucas (2008)

¹⁵ No século XVIII os lotes eram padronizados, com cerca de 10m de frente e de grande profundidade. Os casarios eram construídos sobre o alinhamento das vias públicas e paredes laterais sobre o limite do terreno. A construção no limite lateral do terreno ocorria, mediante a expectativa de que houvesse uma construção vizinha, como forma de garantir uma relativa estabilidade e a proteção das empenas contra a chuva (FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS, 2007).

Fundada em maio de 1952, a Sociedade Sebastião Lucas é um espaço destinado a fortalecer a cultura afro-brasileira em novas práticas sociais na história de Itajaí.

✓ ***Bens Tombados pelo Estado e pelo Município***

Os bens edificados tombados por decretos estaduais e municipais em Itajaí recebem o apoio técnico da Fundação Genésio Miranda Lins, da Fundação Cultural de Itajaí e da Fundação Catarinense de Cultura. Os bens tombados pelo Estado e pelo Município são: a Antiga Fiscalização do Porto, a Casa Almeida & Voigt, a Casa Bauer & Cia, a Casa Burghardt, a Casa Konder, a Casa Malburg, o Grupo Escolar Vicor Meirelles, o Hotel Rota do Mar, a Igreja da Imaculada Conceição, o Mercado Público Municipal e o Palácio Marcos Konder.



Figura 18: Antiga Fiscalização do Porto

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

Construída em 1930, com tijolos e coberta com telhas francesas. Uma parte do sobrado e uma área murada tem acesso para uma pequena praça interna.



Figura 19: Casa Almeida e Voigt

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

Construída em 1928, com influência do estilo neoclássico, a casa pertencia aos empresários Francisco de Almeida e Augusto Voigt. Na época da construção, Itajaí apresentava grande desenvolvimento econômico, com navegação de cabotagem e muitas empresas se estabeleciam na cidade. No ano de 1935, passou a abrigar a primeira sede do Banco Inco.



Tombo Estadual: Decreto Nº 3.460, de 23 de Nov. 2001
Tombo Municipal: Decreto Nº 7.925, de 26 de Jun. 2006

Figura 20: Casa Bauer e Cia

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A casa foi construída no ano de 1924, em estilo eclético, pela companhia Malburg. Em 1940, foi vendida à empresa Bauer. Em 1947, sediou o Ginásio Itajaí e, em 1999, passou a ser ocupada por uma empresa de gelo.



Tombo Estadual: Decreto Nº 3.459, de 23 de Nov. 2001
Tombo Municipal: Decreto Nº 7.927, de 26 de Jun. 2006

Figura 21: Hotel Rota do Mar (Antigo Hotel Brazil)

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

O hotel foi inaugurado em 1897. Sua construção foi inspirada nos estilos romântico e neo-clássico, servindo como ponto de encontro de negociantes e local onde alguns médicos marcavam consultas durante a semana.



Tombo Estadual: Decreto Nº 3.460, de 23 Nov. 2001
Tombo Municipal: Decreto Nº 5.759, de 17 Dez. 1998

Figura 22: Casa Burghardt

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

Construída em 1902, com características ecléticas e influências da arquitetura germânica, a casa, que servia de residência e comércio, pertencia ao casal August Heinrich e sua esposa Matilde. Com a morte de Heinrich, Matilde casou-se com Nikolau Burghardt. Em 1960, a casa foi vendida e ocupada pelo bar Seares até 1970. Em 1996, a empresa Votorantim adquiriu a posse da casa e doou ao Município. Em 1999, passou a abrigar a Fundação Cultural de Itajaí.



Tombo Estadual: Decreto Nº 3.460, de 23 de Nov, 2001
Tombo Municipal: Decreto Nº 5.756, de 17 de Dez. 1998

Figura 23: Casa Konder

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A Casa Konder foi uma das primeiras edificações construídas na cidade. A obra, iniciada em 1898, foi concluída apenas em 1904. Em 1910, foi fundado o comitê civilista pró-Rui Barbosa. Com traços da arquitetura alemã, denominado estilo hanseático, a casa pertenceu à Caixa Econômica Federal de 1980 a 1998. Passando a sediar o arquivo histórico, o qual foi transferido para a Casa Lins em 2001, atualmente abriga a livraria Casa aberta.



Tombo Estadual: Decreto Nº 3.460, de 23 de Nov, 2001
Tombo Municipal: Decreto Nº 5.909, de 27 de Abr. 1999

Figura 24: Casa Malburg

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A Casa foi construída em 1860, a pedido do imigrante alemão Nicolau Malburg, com influência da arquitetura européia. Em 1915, serviu de moradia para a família de Bruno Malburg. Em 1937, passou a sediar a Cia Malburg S/A. No ano de 1992, passou a abrigar a sede da Receita Federal.



Tombo Estadual: Decreto Nº 3.459, de 23 Nov. 2001
Tombo Municipal: Decreto Nº 5.757, de 17 Dez. 1998

Figura 25: Grupo Escolar Victor Meirelles

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

Em estilo eclético, originalmente funcionou como Grupo Escolar Victor Meirelles. O edifício apresenta padrões arquitetônicos das escolas paulistas do início do Século XX. No ano de 1981, o grupo escolar encerrou suas atividades. Em 1992, passou a abrigar a casa da cultura e, em 1998, inaugurou a galeria de arte.



Tombo Estadual: Decreto Nº 2.294, de 25 de Jun. 1998
Tombo Municipal: Decreto Nº 7.926, de 26 de Jun. 2006

Figura 26: Igreja Imaculada Conceição

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A capela foi edificada em 1824, quando a cidade foi fundada. Em 1889, foram construídos a torre, o batistério e o coro. Em 1935, foram construídas as colunas e, em 1920, a torre foi aumentada. Com as sucessivas intervenções, a igreja não guarda um estilo arquitetônico definido, pois, sofreu interferências de construtores e arquitetos portugueses e alemães.



Tombo Estadual: Decreto Nº 3.460, de 23 de Nov. 2001
Tombo Municipal: Decreto Nº 5.755, de 17 de Dez. 2001

Figura 27: Mercado Público Municipal

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

O mercado foi construído em 1916, sendo inaugurado em 1º de janeiro de 1917, para atender agricultores, pescadores e comerciantes, servindo para venda a varejo de secos e molhados. Em 1936, sofreu um incêndio. Após o incêndio, suas fachadas foram modificadas. Passou por algumas intervenções, e ficou fechado entre 1984 e 1996, sendo restaurado em 1997 e reaberto em 2001.



Tombo Estadual: Decreto Nº 3.460, de 23 de Nov. 2001
Tombo Municipal: Decreto Nº 5.758, de 17 de Dez. 1998

Figura 28: Palácio Marcos Konder

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

O Palácio foi construído entre 1920 e 1922, onde foi inaugurado e instalado a sede da prefeitura municipal. Apresentando estilo eclético, com ornamentos clássicos nas pilastras e cimalkas e arco pleno nas aberturas. Em 1982, foi inaugurado o museu histórico e, em 1985, foi instalado o arquivo histórico.

Por meio de um conjunto de ações, foi permitido ao Estado de Santa Catarina e ao Município de Itajaí, com base em legislação federal, a realização de tombos para salvaguardar estas edificações históricas apresentadas. A partir da preservação destes elementos culturais, a população valoriza sua história e sua cultura. Mantê-los é uma forma de repassar os valores históricos e culturais, tanto para a população local quanto para os visitantes.

5.1.3 Sub-sistema de fluxo sócio-cultural

O Sub-sistema dos fluxos sócio-culturais é composto por dinâmicas inesperadas, sendo bastante complexo. Isso ocorre devido ao envolvimento da relação do homem com o sistema econômico e social (VIANA, SOARES E ANJOS, 2007).

- **Características Demográficas**

Os dados populacionais do aglomerado urbano indicam a população de habitantes residentes em áreas rurais e urbanas, bem como a densidade demográfica de cada município.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) indica a síntese da qualidade de vida de um determinado lugar, com base nos componentes: longevidade, educação e renda. Esse índice varia de 0 – 1. Quanto mais próximo do valor 1, indica uma melhor qualidade de vida do lugar (AMFRI, 2007).

Tabela 4: Dados da população e IDH do aglomerado urbano em 2000

População (habitantes)	Itajaí	Navegantes	Balneário Camboriú	Camboriú
Urbanos	141.950	36.650	73.455	39.427
Rurais	5.544	2.667	----	2.018
Total	147.494	39.317	73.455	41.445
Densidade demográfica (hab./km²)	510,01	351,67	1.576,29	194,39
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) - 2000				
Índice de Longevidade	0,735	0,771	0,804	0,766
Índice de Educação	0,906	0,862	0,940	0,841
Índice do PIB	0,767	0,685	0,859	0,686
IDH - Municipal	0,803	0,773	0,868	0,764

Fonte: AMFRI (2007)

Referente aos dados do Plano Diretor de Itajaí (2006) na tabela 4, o complexo

Itajaí-Navegantes apresenta uma população total maior do que Balneário Camboriú – Camboriú; porém, Itajaí e Balneário Camboriú têm o IDH-M superior aos de Navegantes e Camboriú. Observa-se também, um desenvolvimento na densidade demográfica do município de Itajaí devido à heterogeneidade econômica, em decorrência da movimentação portuária (PDI, 2006; AMFRI, 2007).

- ***Elementos Históricos***

Tendo em vista identificar a herança dos bens materiais e imateriais, presente na trajetória do processo evolutivo da formação do núcleo urbano de Itajaí, faz-se necessário compreender a organização do espaço urbano em seu contexto histórico. A integração dos bens históricos materiais com o núcleo urbano, é compreendida neste estudo, permeado por um recorte teórico, visando entender as relações entre o uso e a apropriação do patrimônio cultural edificado em Itajaí.

Ao contextualizar a composição da cidade por meio da organização do espaço urbano, Sanfelice (2005, p. 79) entende que essa movimentação “passa a existir a partir do processo histórico” e enfatiza também que para Lefebvre (1991) a história, vista como movimento de um conteúdo, produz diferenças, conflitos e problemas, podendo ser considerada da natureza ou do conhecimento social do ser humano.

Observando o transcorrer histórico do desenvolvimento da cidade, vê-se que na cidade arcaica a propriedade privada (solo, dinheiro e escravos) se fortalecia e se concentrava, sem sobrepor, os direitos da cidade ao território. Com a separação do campo e da cidade, origina-se a divisão social dos trabalhos, sobrepondo o trabalho material ao trabalho intelectual (LEFEBVRE, 1991).

A sobreposição observada nos primeiros povoamentos do litoral catarinense tem início com a dispersão dos paulistas e vicentistas pela costa sul. A caça aos índios, que seriam vendidos como escravos, e a busca por minas de ouro e prata, fez aumentar o interesse da família real portuguesa. Esse povoamento foi intensificado no litoral e passou a servir de base aos empreendimentos da coroa portuguesa na área do Rio do Prata (FLORES, 1979).

Especificamente no caso do Estado de Santa Catarina, as divisões físicas (Litoral e Planalto) contribuíram para algumas características na sua formação. O espaço foi sofrendo modificações em decorrência de fatores resultantes do povoamento, a partir do século XVI. Com o propósito de assegurar as terras para a

coroa portuguesa, a colonização dada entre os séculos XVII e XVIII teve por finalidade a exploração da terra (MOREIRA, 1995).

As mudanças iniciais do estabelecimento de uma vida social organizada são abordadas por Lefebvre (1999, p. 21) como “o esboço de um Estado”, pois os centros urbanos geralmente são ocupados por conquistadores que se tornam exploradores, opressores, os quais posteriormente vão fundar e administrar a “cidade política”¹⁶.

Essa contextualização da organização do espaço e da evolução urbana da cidade de Itajaí descreve bem suas transformações funcionais, desde as primeiras ocupações, com a funcionalidade do rio Itajaí-Açú e, por conseguinte, as suas modificações espaciais, adequando-se ao processo de industrialização.

Com o avanço vicentino pelo litoral Sul do Estado, na segunda metade do século XVII, surgiram três pequenos núcleos costeiros, sendo eles: as vilas de Nossa Senhora do Rio de São Francisco (atual São Francisco do Sul); Nossa Senhora do Desterro na Ilha de Santa Catarina, onde Francisco Dias Velho se estabeleceu com familiares e agregados em 1678; e ainda a vila de Santo Antônio dos Anjos de Laguna, fundada em 1688 (MOREIRA, 1995; PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ, 2007; LENZI, 2002).

A partir de 1715, com a concessão de sesmarias ao português Manoel Manso de Avelar, a Ilha começa a ser povoada como forma de se defender do assédio constante por parte de navios estrangeiros. Por volta de 1720, Bartolomeu Paes de Abreu sugeriu ao Rei de Portugal a abertura de um caminho que ligasse São Paulo ao atual Rio Grande do Sul, que resultou na fundação de Lages (GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA, 2007).

No ano de 1748, chegaram à ilha de Santa Catarina os primeiros povoadores, oriundos do Arquipélago dos Açores. Distribuídos entre a ilha de Santa Catarina e o continente, que ocupavam de São Miguel até as adjacências de Laguna. Ao final do século XVIII, as terras do atual município de Itajaí já eram habitadas por silvícolas, em sua parte litorânea, embora se tivesse notícia da concessão de terras na bacia de Itajaí, por volta de 1658, a João Dias de Arsão (FLORES, 1979; LENZI, 2002).

¹⁶ A cidade política administra, protege e explora um território freqüentemente vasto, mas quando o monarca passa a dirigir os grandes trabalhos agrícolas (drenagem, irrigação, etc.) ele governa um determinado número de aldeias e passa a se apropriar do solo. Diferente dos camponeses e das comunidades que conservam a posse da terra mediante o pagamento de impostos (LEFEBVRE, 1999, p. 21).

Nas décadas iniciais do século XIX, o povoamento foi se intensificando na região de Itajaí. Com a vinda de descendentes de açorianos, vicentistas e luso-brasileiros de outras partes da Capitania e a chegada de famílias alemãs, sendo o primeiro grupo de colonos não portugueses vindos à Santa Catarina, foi fundada a colônia de São Pedro de Alcântara¹⁷. Os colonos que não permaneceram em São Pedro de Alcântara, migraram para outras regiões, principalmente para a região de Itajaí (FLORES, 1979).

Nesse mesmo período, a coroa real portuguesa concedeu a Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond a Sesmaria (figura 11) e ordenou que ele estabelecesse uma colônia em terras da região. Flores (1979, p. 51) afirma que “as terras não eram as da foz do Itajaí-Açú, mas ficavam às margens esquerda do seu afluente, o Itajaí-Mirim, cerca de 18 km acima da barra deste; esclarecendo uma confusa e duvidosa questão na história de Itajaí, a de que Drummond seria o seu fundador.

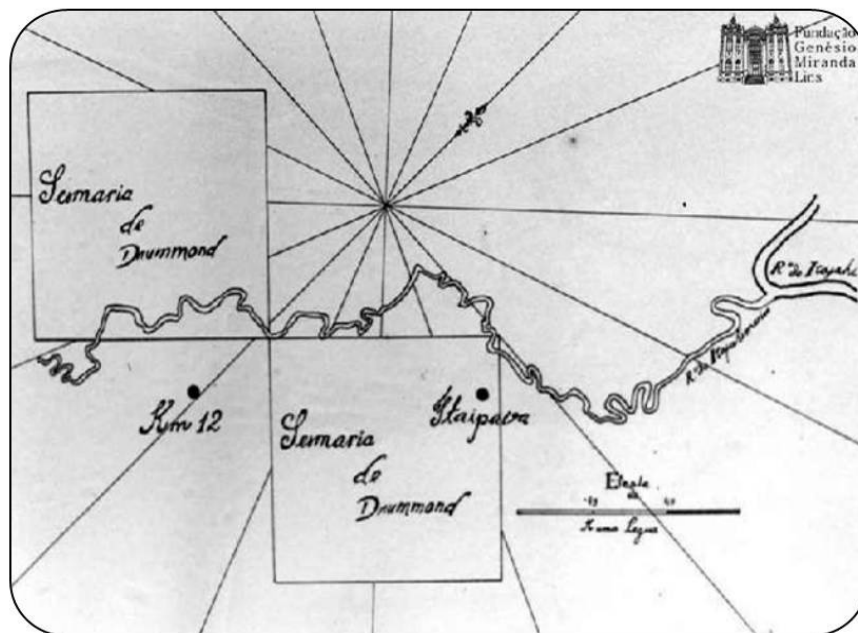


Figura 29: Sesmaria concedida a Antônio Menezes de Vasconcellos Drummond

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007b)

Ao afirmar que “Agostinho Alves Ramos é o fundador de Itajaí [...]”, Flores (1979, p. 52) não se refere a ele como sendo o primeiro a morar, tampouco o pioneiro, mas, o que toma o cargo de líder de uma nova povoação que vai surgindo, que a organiza e a faz prosperar. Quando os interesses foram centralizados, ocorreu

¹⁷ A Colônia de São Pedro de Alcântara foi estabelecida em 1823, a 5 léguas de São José, à margem esquerda do rio Maroim, por 166 famílias alemãs, oriundas de *Bremem*, num total de 525 pessoas.

uma conversão de valores em torno do chefe (fundador), que passou a ser o administrador. Isso é pertinente ao discurso de *Lefebvre* sobre conquistadores, exploradores e opressores que em seguida vão estabelecer a *cidade política*.

No ano de 1834, o Estado de Santa Catarina passou a contar com as comarcas do Norte, com sede em São Miguel e jurisdição nos termos das vilas de Lages, São Francisco, Porto Belo e São Miguel; e a do Sul com sede em Desterro, atendendo os termos das vilas de Desterro, Laguna e São José. Como o maior núcleo de povoamento da região ficava entre São Miguel e São Francisco, o Conselho Geral da província deu foro de vilarejo aos habitantes de Garoupas e decretou a Vila, denominada Porto Belo; sendo o primeiro município que se originou de São Francisco na primeira metade do século XIX (KOHL, 2001; CRUZ, 2002a).

A instalação do curato, em 1824, resultado na fundação de Itajaí, deixou de pertencer ao Município de São Francisco, em 1832, e passou a integrar o Município de Porto Belo. Em virtude da colonização dos terrenos do Itajaí-Mirim e Belchior, pela vinda de colonos de São Pedro de Alcântara e pelo comércio regional madeireiro, a população se intensificou e Itajaí passou a se tornar um ponto estratégico, principalmente, por sua situação geográfica (FLORES, 1979).

Com a elevação de Itajaí à Freguesia em 1833, seus limites iam do rio Gravatá, ao Norte, até o rio Camboriú, ao Sul. O povoado do Santíssimo Sacramento apresentava pouco mais do que uma dezena de habitações de taipa, distribuídas pela beira do rio, que ia desde a foz, no oceano, até a barra do Itajaí-Mirim. A loja de secos e molhados que pertencia a Agostinho Alves Ramos servia aos moradores adjacentes, que buscavam recursos para as suas necessidades. Conforme Flores (1979, p. 54) “no ano de 1840, a Freguesia do Santíssimo Sacramento contava com uma população de 1.404 habitantes” (KOHL, 2001).

Em um segundo momento, aproximadamente em 1850, a cidade passou a receber os imigrantes alemães e italianos, os quais passaram a se estabelecer em sua maioria na colônia Dr. Blumenau. Os que permaneceram em Itajaí dedicaram-se a pesca, a carpintaria e a agricultura. O caminho aberto de Itajaí, para a Colônia de Blumenau, posteriormente, serviu de passagem para escoamento de produtos desembarcados no Porto de Itajaí, intensificando mais a economia local e abrindo novos espaços para moradias e comércios (BITTENCOURT, 2000).

A figura 12 mostra a planta de localização do centro de Itajaí, em 1887, apresentado-se composta pela casa comercial de Agostinho Alves Ramos, a capela

de São João Batista de Itapocorí, atual Igreja Imaculada Conceição e o cemitério. Esses elementos compunham o núcleo urbano, ou o *Casco Antigo* de Itajaí, que, posteriormente, deram continuidade ao aglomerado urbano da cidade.

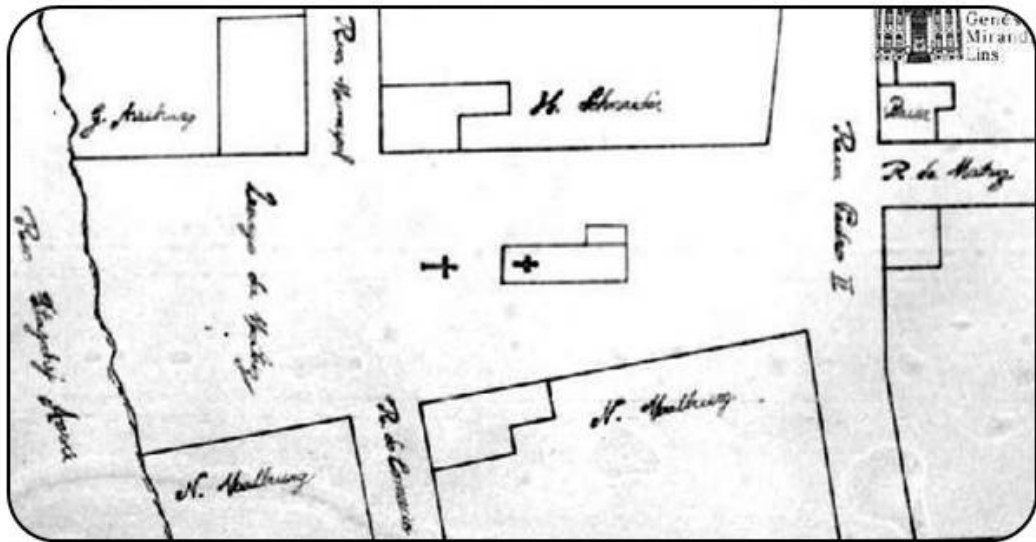


Figura 30: Planta de localização do centro de Itajaí em 1887

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007b)

A evolução histórica de Itajaí teve seu início do litoral para o interior. Com a chegada dos açorianos e a criação de Lages, no século XVIII, e, o surgimento das colônias de imigrantes italianos e alemães no século XIX, sendo esses os principais fatores do desenvolvimento inicial da região (BITTENCOURT, 2000).

Mediante essa configuração, em 15 de Junho de 1859, instalava-se o município de Itajaí, conforme a Resolução¹⁸, constituído pela Freguesia do Santíssimo Sacramento de Itajaí, pela de Camboriú e pela Freguesia de Nossa Senhora da Penha de Itapaacoroy, com limites ao Norte do rio do Itapocu, e ao Sul, com as vertentes do Morro do Boi. Essa Resolução foi tomada mediante a significância da Região de Itajaí, das Colônias (Belga, Blumenau e Belchior), das margens do rio Benedito e de seus outros afluentes (FLORES, 1979; KOHL 2001).

A evolução prosseguia, devido ao Porto de Itajaí, que antes configurava a comercialização de madeira e cereais através do comerciante Alves Ramos e teve

¹⁸ A Resolução Nº 464, de 04 de abril de 1859, constitui o município de Santíssimo Sacramento d'Itajaí, desmembrado, na sua maioria do município de Porto Belo, e o município de São Sebastião de Tijucas, transferindo a sede do município de Porto Belo para Tijucas, que passou de freguesia para categoria de vila. cf. Kohl (2001, p.118).

um impulso, no início do século XX, com a instalação de indústrias por comerciantes e empresários da colonização alemã. Essa fase teve um momento significativo na formação do espaço portuário de Itajaí. Mediante a evolução dos transportes marítimos e férreos, as transações comerciais se intensificaram, resultando no desenvolvimento de algumas regiões do Estado (MOREIRA, 1995; SANTOS, 1999).

O ramal ferroviário que atingia São Francisco do Sul ligava o Porto de Itajaí ao alto vale da bacia, possibilitando o escoamento de entradas e saídas de mercadorias. O aumento dessas transações comerciais no Porto condicionou a formação acumulativa do capital, fato esse convertido em investimentos industriais e imobiliários (SANTOS, 1999).

O tipo de colonização e a falta de um planejamento adequado para a expansão, apontam para um crescimento sem qualquer tipo de gestão do espaço e sem qualquer abordagem conjunta dos setores de transporte e uso do solo. A partir do surgimento funcional do porto, Itajaí teve seu sítio urbano ajustado à margem direita da foz do rio Itajaí-Açú, tomando o próprio rio como elemento gerador urbano.

O sistema viário contava apenas com intervenções isoladas ao longo do tempo, sempre associado ao quadro físico natural, relevo e hidrografia. A dinâmica dessa ocupação inicial do espaço urbano se processou na direção sudeste-noroeste, principalmente, ao longo dos eixos rodoviários que cruzavam a cidade primitiva, do bairro Fazenda à Barra do Rio, pela existência do corredor produtivo do norte do Estado (Joinville) com a Capital (PLANO DIRETOR DE ITAJAÍ, 2006).

A partir de 1955, a ocupação urbana passou a se direcionar no sentido Oeste com os tradicionais bairros Vila Operária e São João, limitados pelo rio Itajaí – Mirim e também com a expansão na direção de dois novos eixos: Blumenau (Bairro Cordeiros) e Brusque, onde o ramal ferroviário com o Alto Vale (Trombudo Central), da década de 50 até sua desativação em 1972, deixou importantes marcas de urbanização, como a região de Itaipava (PLANO DIRETOR DE ITAJAÍ, 2006).

Após a década de 1970, na busca por áreas menos valorizadas para habitação, o rio Itajaí-Mirim, antes considerado obstáculo, foi transposto e passou a caracterizar um terceiro estágio de urbanização. Foram implantados loteamentos e a região conhecida por Vassourão se transformou no Bairro São Vicente (Figura 13), atualmente o mais povoado da cidade (PLANO DIRETOR DE ITAJAÍ, 2006).

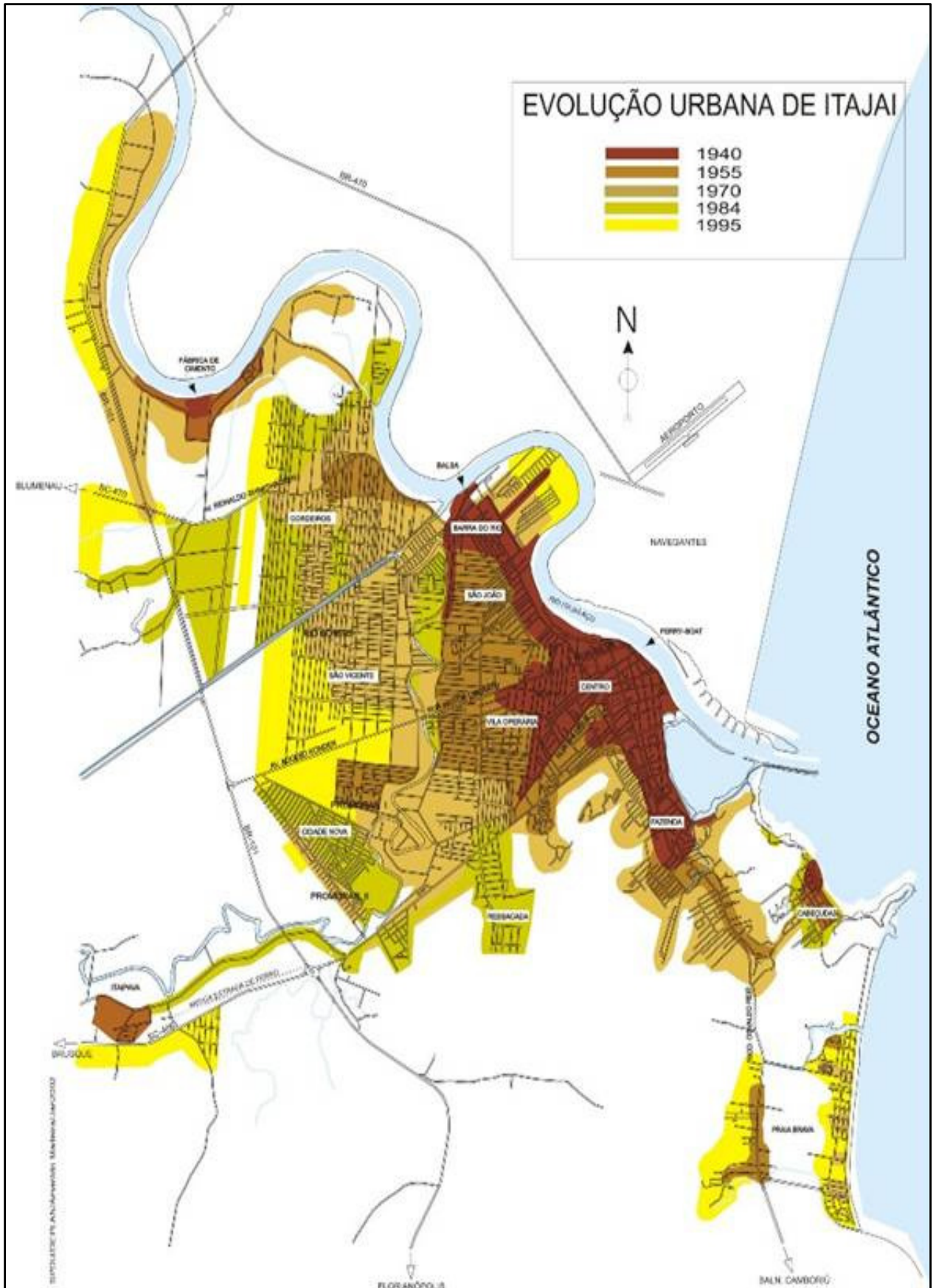


Figura 31: Evolução urbana de Itajaí de 1940 a 1995

Fonte: Prefeitura Municipal de Itajaí (2007)

Nos anos seguintes, com o prolongamento das ruas Silva e Heitor Liberato junto à avenida Adolfo Konder, a expansão se intensificou e a implantação de conjuntos habitacionais, como o Rio Bonito, Promorar I e II, e tantos outros loteamentos populares que ali proliferam, mostravam o surgimento de uma cidade nova na periferia, limitada então pela BR-101. Observa-se também o acentuado estágio de conurbação¹⁹ com o município de Balneário Camboriú, pelo corredor da Rodovia Osvaldo Reis. Embora o município de Navegantes esteja ligado a Itajaí, o rio Itajaí-Açú ainda se impõe como um grande obstáculo para esta integração (PLANO DIRETOR DE ITAJAÍ, 2006).

A tabela 5 mostra os números da população de Itajaí quantificados por bairros. O perímetro urbano da cidade apresenta-se dividido, por lei municipal, em 17 bairros ou zonas administrativas, sendo que o total populacional nesta área é de 141.950 habitantes ou 96,22% da população total do município, enquanto que a zona rural abriga uma população de 5.544 habitantes ou 3,74%. Ao analisar a população de Itajaí por bairros, foi observado que os bairros mais populosos são o de Cordeiros com 19,48% e, o de São Vicente com 17,22% da população absoluta do município (PLANO DIRETOR DE ITAJAÍ, 2006).

Tabela 5: População residente de Itajaí por bairros

BAIRROS	POPULAÇÃO RESIDENTE (habitantes)	(%)
Cordeiros	28.737	19,48%
São Vicente	25.401	17,22%
Cidade Nova	14.592	9,89%
Bairro Fazenda	13.718	9,30%
São João	12.510	8,48%
Centro	10.558	7,15%
Barra do Rio	5.402	3,66%
São Judas	4.857	3,29
Itaipava	4.027	2,73%
Espinheiros	3.731	2,52%
Ressacada	3.697	2,50%
Vila Operária	3.180	2,15%
Praia Brava	2.737	1,85%
Salseiros	1.525	1,03%
Cabeçudas	985	0,66%
Canhanduba	558	0,37%
TOTAL	141.950	96,22

Fonte: Plano Diretor de Itajaí (2006)

¹⁹ Encontro de área urbanizada em duas ou mais cidades próximas em razão do seu crescimento. In: Guarda, Monteiro e Loch (2006, p. 2).

Atualmente, vê-se que o desenvolvimento populacional de Itajaí mostra em seus números uma quantidade de habitantes significativos. A centralidade da cidade mediante à região suas formas de acessos e o seu aglomerado industrial auxiliam a demanda habitacional.

5.1.4 Sub-sistema de fluxo econômico

O Sub-sistema dos fluxos econômicos é composto por dinâmicas relacionadas à acumulação do capital. No turismo, este conjunto é formado por organizações que atuam para atender o turista e o residente. As organizações empresariais que atendem diretamente o turista podem ser reunidas em empresas que atuam nos serviços de hospedagem, de alimentação, de lazer e entretenimento, e de agenciamento (VIANA, SOARES E ANJOS, 2007).

- ***Demanda Turística***

A demanda turística apresentada é referente aos municípios de Itajaí e Balneário Camboriú. Não há dados disponíveis na SANTUR referentes à demanda turística dos municípios de Navegantes e Camboriú.

Ao observar os dados (tabela 6) no município de Itajaí, em 2007, o número de turistas oriundos de outros países aumentou e houve uma diminuição dos turistas nacionais e, em 2008, houve um acréscimo de turistas nacionais, e a taxa de turistas estrangeiros declinou. Em Balneário Camboriú, no ano de 2007, a taxa de turistas nacionais foi menor e, a de turistas estrangeiros maior em relação ao ano anterior e, em 2008, tanto a taxa de turistas estrangeiros quanto aos turistas nacionais apresentaram um número menor do que os dois últimos anos.

Tabela 6: Movimento estimado de turistas

ITAJAÍ			
	2006	2007	2008
Nacionais	89.644	66.220	90.802
Estrangeiros	1.578	1.724	694
Total	91.222	67.944	91.496
BALNEÁRIO CAMBORIÚ			
Nacionais	670.465	640.045	587.539
Estrangeiros	102.419	108.411	98.407
Total	772.884	748.456	685.946

Fonte: SANTUR (2008b)

Na tabela 7, observa-se que no município de Itajaí a taxa de ocupação e permanência de turistas declinou do ano de 2007 para 2008 e, em Balneário Camboriú, embora a taxa de ocupação tenha apresentado índice menor, a taxa de permanência do ano de 2008 se manteve em relação ao ano anterior.

Tabela 7: Taxa de ocupação da rede hoteleira e permanência média dos turistas

ITAJAÍ			
	2006	2007	2008
Taxa(%)	56,70	72,80	61,27
Permanência (dias)	2,70	3,48	2,46
BALNEÁRIO CAMBORIÚ			
	2006	2007	2008
Taxa(%)	84,50	82,53	80,50
Permanência (dias)	7,50	6,00	6,06

Fonte: SANTUR (2008b)

Embora as taxas de ocupação e permanência das redes hoteleiras apresentarem índices baixos, em Itajaí, no ano de 2008, houve acréscimo do gasto médio por turista nacional e declínio por turistas estrangeiros. Em Balneário Camboriú, no ano de 2008, o gasto médio diário apresenta acréscimo por turistas nacionais e estrangeiros, também em relação ao ano anterior (tabela 8).

Tabela 8: Gasto médio diário estimado por turista em dólar

ITAJAÍ			
	2006	2007	2008
Nacionais	US\$ 24,20	US\$ 28,18	US\$ 34,88
Estrangeiros	US\$ 40,06	US\$ 20,59	US\$ 16,95
BALNEÁRIO CAMBORIÚ			
	2006	2007	2008
Nacionais	US\$ 25,05	US\$ 33,03	US\$ 48,90
Estrangeiros	US\$ 34,48	US\$ 32,87	US\$ 49,34

Fonte: SANTUR (2008b)

A partir dos dados analisados e apresentados, verifica-se que há uma relação entre fatores externos (taxas cambiais) e internos (caos aéreo), o que resultou em um acréscimo dos turistas estrangeiros e nacionais de países e regiões próximas ao Estado de Santa Catarina nestes dois últimos anos.

- **Espaços Culturais Construídos para Lazer**

Ao analisar os recursos culturais, observados na tabela 9, percebe-se que o município de Itajaí destaca-se por sua totalidade e diversidade de recursos

direcionados à cultura, sendo nesse aspecto mais representativos do que Balneário Camboriú. Embora o município de Balneário Camboriú apresente restrições ao segmento cultural, em Camboriú existem 16 igrejas, porém, nenhuma tombada, Navegantes oferece 2 tipos de recursos destinados à cultura local.

Tabela 9: Espaços culturais construídos

Recursos Culturais	Itajaí	Navegantes	Balneário Camboriú	Camboriú
Biblioteca municipal	1	1	1	1
Galeria de arte	4	--	6	--
Museu	2	--	2	--
Teatro	4	--	--	--
Igrejas tombadas	3	1	1	--
Mercado público	1	--	--	2
Casa da cultura	1	--	--	--
Total	16	2	10	3

Fonte: AMFRI (2007)

5.2 Síntese da compreensão do sistema turístico cultural do aglomerado urbano de Itajaí

Ao analisar o aglomerado urbano de Itajaí, a partir do subsistema de Fixos naturais, percebe-se algumas semelhanças relacionadas aos elementos naturais como clima, relevo e vegetação entre as cidades de Itajaí, Navegantes e Balneário Camboriú, devido a proximidade destas cidades com o litoral. O rio Itajaí-Açú está entre as cidades de Itajaí e Navegantes, esse fator geográfico não permite a conurbação destas cidades.

Em relação à compreensão dos Fixos sócio-espaciais, foram observadas as necessidades de infra-estrutura que interligam estas cidades. As principais vias de acesso ao aglomerado urbano estão localizadas em Navegantes e Itajaí em função dos portos nestas duas cidades, do aeroporto internacional em Navegantes e do terminal rodoviário internacional em Itajaí. Balneário Camboriú, além de oferecer um terminal rodoviário inter-estadual, também se destaca por sua infra-estrutura turística, dispondo de empreendimentos hoteleiros, de alimentos e bebidas e de entretenimentos relacionados a casas de shows e danceterias.

No que se refere aos *Fluxos sócio-culturais*, foi observado a partir dos dados populacionais do aglomerado urbano analisado que Balneário Camboriú apresenta o maior índice de desenvolvimento humano, seguido de Itajaí, o qual apresenta desenvolvimento na densidade demográfica devido à heterogeneidade econômica,

em decorrência da movimentação portuária.

Esta questão é observada a partir da compreensão da formação de Itajaí, que se desenvolveu em função da sua posição geográfica, localizado às margens do rio Itajaí-Açú. A cidade se expandiu tanto pelo desenvolvimento do porto, com a colonização dos portugueses, quanto pela chegada de imigrantes alemães e italianos, os quais agregaram características culturais específicas não só a Itajaí, mas a outras cidades da região do Vale, como Blumenau e Pomerode.

Das cidades do aglomerado urbano analisado, Itajaí é a mais representativa, em relação aos elementos culturais resultantes do processo de formação e ocupação. Os bens materiais tombados merecem atenção pelo valor cultural que traduzem como forma de resgatar a história do seu povo. Em Itajaí, as características arquitetônicas resultantes da ocupação portuguesa, alemã e italiana podem ser observadas devido aos tombamentos realizados nas edificações históricas.

Percebe-se a necessidade de segmentar o turismo cultural em Itajaí, como uma opção aos turistas que visitam Balneário Camboriú, ao se observar a decrescente demanda turística na temporada de janeiro a fevereiro nos últimos três anos. Embora Itajaí tenha apresentado um menor número de visitantes no ano anterior, conseguiu superar a expectativa na temporada de janeiro a fevereiro de 2008.

Itajaí apresenta diversidade em elementos culturais construídos para o lazer. Além dos bens tombados, a cidade apresenta museus, teatros, cinemas, galerias de arte e casa de cultura. Estes elementos são de grande importância para a segmentação do turismo cultural na cidade.

A partir destes elementos analisados, pode-se afirmar que no aglomerado urbano de Itajaí uma cidade complementa a outra para se manter turisticamente, pois cada uma apresenta características distintas, quer seja por sua infra-estrutura de acesso e turística, ou por seus elementos culturais e naturais. As cidades do aglomerado devem trabalhar o turismo com o que cada uma tem a oferecer. Neste caso, a integração das cidades, para formar o aglomerado, tende a apresentar mais resultados positivos para o turismo do que a fragmentação do aglomerado, para formar cidades com diferentes segmentações turísticas.

6 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O TURISMO CULTURAL: SEGMENTAÇÃO OU DEMAGOGIA?

6.1 Análise do Discurso do Sujeito Coletivo: atuação do Poder Público nos tombos realizados no período 1998 – 2007

Para se compreender a atuação do poder público no tombamento dos bens patrimoniais edificados em Itajaí, foi realizado o Discurso do Sujeito Coletivo (apêndice A) nos documentos coletados (atas de reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí), os quais foram analisados pelo método de análise do conteúdo. Também é necessário buscar suporte na legislação específica referente ao tombamento de bens patrimoniais para auxiliar essas análises.

As Políticas Públicas específicas para o tombamento asseguram a preservação do conjunto de bens, ditos Patrimônio Cultural. Sabe-se que isso não impede que sejam intocáveis ou que possam mudar de proprietário. A proteção do bem também deve servir para desenvolver uma função social, tanto sua utilização, quanto o seu aproveitamento devem ser uma forma de desenvolver atividades ligadas à comunidade, para que se mantenham como elementos dinâmicos.

Em certos casos, há a necessidade de algumas alterações, consideradas aceitáveis, nos imóveis tombados, em decorrência das adaptações à vida moderna. Essas alterações são realizadas a partir da autorização do órgão público que tombou o bem; seja ele, Municipal, Estadual ou Federal.

Para Itajaí, o Tombamento Municipal rege a Lei Nº 2.037, de 23 de Dezembro de 1982, que dispõe sobre a Proteção do Patrimônio Cultural do Município, com base na Legislação Estadual de Nº 5.846, de 22 de Dezembro de 1980, que estabelece a Fundação Catarinense de Cultura como órgão responsável pela inscrição e guarda dos Livros de Tombo e órgão a ser consultado no caso de bens tombados como patrimônio do Estado e, está baseada nas Leis Federais de Nº 3.924, de 26 de Julho de 1961, e, Nº25, de 30 de Novembro de 1937.

Conforme o Art.15, da Lei de Tombamento Estadual (1980, p. 37) e o Art. 19, do Decreto-Lei Nº. 25, do IPHAN, que Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (1937, p. 5):

O proprietário da coisa tombada que não dispuser de recursos para proceder às obras de conservação e reparação que ela requer, comunicará à Fundação Catarinense de Cultura, sob pena de multa correspondente ao dobro da importância do dano.

A responsabilidade do Estado corresponde apenas em subsidiar consultoria técnica ao proprietário do bem tombado. As políticas preservacionistas se prevalecem da necessidade de manutenção e delegam aos proprietários à responsabilidade financeira com a manutenção do bem tombado. Quando a situação se depara com a falta de subsídio financeiro do proprietário, surge um questionamento: por que preservar se não se pode manter?

Embora o Art.1, do Decreto Nº 6.403 do IPHAN, referente à Isenção Tributária (1986, p. 1) que:

Os imóveis de interesse histórico, arquitetônico, cultural, e ecológico ou de preservação paisagística e ambiental, estão isentos de: I – Do Imposto Sobre Serviço (ISS) de qualquer natureza, no que se refere a obras ou serviços de reformas, restauração ou conservação de prédios, visando a recolocá-los ou mantê-los em suas características originais; II – Do Imposto Predial e Territorial Urbana (IPTU), desde que respeitadas as suas características originais e mantidos em bom estado de conservação.

Apesar de a legislação auxiliar com a isenção de impostos, não apresenta subsídio para com os recursos materiais da obra, fato esse que reafirma o questionamento anterior.

Ao elucidar as questões referentes às responsabilidades do tombamento, Machado (2001, p. 21) diz que “o tombamento, em nível Municipal, Estadual ou Federal, não traz consigo o ônus de o Poder Público prover recursos para obras de manutenção e conservação”, cabendo à comunidade zelar por seu próprio patrimônio como garantia de manter a história e a identidade cultural do seu povo. Dessa forma, entende-se que o poder público transfere suas obrigações para a comunidade, que por sua vez acredita que essa responsabilidade seja do poder público.

Esta análise foi norteadada por indicadores de *negligência*, *ação* e *conflito de interesses*. A *negligência* é compreendida pelo fato de não se fazer nada efetivamente pelos bens, tanto pela inexistência de legislações específicas para cada caso, quanto pela morosidade do processo burocrático. Por *ação*, entende-se a

atuação direta do poder público na realização da salvaguarda dos bens. Quanto ao *conflito de interesses*, sendo observado o desinteresse dos proprietários em tombarem seus bens, e a necessidade do poder público em tombá-los.

- **Negligência**

Conforme análise, verificou-se a partir do discurso das atas de reunião que o patrimônio cultural de Itajaí vinha sendo negligenciado pelo menos há vinte anos, e, até então, nada tinha sido feito para mudar a depreciação das edificações históricas (casa Gall, casa Verner, casa Schimitt).

Ao mesmo tempo em que o Conselho mostrava o comprometimento com os processos de tombamento do Patrimônio Histórico no Município de Itajaí, expunha a falta de compromisso com o patrimônio. Casos como a poluição visual, causada pela colocação de letreiros na cidade em edifícios comuns e protegidos, e a intervenção irregular em casas, como a de Agostinho Alves Ramos, edificação que deu origem ao desenvolvimento do centro urbano de Itajaí e apresentava o piso superior do prédio demolido e alteração em toda sua fachada.

No decorrer do processo de tombamento, a casa Rauert passou a servir de abrigo a indigentes e menores abandonados, causando transtornos para a vizinhança e para a Secretaria de Desenvolvimento Social. As denúncias favoreciam a demolição e o valor histórico da casa passou a ser questionado, pois a dificuldade em recuperar a edificação desfavorecia a valorização do bem para o local.

Legalmente o governo não pôde se responsabilizar pela restauração da casa Rauert, alegando as péssimas condições arquitetônicas do imóvel e seu estado de abandono pelos proprietários.

- **Ação**

Preocupado em preservar as edificações históricas, a partir de 1997, o município de Itajaí passou a tomar iniciativas na salvaguarda do patrimônio criando o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí.²⁰

O Conselho iniciou a abertura do processo de tombamento, com o apoio da Procuradoria Geral do Município, passando a tratar o patrimônio histórico por meio

²⁰ A Lei 3.198, de 05 de setembro de 1997, cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, e dá outras providências.

de termos legais e apresentou uma lista de imóveis²¹ a ser tombados. Em seguida, executou reformas legais e administrativas, pois algumas secretarias foram extintas ou mudaram de nome. Mesmo com essas mudanças, a burocracia não permitiu de imediato o tombamento de nenhum imóvel.

Ao entender que a morosidade no processo de tombamento comprometia a preservação dos imóveis, o Conselho tentou otimizar o tempo e definiu que o Livro de Tombo passasse a ficar sob a guarda da Fundação Cultural, juntamente com as atas das reuniões, caso se decidisse pelo tombamento de algum patrimônio. Mesmo assim, em alguns casos, não havia como proibir a demolição.

A comunidade representada por moradores, movimentos artísticos e pessoas diversas, procurou o Conselho para manifestar interesse em tomba a Casa Rauert, alegando ser de importante valor cultural para Itajaí. Para dar início ao processo de tombamento da casa seriam necessárias providências baseadas na legislação Municipal. Mesmo assim, o alto preço do terreno e da restauração do imóvel inviabilizou a negociação, causando desinteresse à comunidade e aos empresários.

Ao mencionar a importância da participação popular, o Conselho identificou a necessidade de promover audiências públicas, pois poderiam servir de orientação ao poder público, embora os vereadores desconhecessem a importância desse Conselho para a proteção do patrimônio cultural de Itajaí.

Para minimizar essas situações, as Secretarias Municipais passaram a trabalhar em conjunto na fiscalização e aplicação das leis²² e estabeleceram um convênio entre o curso de arquitetura e urbanismo e o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural viabilizando restauro e revitalização dos imóveis protegidos ou não por tombamento, por meio de levantamentos e projetos.

O Conselho enfatizou que, em dois anos de atividades, foram tomadas iniciativas nunca antes realizadas em Itajaí, que servirão de memória viva e exemplos para outras cidades, como a questão da acessibilidade do deficiente visual aos edifícios tombados, sendo Itajaí o primeiro Município no país a adotar identificação com uma placa em braile.

O Conselho ressaltou que se Itajaí pretende desenvolver o turismo, os bens

²¹ Antiga fiscalização do Porto, casa Bauer, casa Almeida e Voigt, casa Burgardt, casa Konder, Hotel Rota do Mar, casa Malburg, Mercado Público, Palácio Marcos Konder, Igreja Santíssimo Sacramento, Igreja Imaculada Conceição, casa da Cultura Didier Brandão e ex Fábrica Renaux.

²² Lei Efeitos de Tombamento, art. 21, § 1º veda a colocação de painéis de propaganda, tapumes ou qualquer outro objeto.

culturais e as edificações históricas, como as casas Rauert e Asseburg e as instalações da Fábrica de Papel Itajaí, deverão ser preservadas. Para agregar valor e segmentar o turismo, é importante a preservação e manutenção dos bens, a partir da criação de uma logística cultural, para direcionar o mercado a desenvolver o turismo cultural na região.

Também foi identificada, pelo Conselho, a importância do território Sebastião Lucas, como território negro. Iniciando dessa forma o processo de tombamento do patrimônio imaterial de Itajaí.

- ***Conflito de Interesses***

No caso da Capela de São Roque de Arraial dos Cunhas, o Conselho pôde apenas opinar, dar sugestões e manifestar a idéia contrária à demolição. Embora a Capela fosse considerada, por alguns membros, sem expressão arquitetônica, representava valor histórico e afetivo para a comunidade local. Diferente do caso da Capela, a comunidade pressionou o tombamento de toda a área da Vila da Fábrica de Cimento Itajaí, mesmo que a decisão não tenha sido unânime.

O Conselho também falou da questão de alguns imóveis que foram demolidos ou sofreram interferência, devido ao crescimento e às mudanças que ocorreram na cidade em decorrência da ampliação do cais do Porto. E, afirmou que a influência da especulação imobiliária prejudicou a proteção do patrimônio histórico.

Essas questões foram identificadas nos casos da casa Bernardes, que seria tombada e foi derrubada para a edificação de um prédio no local e, da casa do Coelho que teve sua demolição solicitada pelo proprietário desinteressado em um futuro tombamento.

Demonstrando também falta de interesse em tomar a Igreja Matriz, a Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis passou a questionar a legitimidade do Conselho reconhecendo apenas a Fundação Catarinense como a responsável pelos imóveis protegidos por tombamento em Itajaí; o bem foi prejudicado por uma intervenção na pintura de forma inadequada.

Para o Conselho, foi desrespeitosa a forma como o representante da igreja católica em Itajaí tratou o patrimônio, embora houvesse recomendações do Vaticano para proteção e preservação das igrejas, de seu mobiliário e imagens.

Outra questão identificada diz respeito ao desinteresse de proprietários de edificações, como o da casa Rauert, em recuperar e tomar o bem. Foi solicitada a

autorização para a demolição dessa edificação, alegando impossibilidade de venda futura do terreno e falta de condições financeiras para realizar o restauro.

Surgiu também o interesse, por parte do proprietário da casa Konder, em negociar a utilidade cultural da edificação, por meio de projetos culturais, embora ele não tivesse apresentado nada de concreto.

Como forma de preservar os bens históricos edificados, o Conselho Municipal de Itajaí decidiu pela preservação dos bens tombados de 1998 a 2002 e de 2005 até 2007. Nesses sete anos, ocorreram 17 tombamentos de responsabilidade do município. Conforme a figura 14, referente ao tombamento Municipal e Estadual, percebe-se que, inicialmente, no ano de 1998, ocorreu um tombamento estadual; três anos depois, em 2001, ocorreram 11 tombamentos de cunho estadual.

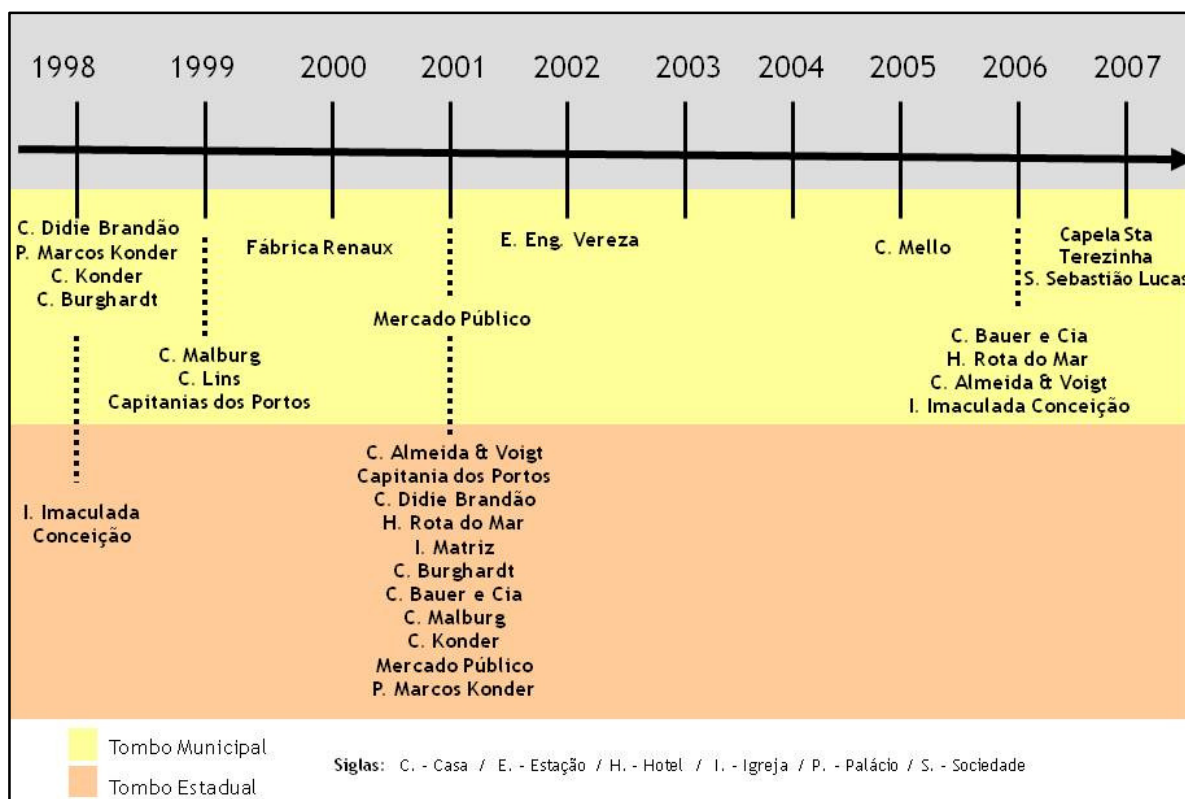


Figura 32: Linha do tempo dos tombamentos Municipais e Estaduais

Fonte: Elaborado pela pesquisadora (2008)

Os tombamentos foram efetuados pelo Município em Itajaí no decorrer de uma década (um longo período de tempo para a atuação do processo de 17 bens tombados). O Estado realizou 12 tombamentos em Itajaí nos anos de 1998 e 2001, e há sete anos está sem efetuar nenhuma proteção legal aos bens culturais existentes

em Itajaí; mostrando que a negligência e o conflito de interesses são mais atuantes do que a ação do poder público.

Embora o Estado tenha consciência da necessidade de mudanças nas atuações das políticas públicas e dos órgãos competentes, por meio de alterações legais para a conservação e preservação do patrimônio, é visível o conflito relacionado à divergência de interesses entre o poder público e os proprietários das edificações. Além de o tombamento impossibilitar a negociação dos terrenos e dos imóveis, a legislação não apresenta subsídio legal que proporcione interesse por parte dos proprietários em tombarem o seu imóvel, pois isenção de ISS e IPTU são auxílios ínfimos em relação aos gastos que se tem anualmente com um imóvel.

Para a comunidade local, o patrimônio cultural de Itajaí deve ser preservado pelo valor histórico e afetivo que representa para a memória do seu povo. A salvaguarda do patrimônio, em alguns momentos, acarreta entraves e divergências de interesses, ocasionando a morosidade no desenvolvimento do turismo cultural, que depende da conservação do patrimônio local. Pois, sabe-se que tornando esse patrimônio acessível é uma forma de agregar valor ao turismo e atrair visitantes, tanto para a cidade quanto para a região.

6.2 Análise da ação das Políticas Públicas

A partir da análise realizada por meio dos indicadores referentes à *efetividade*, *eficiência* e *eficácia* foi possível verificar a ação das políticas públicas, no que se refere aos procedimentos legais, que auxiliaram as mudanças ocorridas com resultantes do processo.

- ***Eficácia***

Entende-se por *eficácia* a avaliação relacionada ao que a política pública pretende atingir, ou seja, quais medidas devem ser tomadas para apresentar resultados efetivos (LUBAMBO E COUTINHO, 2004).

No caso de Itajaí, a proposta inicial apresentada para salvaguardar o patrimônio local resultou na criação de uma legislação específica. A Lei 2.037, de 1982, dispunha da Proteção do Patrimônio Cultural do Município, conforme o art. 38º, das Disposições Gerais e Transitórias. Esta Lei está formatada com base nas Legislações Federal e Estadual, sendo, ambas, aplicadas subsidiariamente pelo

Município.

Ainda referente às Disposições Gerais e Transitórias, o art. 35^º evidencia que enquanto não for criado o órgão próprio para a execução das medidas previstas, a Comissão Municipal de Cultura e a Comissão Municipal de Urbanismo ficam incumbidas das responsabilidades legais.

Em função desta informação, percebe-se que, desde o ano de 1982 até o ano de 1997, não foi feito nada de efetivo em relação à proteção dos bens pelos órgãos, os quais estavam incumbidos de atuar nesses termos. Dessa forma, se percebeu a necessidade da criação de um órgão específico, que possa trabalhar e dar suporte direto, por meio de subsídios legais, sem depender diretamente da responsabilidade de outros órgãos envolvidos.

Os órgãos que trabalham em conjunto com o Conselho têm função de complementar o trabalho a ser realizado, pois o Conselho depende apenas das questões burocráticas dos órgãos envolvidos exclusivamente e não do aval deles para realizar seu trabalho.

A execução dos processos de tombamento, manutenção e preservação dos bens culturais de Itajaí tiveram início apenas no ano de 1997, com a criação do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí. Tendo em vista a necessidade de planejamento, assessoramento e coordenação das atividades de preservação e proteção do patrimônio histórico cultural foi criado, em 1998, o Regimento Interno do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí.

Mediante o estabelecimento das legislações específicas, tiveram início os procedimentos de tombamento dos bens culturais de Itajaí. Com a criação do Conselho e com o surgimento do suporte legal, foi possível o desenvolvimento de ações específicas, como forma de dar suporte aos procedimentos burocráticos.

- ***Eficiência***

Por *eficiência*, compreende-se o entendimento do envolvimento e da atuação da política pública. Para Souza (2004, p. 31), a busca pela *eficiência* na provisão dos serviços públicos locais, cujos “[...] resultados das políticas públicas assumem relevância diante dos processos de intermediação de interesses ou de cooperação entre grupos sociais distintos”, podem ser entendidos como uma relação entre produto e custo benefício do recurso público para o Estado.

A partir da efetivação da legislação específica e da criação do Conselho,

ocorreram mudanças em Itajaí relacionadas ao patrimônio cultural do município. Inicialmente, em 1998, o trabalho resultou no tombamento de quatro bens; no ano seguinte, mais três; de 2000 a 2002, foi realizado apenas um tombamento a cada ano e; entre os anos de 2003 e 2004, não foi realizado nada de efetivo.

O trabalho foi retomado em 2005, com um tombamento realizado; no ano seguinte, foram realizados mais quatro tombamentos e; em 2007 apenas dois. A partir da salvaguarda destes bens, surgiram possibilidades relacionadas às formas de uso. Alguns bens tombados tiveram seus espaços destinados à cultura e ao lazer, com a implantação de museus, casa de cultura e bibliotecas.

Quando o poder público define que determinados espaços devem servir de abrigo à cultura local, passam a surgir mudanças na estrutura de lazer para a população. Esta estratégia de revitalização dos lugares é vista como uma forma de tornar os espaços acessíveis ao morador local, podendo também ser utilizado por visitantes.

Em Itajaí, os espaços destinados ao lazer são acessíveis tanto ao morador, quanto ao visitante. Para o morador, é uma meio de aproximação e reconhecimento da cultura do seu povo; para os visitantes, uma forma de conhecer a história da vida de outros povos. A capacidade que o indivíduo possui em conhecer e reconhecer-se pela cultura local, só é possível mediante a salvaguarda dos bens culturais. Em Itajaí, as mudanças ocorridas neste meio tempo são resultados de uma preocupação inicial do poder público, pelo interesse no processo de tombamento dos bens culturais.

A partir do momento em que estes bens passam a ser vistos como parte da história e da cultura de um povo, a necessidade em mantê-los passa a ser uma obrigação da população local. Sem contar nas várias possibilidades de uso, como a implantação de museus, casa de cultura, biblioteca, galeria de arte ou outro tipo de espaço destinado a desenvolver atrativos de cunho cultural.

Outra possibilidade gerada, a partir dos tombamentos e em função dos usos dados, é o desenvolvimento econômico para o local, podendo também ser uma forma de gerar empregos diretos e indiretos para os moradores. Em Itajaí, por exemplo, freqüentemente, há a valorização da cultura local, com as exposições de arte que podem ser visitadas e os artesanatos que podem ser adquiridos nas casas de culturas ou nos centros culturais.

Desse modo, foram realizados mapeamentos dos bens tombados no

Município de Itajaí como forma de compreender a eficiência da política pública, mediante o envolvimento do poder público.

✓ ***Mapeamento dos Bens Tombados no Município de Itajaí***

Ao observar a figura 33, referente ao patrimônio material tombado de Itajaí, observa-se uma centralidade da maior parte dos bens tombados em relação ao Município. O núcleo urbano de Itajaí contém 14 dos 18 bens tombados, destes, 11 estão nas proximidades do rio Itajaí e 3 no sentido centro-periferia.

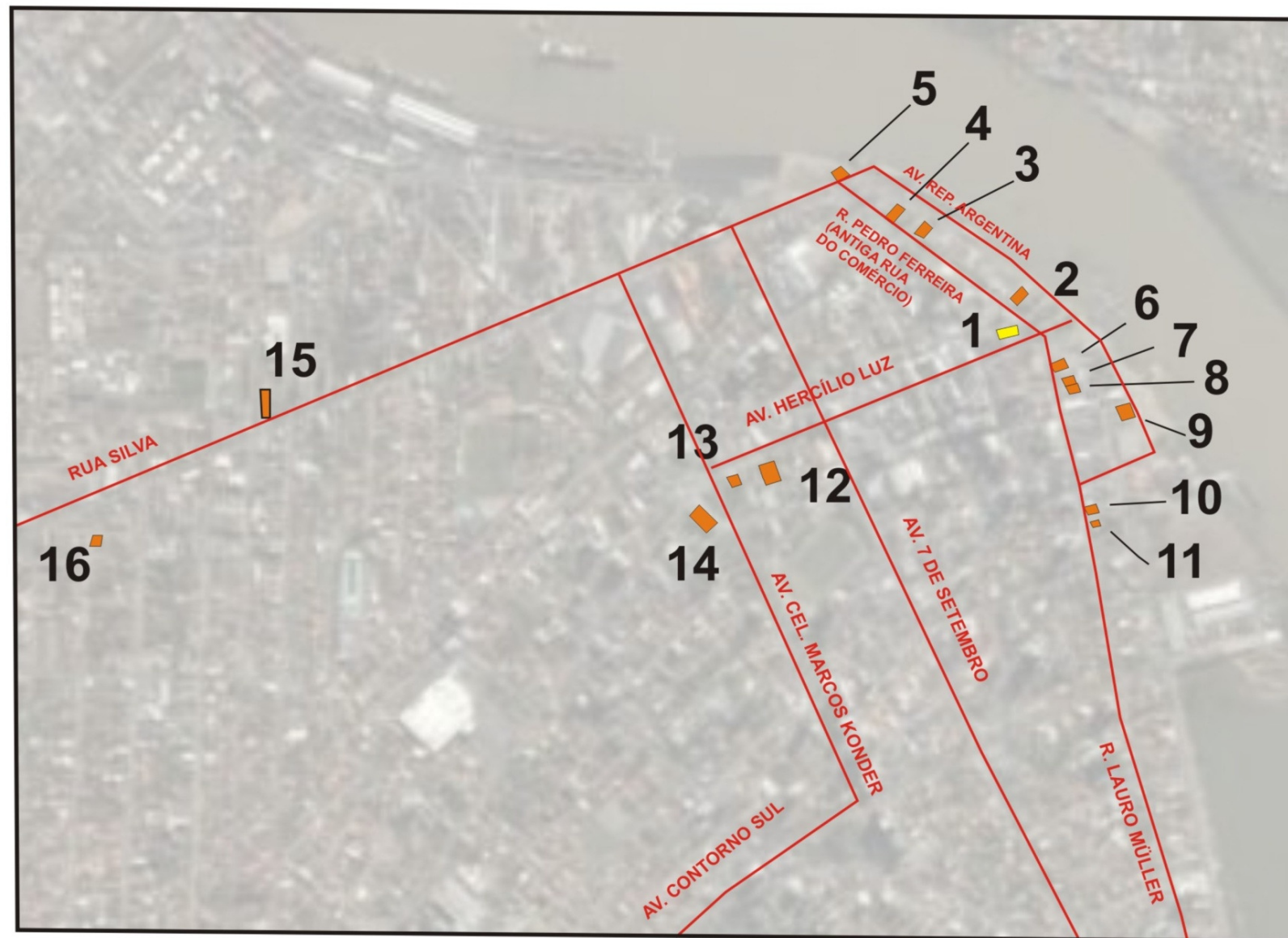
Os bens tombados, observados nas áreas periféricas do centro urbano são: a Casa da Cultura (12), o Palácio Marcos Konder (13) e a Casa da Cultura Didie Brandão (14). Os bens tombados nas áreas periféricas do município são: a Estação Ferroviária (17), localizado no bairro de Itaipava (B), e a Igreja Santa Terezinha (18), localizada na praia de Cabeçudas (C).

A partir do mapa, também se percebe o sentido que a cidade foi tomando em função do seu povoamento. A princípio, os povoadores se estabeleciam pelas margens do rio. Com o escoamento da matéria que entrava pelo porto, a cidade foi se expandido no sentido nordeste - sudoeste. Em seguida, seu desenvolvimento partiu no sentido sudeste - noroeste, seguindo as margens do rio Itajaí- Açú e Itajaí-mirim.

A ação da política de preservação em Itajaí apresenta atuação no processo de tombamento dos bens materiais, porém, poderia apresentar maior abrangência às suas formas de uso. Democratizar esses espaços implica em mais opções de lazer que sejam acessíveis à população local.

Para que essas ações possam ser contínuas e sustentadas, faz-se necessário uma estrutura que visa favorecer base para essa continuidade. Aí entra a questão do turismo como forma de organizar, no sentido de criar uma estrutura para receber pessoas que querem conhecer outras culturas e formas de lazer.

PATRIMÔNIO MATERIAL TOMBADO DE ITAJAÍ



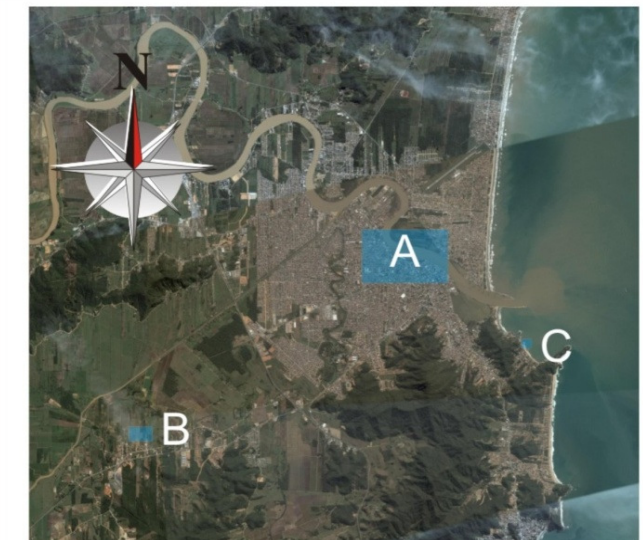
A- CENTRO



B - BAIRRO DE ITAIPAVA



C - PRAIA DE CABEÇUDAS



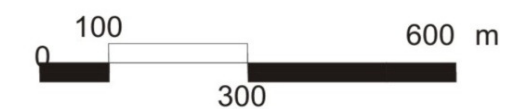
ITAJAÍ

LEGENDA

- 1 - IGREJA IMACULADA CONCEIÇÃO
- 2 - CASA MALBURG
- 3 - CASA ALMEIDA E VOIGT
- 4 - CASA BAUER E CIA
- 5 - FISCALIZAÇÃO DO PORTO
- 6 - CASA KONDER
- 7 - CASA BURGHARDT
- 8 - HOTEL BRAZIL
- 9 - MERCADO PÚBLICO
- 10 - CASA LINS
- 11 - CASA MELLO
- 12 - CASA DA CULTURA DIDIE BRANDÃO
- 13 - PALÁCIO MARCOS KONDER
- 14 - IGREJA MATRIZ
- 15 - ANTIGA FÁBRICA RENAUX
- 16 - SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS
- 17 - ESTAÇÃO FERROVIÁRIA
- 18 - IGREJA SANTA TEREZINHA

SÉCULO XX

SÉCULO XIX



Universidade do Vale do Itajaí
Mestrado Acadêmico de Turismo e Hotelaria

Dissertação:

Políticas Públicas para Espaço Destinado ao Turismo Cultural:
Análise do sistema turístico do aglomerado urbano de Itajaí



Elaboração:

Eduardo Baptista Lopes

Data:

16/06/2008

Escala:

Escala Gráfica

Figura 33: Patrimônio Material Tombado em Itajaí

Fonte: Eduardo Baptista Lopes (2008)

- **Efetividade**

A *efetividade* é compreendida pela análise da política antes e após sua implantação. Envolvendo, assim, o nível de legitimidade e representatividade política dos membros; a disponibilidade real de recursos para o setor ou programa envolvido; o grau de socialização das informações; o grau de compromisso e; a capacidade de acomodação de conflitos entre os atores envolvidos (LUBAMBO E COUTINHO, 2004).

Ao avaliar as formas de uso dadas aos bens tombados, observa-se o grau de atuação do poder público por meio de legislação específica em relação ao compromisso para a realização das ações propostas. Embora no meio de todo este processo tenham ocorrido vários conflitos, inclusive de interesses comuns, tanto por proprietários dos imóveis e dos representantes da igreja, como por alguns membros do Conselho.

Os bens tombados passam a ser mais valorizados à medida que vão recebendo formas de usos. Em Itajaí, algumas edificações foram tombadas e receberam novos usos, como a residência e comércio da família Burghardt, que hoje abriga a Fundação Cultural de Itajaí e a Galeria de Arte, a antiga residência conhecida por casa Lins, que um dia abrigou a família Backman e, posteriormente, a família Santos, atualmente abrigando o Arquivo Histórico de Itajaí e, a casa que um dia serviu de residência a família Konder; hoje, abriga a livraria Casa Aberta.

Outros lugares que são parte da história de Itajaí e de importância relevante à cultura local são: o antigo Grupo Escolar Victor Meirelles, o qual atualmente passou a abrigar em seu espaço uma casa de Cultura; a antiga Estação Ferroviária, que abriga hoje um museu etno-arqueológico; o antigo Palácio Marcos Konder, construído para servir de sede da Prefeitura Municipal de Itajaí, onde funciona, atualmente, um museu histórico; a antiga fábrica de Tecidos Renaux, hoje em dia abriga uma Biblioteca Pública Municipal e Escolar e; o antigo Mercado Público Municipal, o qual abriga hoje o centro de Cultura Popular.

Outro espaço de grande representatividade para a população itajaiense é a antiga Sociedade Sebastião Lucas, a qual servia de residência a Sebastião Lucas, lugar de grandes encontros, reuniões e acontecimentos relevantes para a cultura afro-descendente em Itajaí e, hoje, abriga um espaço de sociabilidade dos afro-descendentes em Itajaí.

Também visto como lugar de acontecimentos importantes para a população

local é o Hotel Rota do Mar (antigo Hotel Brazil), por servir de ponto de encontro de negociantes e consultório médico durante a semana, atualmente o hotel Rota do Mar funciona como estabelecimento hoteleiro.

A valorização e a sociabilização destes espaços são resultados de um trabalho que vem sendo realizado no Município há dez anos, auxiliado pela legislação específica, que possibilitou o tombamento destas edificações. Vê-se que isso é uma forma de beneficiar o acesso à história e à cultura local, tanto aos moradores quanto aos visitantes.

6.3 Análise da utilização dos bens materiais tombados: limites e oportunidades para segmentação do turismo cultural

Os bens materiais tombados pela Fundação Catarinense de Cultura e pelo Conselho do Patrimônio Histórico Municipal de Itajaí foram organizados a partir do uso atual que lhes foi dado. Desta forma, é possível verificar o que estes bens abrigam atualmente ou se estão passando por algum processo de intervenção. Com estes resultados, é possível identificar os limites e as oportunidades existentes para a segmentação do turismo cultural em Itajaí.

Após a implantação das políticas preservacionistas para bens edificados em Itajaí, ocorreram mudanças como a conscientização de preservar os bens culturais e a importância disso para a comunidade local. A ação resultou em 18 edificações tombadas pelo Município; destas, 13 também são tombadas pelo Estado.

Estas edificações são tombadas com o objetivo de preservar o espaço, quer esse espaço seja de uso público e privado, ou coletivo e individual, cujo interesse maior é salvaguardar os bens que representam a cultura de um povo e torná-lo acessível é uma forma de estabelecer relações entre o indivíduo e o seu passado.

Atualmente, percebem-se mudanças nos modos de vidas das sociedades em relação aos espaços existentes nas cidades, os quais estão se direcionando cada vez mais para um tipo de grupos sociais mais específicos. Isso é observado nos *shopping centers*, um lugar construído especificamente para o consumo que vem tomando espaço de lugares voltados à interação social, como as praças e os parques.

O espaço público é compreendido por ruas, praças e centros históricos. Atualmente é evidenciado por um novo conceito de público e privado, isso em

função do surgimento de novos espaços e das modificações ocorridas na vida coletiva, conforme explanam Ferreira e Marques (2008, p. 3):

O conceito de público e privado parece ter-se afastado do conceito tradicional que o associava ao conceito jurídico de propriedade: ruas e praças, instituições governamentais, administrativas ou de oferta de serviços. Na medida em que novos espaços privados, semi-privados ou semi públicos parecem haver assumido a função de abrigo da vida coletiva urbana. Abertos, em tese, de maneira irrestrita ao público, esses espaços, localizados no interior de áreas comerciais (*shopping centers*, casa de recepções) ou mesmo residenciais (condomínios horizontais ou verticais) são atualmente o palco de grandes eventos profissionais e familiares.

Os espaços públicos tradicionais de ocupação privada (comércios, serviços e garagens) em áreas, muitas vezes abandonadas, destinadas ao uso coletivo, como os conjuntos habitacionais, privatizam o espaço público tradicional como ruas, calçadas e canteiros centrais das avenidas, tomadas por comércios ambulantes mais ou menos consolidados e por estacionamentos de carros. Isso é observado a partir do processo recente de urbanização (FERREIRA E MARQUES, 2008).

Novos hábitos de consumo individual e coletivo vão surgindo e se adaptando ao processo de crescimento urbano. Os equipamentos coletivos passam a ser incorporados aos espaços fechados e controlados, como os condomínios e os espaços internos de casas e apartamentos (FERREIRA E MARQUES, 2008).

Em relação ao exposto, percebe-se que o espaço público destinado ao uso coletivo deve ser visto como um lugar acessível a todos, um local de ação política e simbolismo, de reprodução, de diferentes idéias de culturas, da intersubjetividade que relaciona sujeito e percepção na produção e reprodução dos espaços comuns e de uso cotidiano (ANJOS, VIANA E LOPES, 2008; SERPA, 2007).

A implantação destes espaços quer seja coletivo ou público, surge com o objetivo de valorizar uma área que seja acessível a vários grupos, possibilitando a interação entre grupos sociais e indivíduos que formam a sociedade.

✓ **Mapeamento dos Bens Tombados no Estado de Santa Catarina**

O levantamento dos bens tombados no Estado de Santa Catarina foi realizado com a finalidade de identificar a ação do Governo do Estado em relação à salvaguarda do seu patrimônio material.

Observa-se, na figura 34, que na região nordeste do Estado de Santa Catarina há uma centralidade em relação aos bens históricos do Estado. As cidades de Itajaí (8), Blumenau (1), Pomerode (7), Joinville (3) e São Bento do Sul (2) apresentam maior quantidade de bens materiais tombados.

Estas 6 cidades conservam 165 das 274 edificações tombadas nos 35 municípios de Santa Catarina, ou seja, 60% dos bens materiais. A centralidade que estas cidades representam também pode ser vista como o núcleo histórico do Estado de Santa Catarina, o qual se mostra composto por bens históricos e culturais.

O mapeamento destes bens permitiu identificar a possibilidade de segmentar o turismo cultural na região, a qual está inserida na cidade de Itajaí.

Ainda na figura 34, referente aos bens materiais tombados no Estado de Santa Catarina, percebe-se que das 274 edificações tombadas em 35 Municípios de Santa Catarina, Blumenau se mostra como o mais representativo, apresentando 50 tombamentos, seguido de São Bento do sul com 47 tombos e Joinville com 42. A capital do Estado é a quinta cidade que apresenta mais bens tombados, 19 tombos, e Itajaí aparece em oitava posição com 12 tombamentos.

Em relação aos bens salvaguardados, o município de Itajaí tem 12 bens tombados e Navegantes 1. Os municípios de Balneário Camboriú e Camboriú não apresentam bens salvaguardados por tombo Estadual.

Das edificações tombadas em Itajaí, 11 são de uso destinado à cultura e ao lazer, sendo: 1 casa de cultura, 1 galeria de arte, 2 museus, 1 centro de cultura popular, 1 biblioteca, 1 livraria, 1 espaço de sociabilidade e 3 igrejas. Das outras 6 edificações tombadas, 3 são de uso particular, sendo 1 hotel, 1 escritório para uso do governo Federal e 1 para uso municipal, e as outras 4 estão em processo de intervenção.

Referente ao exposto, verifica-se que o Estado de Santa Catarina ainda não se adaptou às ações da Política Nacional de rotas e roteiros lançada pelo Ministério do Turismo. Isso é evidenciado pela existência de atrativos de cunho histórico e cultural, bem como pela inexistência de ações direcionadas a estes atrativos, os quais também podem ser vistos como mais uma opção de lazer em potencial que o estado tem a oferecer.

BENS MATERIAIS TOMBADOS PELA FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA



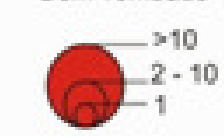
LEGENDA

Bens materiais tombados pela Fundação Catarinense de Cultura

Posição	Município	Edifícios Tombados
1	Blumenau	50
2	São Bento do Sul	47
3	Joinville	42
4	Urussanga	24
5	Florianópolis	19
6	Lages	18
7	Pomerode	14
8	Itajaí	12
9	Tinópolis	10
10	Jaraguá do Sul	8
11	Pedra Grande	5
12	Touros	3
13	São José	2
14	Indaial	2
15	Orleans	2
16	Porto União	2
17	Rio Negrinho	2
18	Salgado Camargo	1
19	Brusum	1
20	Dona Emma	1
21	Garopaba	1
22	Governador Celso Ramos	1
23	Rama	1
24	Imbituba	1
25	Imbuizópolis	1
26	Itapicoba	1
27	Lagoa	1
28	Leão Muller	1
29	Luiz Alves	1
30	Mafra	1
31	Palhoça	1
32	Paraná	1
33	Porto Belo	1
34	Rancho Queimado	1
35	São Pedro de Alcântara	1
36	Vitória	1

Total Bens materiais tombados pela FCC: 274

Bem Tombado



Escala Gráfica

Santa Catarina

Universidade do Vale do Itajaí
Mestrado Acadêmico de Turismo e Hotelaria

Desertação:
Políticas Públicas para Espaço Destinado ao Turismo Cultural:
Análise do sistema turístico de aglomeração urbana de Itajaí



Elaboração: Eduardo Baptista Lopes

Data: 16/06/2008

Escala: Escala Gráfica

Figura 34: Bens Materiais Tombados pela FCC em Santa Catarina

Fonte: Eduardo Baptista Lopes (2008)

✓ **Bens materiais tombados com uso destinado à cultura e ao lazer**

Dos bens tombados destinados ao uso da cultura e do lazer estão: o Grupo Escolar Vicor Meirelles, onde funciona a Casa da Cultura Dide Brandão; a Casa Burghardt, que abriga a sede da Fundação Cultural de Itajaí e a Galeria de Arte; o Palácio Marcos Konder, que abriga o Museu Histórico de Itajaí e; a Estação Ferroviária Engenheiro Vereza, que mantém o museu etno-arqueológico Gente do Vale.



Figura 35: Bens materiais tombados com uso destinado ao ócio e ao lazer

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

Também se destinam ao uso cultural: o Mercado Público Municipal, o qual abriga o Centro de Cultura popular; a Fábrica Renaux, que resguarda a Biblioteca Pública Municipal e Escolar; a Casa Konder, que abriga uma livraria alternativa denominada Casa Aberta e; a Sociedade Sebastião Lucas Pereira, que abriga um clube destinado à sociabilidade dos afro-descendentes de Itajaí.

As igrejas, além de receberem visitantes por suas crenças, também recebem

pessoas interessadas em conhecer suas características arquitetônicas. A Igreja Matriz do Santíssimo Sacramento é a única edificação em Itajaí tombada apenas por decreto Estadual e recebe o apoio da Fundação Catarinense; a Capela Santa Terezinha é salvaguardada por tombamento municipal e; a igreja da Imaculada Conceição é tombada pelo Estado e pelo município.

✓ ***Bens materiais tombados destinados ao uso público***

Estes bens apresentados foram tombados, porém, tem seus usos destinados ao uso público. O Hotel Rota do Mar se mantém em funcionamento e, apesar de ter representatividade histórica para a cidade, tem seu uso direcionado apenas a um público específico; a Casa Malburg abriga escritórios da Receita Federal, poderia destinar esse espaço a possibilidades ligadas à cultura e ao lazer, como forma de permitir o acesso a todos, quer sejam visitantes ou moradores; a Casa Lins abriga o Arquivo Histórico de Itajaí.



Figura 36: Bens materiais tombados destinados ao uso público

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

Estas edificações poderiam abrigar em seus espaços elementos de cunho artístico e cultural, como galeria para exposição de arte, teatro, centro cultural, que pudesse ser acessível tanto à população local quanto aos visitantes. A requalificação do espaço seria uma opção para as casas Lins e Malburg.

✓ ***Bens materiais tombados, passando por processo de intervenção***

As Casas Mello, Bauer & Cia; Almeida & Voigt e a Antiga Fiscalização do Porto, atualmente passam por processo de intervenção, com objetivo de recuperar as características originais destas edificações. Há um projeto para a Antiga Fiscalização do Porto que prevê um museu dedicado às memórias e aos ofícios dos portuários.



Figura 37: Bens materiais tombados, atualmente em processo de intervenção

Fonte: Fundação Genésio Miranda Lins (2007a); Identificação do Acervo Cultural (2001)

A legislação específica para o tombamento do patrimônio é um dos fatores limitantes para a salvaguarda do bem, por apresentar divergência de interesses em relação ao bem tombado. O poder público é assegurado pela legislação, pois os recursos de manutenção e conservação das obras não devem ser onerosos ao Estado, diferente do proprietário que recebe alguns incentivos fiscais e toda responsabilidade lhe cai sobre a manutenção do bem, salvo a visita do técnico responsável pela vistoria, que é de responsabilidade do poder público.

Um aspecto positivo para a localidade é a parte em que lhe cabe pelo zelo do seu patrimônio, como garantia de manter a história e a identidade cultural do seu povo. A conscientização da população local, com a responsabilidade do seu patrimônio é o que agrega valor ao bem tombado. A partir do envolvimento afetivo

da população com o patrimônio, a possibilidade de se desenvolver ações voltadas ao benefício de interesse para uso comum é maior.

Os fatores que ameaçam as oportunidades da segmentação do turismo cultural, em Itajaí, são identificados tanto pela falta do planejamento turístico direcionado ao turismo cultural, quanto pela carência da infra-estrutura turística local.

Embora o Município apresente oportunidades que vão desenvolver o sistema, a diversidade de atrativos ligados à cultura e aos usos dados que possibilitem o acesso comum são essenciais para a segmentação do turismo cultural. Isso só passa a existir paralelo ao planejamento turístico. Para aumentar o número de visitantes na cidade, os atrativos culturais precisam se tornar mais conhecidos.

Apesar da diversidade dos seus recursos culturais em Itajaí, os fatores: planejamento e divulgação limitam a busca pela utilização deste destino para o turista, pois, o Estado e o Município vêm fazendo ações para salvaguardar o patrimônio histórico e cultural de Itajaí, sendo que a busca pelo conhecimento da cultura de um povo vai além da conservação. A conservação serve para manter, mas o turista que busca esse tipo de segmento, procura é vivenciar e conhecer a cultura de outros povos.

A principal idéia do turismo cultural é a de possibilitar o acesso a pessoas que buscam conhecer outros povos, vivenciar outras culturas e por meio dessa experiência, conhecer outros modos de vida; junto a isso, os artesanatos, as esculturas e as influências que permitiriam desenvolver o cultivo intelectual dos povos visitados.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo procurou analisar as Políticas Públicas relacionadas à preservação cultural em núcleos urbanos, sendo o município de Itajaí utilizado como o caso de estudo para esta pesquisa. Visando identificar a existência de ações relacionadas às Políticas Públicas, também foram analisadas possibilidades de uso público do espaço estudado para o turismo cultural.

Com a organização e o desenvolvimento das cidades, a busca pelo conhecimento e a compreensão de várias culturas torna-se cada vez maior. Esse interesse, intensifica-se ainda mais por pessoas que querem adquirir o conhecimento a partir da vivência com outros povos. O turismo cultural é um meio que permite aproximar o visitante da cultura local, possibilitando um aprendizado dos valores culturais do visitante com a população autóctone e vice-versa.

A escolha pela cidade de Itajaí ocorreu em função da presença de edificações tombadas no núcleo urbano, pela ausência da segmentação do turismo cultural, sendo a mais diversificada do aglomerado urbano estudado. A necessidade de um planejamento, destinado a esses aspectos, surgiu com o interesse de analisar as políticas públicas que atuam neste espaço.

Ao caracterizar o sistema turístico cultural, pode-se afirmar que no aglomerado urbano das cidades de Itajaí, Navegantes, Balneário Camboriú e Camboriú estas se complementam para se manterem turisticamente, pois cada uma apresenta características distintas nos seus elementos culturais.

Quando os bens históricos e culturais de uma localidade passam a ser salvaguardados, várias pessoas terão acesso à história e à cultura de outros povos. Mediante essa afirmação, surgiu a necessidade de mapear os bens materiais cadastrados pelo município de Itajaí, localizados no núcleo urbano como forma de identificar a importância de tombamento mediante aos usos que lhes são dados.

A partir do mapeamento dos bens materiais históricos, realizados pelo município e pelo estado, foi possível identificar a atuação do poder público no processo que salvaguarda o patrimônio cultural local e possibilita o desenvolvimento do turismo cultural.

Os bens materiais cadastrados pelo Conselho Municipal do Patrimônio Histórico de Itajaí, mapeados no decorrer desta pesquisa, permitiram que fosse

visualizada por meio da linha do tempo dos tombamentos, a ação referente à preservação dos bens materiais localizados no núcleo urbano da cidade.

A partir da linha do tempo, verifica-se uma continuidade do trabalho no processo de tombamento realizado pelo município diferente dos bens tombados pelo estado, os quais sugerem a possível realização de tombos em função do partido político atuante no estado no período de 1998 a 2001. Isso chama a atenção para a atuação de políticas inexistentes ou em processo de implantação, pois quando se fala em políticas públicas, percebe-se que ainda há certa confusão entre ideais partidários e políticas públicas.

Quanto ao mapeamento dos bens materiais tombados pela Fundação Cultural Catarinense no estado de Santa Catarina, ficou evidenciado que o estado apresenta grande potencial em atrativos históricos e culturais para trabalhar este tipo de segmento. Também foi observado que a Secretaria Estadual de Turismo de Santa Catarina tende a direcionar as ofertas turísticas do estado ao contexto sol e praia, negligenciando o atrativo histórico e cultural. Isso mostra que o estado não trabalha a atual política de rotas e roteiros estabelecida pelo Ministério do Turismo.

Mediante a compreensão dos posicionamentos e das intervenções do município, do Estado e do Governo Federal em relação à preservação do patrimônio histórico, foi possível identificar indicadores, os quais foram representados por negligência, ação e conflito de interesses. Estes indicadores permitiram verificar que o município mostrou comprometimento com o patrimônio quando iniciou a abertura do processo de tombamento e passou a tratar o patrimônio histórico por meio de termos legais; porém, ao mesmo tempo também expunha a falta de compromisso com esse patrimônio.

Para segmentar o turismo, é importante a preservação e a manutenção dos bens a partir da criação de uma logística, a fim de direcionar o mercado a desenvolver o turismo cultural na região. Para a comunidade local, o patrimônio deve ser preservado, pois representa a memória do seu povo. Entraves e divergências de interesses ocasionam a morosidade no desenvolvimento do turismo cultural, que depende da conservação do patrimônio. É visível o conflito relacionado à divergência de interesses entre poder público e os proprietários das edificações; mostrando que a negligência e o conflito de interesses são mais atuantes do que a ação do poder público.

A proteção dos bens culturais deve ser permeada pela aplicação de Políticas

Públicas por parte do poder público local, sendo relevante a análise do posicionamento e das intervenções realizadas pelo município e pelo governo. Entende-se que os bens culturais existentes, em áreas históricas de uma localidade, quando passam a ser assegurados pela preservação e manutenção, possibilitam a segmentação do turismo cultural.

Os fatores limitantes para o desenvolvimento dessa pesquisa, estão ligados a poucas produções que fundamentam os conceitos que possam estabelecer a demarcação do núcleo urbano contido no perímetro urbano, bem como as escassas discussões e produções a respeito das Políticas Públicas, que norteiam a demarcação de uma área, à qual deve estar inserido o patrimônio cultural existente no núcleo urbano.

No desenvolvimento desta pesquisa, ficou claro que numa perspectiva contemporânea, a formação do núcleo urbano da cidade está ligada a um conjunto de bens identificados pela contextualização histórica e dos usos designados a esse espaço. Isso comprova as evidências observadas a respeito da reflexão sobre a gestão das políticas públicas de intervenção do patrimônio cultural, pois quando o contexto histórico é evidenciado facilita a atuação.

A falta de planejamento em espaços destinados ao turismo cultural, confirma a limitação acerca da valorização histórica e cultural dos destinos turísticos. De modo geral, as políticas públicas deveriam trabalhar para o fortalecimento e a manutenção do patrimônio, definindo estratégias junto ao planejamento turístico, como forma de apoiar as culturas locais e evidenciar a oferta do destino.

Como sugestões para futuras pesquisas e maior aprofundamento acerca do assunto, são indicados estudos relacionados a políticas públicas para o turismo cultural em nível nacional, bem como a existência dos limites do núcleo urbano, como forma de facilitar a aplicação das políticas públicas em uma área e não apenas em uma unidade tombada. Contudo, são indicadas análises mais contundentes das formas legais que subsidiam o patrimônio cultural tombado e suas relações com o poder público, para que possa ser definido com maior precisão o direcionamento de um planejamento específico, com subsidio de ações éticas, morais e legais.

Entende-se que o núcleo urbano deve apresentar um limite, passando a ser trabalhado como um todo. Desse modo, as ações públicas exercidas irão proporcionar resultados em toda a área que contém os bens tombados, e não apenas em unidades de bens tombados, como é executado atualmente pelo IPHAN.

Também se indica uma maior atenção no que diz respeito aos interesses partidários e às atuações efetuadas nos períodos vigentes, tanto na salvaguarda dos bens culturais como no desenvolvimento de ações direcionadas ao planejamento turístico, o qual merece visível atenção, em especial, no que diz respeito ao desenvolvimento de roteiros destinados à visitação das áreas que apresentam bens tombados.

Diante do exposto, conclui-se que no caso apresentado, ou seja, em Itajaí, não há Políticas Públicas direcionadas ao turismo cultural. O que existe são políticas de proteção ao patrimônio material e imaterial, as quais aparecem mais evidenciadas em suas ações. As políticas de turismo, neste caso estudado, ainda se mostram inertes às ações necessárias ao desenvolvimento do turismo cultural.

Dessa forma, passam a surgir questionamentos relacionados às políticas públicas para o turismo cultural existentes no Brasil, isto é, como estão organizadas, como são implementadas e trabalhadas estas políticas no país? Elas apresentam os resultados esperados em outras regiões do país?

A existência de um Ministério específico para o turismo com planos e legislações direcionadas a ações para desenvolver o turismo no País, não implica necessariamente na inexistência da realização inadequada e negligente do trabalho que vem sendo realizado em alguns estados e municípios brasileiros.

REFERÊNCIAS

ADORNO, Theodor W. **Indústria cultural e sociedade**. 2 ed., São Paulo: PAZ E TERRA, 2004.

ADORNO, Theodor W; HORKHEIMER, Max. **Dialética do esclarecimento: fragmentos filosóficos**. [Trad.] ALMEIDA, G. A. Rio de Janeiro: JORGEZAHAR, 1985.

AMFRI – Associação dos Municípios da Foz do Rio Itajaí. **Plano estratégico de marketing turístico integrado: inventário turístico**. Itajaí: IFES, 2007.

ANDRADE, Aurélio L; SELMA, Acyr; RODRIGUES, Luís H; SOUTO, Rodrigo. **Pensamento sistêmico: caderno de campo: o desafio da mudança sustentada nas organizações e na sociedade**. Porto Alegre: BOOKMAN, 2006.

ANJOS, Francisco Antônio dos. **Processo de planejamento e Gestão de territórios turísticos: uma proposta sistêmica**. Florianópolis, 2004. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção) - Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

ANJOS, Francisco Antônio dos; ANJOS, Sara Joana Gadotti dos; RADOS, Gregório Jean Varvakis . **O processo de compreensão do sistema territorial turístico para o planejamento e a gestão integrados**. In: **Anais do II Seminário da Associação Nacional dos Programas de Pós-Graduação em Turismo (ANPTUR)**, Balneário Camboriú, 2005.

ANJOS, Francisco Antonio dos (Coord.); BONI, Charles; LEITE, Fabiana Calçada de Lamare; MUNIZ, Helber Vignoli; SCHEFER, Karine Lize; VIANA, Lina Juliana Tavares; PEREIRA, Luciana Noronha. **Aplicação de um modelo sistêmico nos destinos em consolidação: o estudo de caso de Porto Belo. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo PLAGET** (Grupo de pesquisa planejamento e gestão dos espaços para o turismo – UNIVALI/CNPQ), 2007.

ANJOS, Francisco Antonio dos (Coord.); VIANA, Lina Juliana Tavares; LOPES, Eduardo Baptista. **A compreensão do sistema territorial turístico de Itajaí e Balneário Camboriú: o uso e a organização dos espaços nas áreas centrais do aglomerado urbano. Projeto de pesquisa desenvolvido pelo PIPG** (Programa Integrado de Pós-Graduação e Graduação – UNIVALI/ProPEC), 2008.

ARISTÓTELES. **A política**. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2002. (Clássicos)

ASSUNÇÃO, Paulo de. **O patrimônio**, São Paulo: LOYOLA, 2003.

BARBOSA, Ycarim Melgaço. **O despertar do turismo: Um olhar crítico sobre os não-lugares**, São Paulo: ALEPH, 2001.

BARRETO, Margaritta; BURGOS, Raúl; FRENKEL, David. **Turismo, políticas públicas e relações internacionais**. Campinas: PAPIRUS, 2003. (Coleção turismo)

BITTENCOURT, João Batista. Cidades em movimento. In: BRANCHER, Ana [Org.]. **Histórias de Santa Catarina: estudos contemporâneos**. 2 ed. Florianópolis: LETRAS CONTEMPORÂNEAS, 2000.

BITTENCOURT, Renato Nunes. Introdução à ética. In: **Revista Discutindo Filosofia**. Ano 2, n. 11, 2008, p. 35-36.

BOBBIO, Norberto. **Estado, governo, sociedade: para uma teoria geral da política**. 12 ed., São Paulo: PAZ E TERRA, 2005.

CAPRA, Fritjof. **As conexões ocultas: ciência para uma vida sustentável**. São Paulo: CULTRIX, 2002.

CELESC – Centrais Elétricas de Santa Catarina. **Estatística do consumo de energia elétrica**. Disponível em: <<http://portal.celesc.com.br/portal/home/>>. Acesso em: 8 jul. 2007.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. 3 ed., São Paulo: UNESP, 2006.

_____. **O urbanismo: Utopias e realidades, uma antologia**. 4 ed., São Paulo: PERSPECTIVA, 1965.

CRUZ, Euclides José da. Pequena pátria. In: LENZI, Rogério Marcos [Org.] **Itajaí: outras histórias**. Itajaí: SINODAL, 2002a.

CRUZ, Rita de Cássia Ariza da. Políticas públicas de turismo no Brasil: Significado, Importância, Interfaces com outras Políticas Setoriais. In: SOUZA, Maria José [Org.] **Políticas públicas e o lugar do turismo**. Brasília: UNB, 2002b.

DENZIN, Norman; LINCOLN, Yvonna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. 2 ed., Porto Alegre: ARTMED, 2006.

DIAS, Reinaldo. **Turismo sustentável e meio ambiente**. Barueri: Atlas, 2003.

EPAGRI – Empresa de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural de Santa Catarina. **Dados metrológicos**. Disponível em: <<http://www.epagri.rct-sc.br/>>. Acesso em: 8 jul. 2007.

FERREIRA, Angela Lúcia de Araujo; MARQUES, Sônia. Privado e Público: Inovação espacial ou social? **Revista Electrónica de Geografía y Ciencias Sociales**. Barcelona, v.20, n.69, Ago. 2000. Disponível em: <<http://www.ub.es/geocrit/sn-69-20.htm>>. Acesso em: 8 ago. 2008.

FLORES, Maria Bernadete Ramos. História demográfica de Itajaí: uma população em transição (1866 – 1930). Florianópolis, UFSC, 1979. Centro de Ciências Humanas - Programa de Pós-Graduação em História. **Dissertação** (Mestrado em História). Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

FOELKER, Rita. Virtude: A excelência em prol da felicidade. In: **Revista Discutindo Filosofia**. Ano 2, n. 11, 2008, p. 23-27.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise do conteúdo**. 2 ed., Brasília: LÍBER LIVRO, 2005.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA. **Lista de bens tombados pelo governo do Estado de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.fcc.sc.gov.br/bens/bens.htm>>. Acesso em: 17 mai. 2008.

FUNDAÇÃO GENÉSIO MIRANDA LINS. **Histórico dos bens tombados do município de Itajaí**. Fundação Genésio Miranda Lins/Fundação Cultural de Itajaí: Itajaí, 2007a.

_____. **Mapas de Itajaí**. Disponível em: <http://fgml.itajai.sc.gov.br/memoria_historica_det.php?cod_memoria_historica=25#f92>. Acesso em: 16 jul. 2007b.

GOELDNER, Charles R; RITCHIE, Brent J. R; MCINTOSH, Robert W. **Turismo: princípios, práticas e filosofias**. 8 ed., Porto Alegre: BOOKMAN, 2002.

GOMES, Cristina Marques; REJOWSKI, Mirian. Posicionamento Teórico e Conceitual do Lazer Turístico no Brasil. In: **Anais** do XXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação. Rio de Janeiro, set. 2005. Disponível em: <<http://www.ibict.br/oasis.br/index.php/search/results?query=lazer>>. Acesso em: 12 jun. 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. **A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2002.

GONZÁLEZ VIAÑA, Maria del Carmen. **Turismo y ciudad: nuevas tendencias**. Buenos Aires: TURÍSTICAS, 2006.

GOODEY, Brian. Turismo cultural: novos viajantes, novas descobertas. In: GOODEY, Brian, MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

GOOGLE EARTH. **Mapas de localização**. Disponível em: <<http://www.googleearth.com.br>>. Acesso em: 10 mai. 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SANTA CATARINA. **A colonização de Santa Catarina**. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/conteudo/santacatarina/historia/paginas/02reconhecimento.html>>. Acesso em: 21 jul. 2007.

_____. Lei Nº 5.846 de 22 de dezembro de 1980. In: **Lei de Tombamento Estadual**, Florianópolis, 1980.

HALL, Colin Michael. **Planejamento turístico: políticas, processos e relacionamentos**. São Paulo: CONTEXTO, 2001. (Coleção Turismo Contexto)

HANDLER, Richard; LINNEKIN, Jocelyn. *On sociocultural discontinuity: nationalism and cultural objetification in Quebec*. In: **Current Anthropology**. v. 25, n.1, 1984.

HUSSEY, Roger; COLLIS, Jill. **Pesquisa em administração**: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação. 2. ed., Porto Alegre: BOOKMAN, 2006.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/>> Acesso em: 16 mai. 2007.

_____. **Cidades**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/cidadesat/default.php>>. Acesso em: 3 fev. 2008.

IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. **Decreto-Lei Nº 25, de 30 de Novembro de 1937**. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Rio de Janeiro, 1937.

_____. **Decreto-Lei Nº 3.924, de 26 de Julho de 1961**. Dispõe sobre os Monumentos Arqueológicos e Pré-Históricos: Brasília, 1961.

_____. **Decreto-Lei Nº 6.403, de 29 de Dezembro de 1986**. Disciplina os procedimentos para o reconhecimento das isenções tributárias relativas aos imóveis de interesse histórico, arquitetônico, cultural e ecológico ou de preservação ambiental. Rio de Janeiro, 1986.

KOHL, Dieter Hans Bruno. **Porto Belo**: sua história e sua gente. 2. ed., Blumenau: ODORIZZI, 2001.

KRIPENDORF, Jost. **Sociologia do turismo**: para uma nova compreensão do lazer e das viagens. 3. ed., São Paulo: ALEPH, 2003.

LAMAS, José Manuel Ressano Garcia. **Morfologia urbana e desenho da cidade**. 3. ed., Porto: Fundação Calouste Gulbenkian/Fundação para a Ciência e a Tecnologia, 2004.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: MORAES, 1991.

_____. **A revolução urbana**. Belo Horizonte: UFMG, 1999.

LEFÈVRE, Fernando; LEFÈVRE, Ana Maria Cavalcanti. **O discurso do sujeito coletivo**: um novo enfoque em pesquisa qualitativa. Caxias do Sul: EDUCS, 2003. (Coleção Desdobramentos)

_____. **Depoimentos e discursos**: uma proposta de análise em pesquisa social. Brasília: LÍBER LIVRO, 2005. (Série Pesquisa; 12)

LENZI, Rogério Marcos (Org.). **Itajaí**: Outras histórias. Itajaí: Sinodal/Prefeitura Municipal/Secretaria de Educação/Fundação Genésio Miranda Lins, 2002.

LLANOS, Bladimir Gustavo Michel. *La historia de la ciudad... Es la de sus espacios públicos*. In: **Revista Arquitectura y Urbanismo**. v. XXVI, n. 1 (2005). Disponível em: <<http://revistas.mes.edu.cu/eduniv/03-Revistas-Cientificas/Arquitectura-y-urbanismo/2005/1/10505102.pdf>>. Acesso em: 26 ago. 2007.

LUBAMBO, Cátia W; COUTINHO, Henrique G. Conselhos Gestores e o Processo de Descentralização. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 4, n. 18, 2004, p.62-72.

LUCA, Virgínia Gomes de; SANTIAGO, Alina G. O Patrimônio Cultural como produto turístico. In: **Anais do X Encontro Nacional de Turismo Com Base Local: Identidade cultural e desenvolvimento local (ENTBL)**, 2007, UFPB: João Pessoa, jun. 2007, p. 204-212.

MACHADO, Ana Bela de Souza Faria de Azevedo. **Identificação do acervo cultural: V.1 cidade de Itajaí**. Itajaí: Fundação Cultural de Itajaí. Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural, 2001.

MAGALHÃES, Leandro Henrique; CASTELO BRANCO, Patrícia Martins. Patrimônio, Memória e Turismo: um exercício do olhar. In: **Revista Perspectiva Contemporânea**. Campo Mourão, v.1, n.1, jan./jul, 2006.

MINISTÉRIO DA INDÚSTRIA, DO COMÉRCIO E DO TURISMO. **Lei nº 6.505/77, de 13 de dezembro de 1977**. Dispõe sobre as atividades e serviços turísticos; estabelece condições para o seu funcionamento e fiscalização; altera a redação do artigo 18, do Decreto Lei nº 1.439, de 30 de dezembro de 1975; e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2008a.

_____. **Decreto-Lei nº 2.294, de 21 de novembro de 1986**. Dispõe sobre o exercício e a exploração de atividades e serviços turísticos e dá Outras providências. Brasília, 1986. Disponível em:<<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2008b.

_____. **Decreto-Lei nº 448/92, de 14 de fevereiro de 1992**. Regulamenta dispositivos da Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991, dispõe sobre a Política Nacional de Turismo e dá outras providências. Brasília, 1977. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2008c.

_____. **Decreto nº 946, de 1 de outubro de 1993**. Regulamenta a Lei nº 8.623, de 28 de janeiro de 1993, que dispõe sobre a profissão de Guia de Turismo e dá outras providências. Brasília, 1993. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2008d.

MINISTÉRIO DO TURISMO. Diretrizes Políticas. In: **Programa de regionalização do turismo**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/portalmtur/opencms/regionalizacao/modulos/politicas/arquivos/introducao.html>>. Acesso em: 19 ago. 2007.

_____. In: **Macroprograma: Regionalização do Turismo – Roteiros do Brasil**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2008a.

_____. In: **Turismo no Brasil**. Disponível em: <<http://www.turismo.gov.br/>>. Acesso em: 4 jun. 2008b.

MOREIRA, Sônia Miriam Teixeira. Porto de Itajaí: da gênese aos dias atuais. Florianópolis, 1995. **Dissertação** (Mestrado em Geografia) – Curso de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

MORETTO NETO, Luiz. A Competitividade de Destinos Turísticos Aplicada aos Espaços Insulares de Gran Canaria/Espanha e Florianópolis/Brasil: Estudo de multi-casos. Florianópolis, 2005. **Tese** (Doutorado em Engenharia de Produção)- Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Universidade Federal de Santa Catarina – UFSC.

MURTA, Stela Maris; ALBANO, Celina. Interpretação, preservação e turismo: uma introdução. In: GOODNEY, Brian, MURTA, Stela Maris. **Interpretar o patrimônio: um exercício do olhar**. Belo Horizonte: UFMG, 2002.

OMT - *The World Tourism Organization*. **Resultados da OMT para o turismo mundial em junho de 2008**. Disponível em: <<http://www.unwto.org/index.php>>. Acesso em: 04 jun. 2008.

PELLEGRINI FILHO, Américo. **Ecologia, cultura e turismo**. Campinas: Papirus, 1992.

PELUSO JÚNIOR, Victor. **Estudos da geografia urbana de Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC/Secretaria do Estado da Cultura e do Esporte, 1991.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO DO MUNICÍPIO DE ITAJAÍ. **Relatório Técnico**. Prefeitura Municipal de Itajaí; Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí: 2005.

PLANO DIRETOR DE ITAJAÍ: **Leitura técnica**. Prefeitura Municipal de Itajaí; Secretaria Municipal de Planejamento e Desenvolvimento; Universidade do Vale do Itajaí (UNIVALI). Itajaí: 2006.

PORTONAVE. **In:** Porto de Navegantes. Localização. Disponível em: <<http://www.portodenavegantes.net/localizacao.php>>. Acesso em: 09 jul. 2008.

PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAJAÍ. **In:** Mapas. Disponível em: <<http://www.itajai.sc.gov.br/mapas.php>>. Acesso em: 05 mai. 2007.

_____. **Lei Nº 2.037 de 23 de Dezembro de 1982**. Legislação de Proteção do Patrimônio Cultural do Município de Itajaí: Itajaí, 1982.

_____. **Lei Nº 3.198 de 05 de Setembro de 1997**. Legislação que Cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí: Itajaí, 1997.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966**. Define a política nacional de turismo, cria o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Brasileira de Turismo, e dá outras providências. Brasília: 1966. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/CCIVIL/Decreto-Lei/1965-1988/Del0055.htm>> Acesso em: 5 jul. 2008a.

_____. **Decreto-Lei nº 8.181, de 28 de março de 1991.** Dá nova denominação - Empresa Brasileira de Turismo - EMBRATUR, e dá outras providências. Brasília, 1991. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2008b.

_____. **Decreto nº 4.898, de 26 de novembro de 2003.** Transfere competências da EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo para o Ministério do Turismo, e dá outras providências. Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2008c.

_____. **PNMT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo.** Brasília 1999. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/publi_04/COLECAO/99MENS5B.HTM>. Acesso em: 5 jul. 2008d.

_____. **PNT - Plano Nacional do Turismo: Diretrizes, Metas e Programas 2003 – 2007.** Brasília, 2003. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br/>>. Acesso em: 5 jul. 2008e.

REJOWSKI, Mirian; SOLHA, Karina Toledo. Turismo em um cenário de mudanças. In: REJOWSKI, Mirian [Org.] **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: ALEPH, 2002.

REJOWSKI, Mirian; YASOSHIMA, José Roberto; STIGLIANO, Beatriz Veronese; SILVEIRA, Adalgisa Silva. Desenvolvimento do turismo moderno. In: REJOWSKI, Mirian [Org.] **Turismo no percurso do tempo.** São Paulo: ALEPH, 2002.

ROBINSON, Mike. Turismo e cultura: um casamento por conveniência. In: **Revista O Correio da UNESCO:** por um turismo consensual. v. XXVII, n.1 set./out., 1999, p.12.

RODRÍGUEZ JAUME, María José. *Modelos sociodemográficos: atlas social de la ciudad de Alicante.* Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes, 2000. **Tese** (Doutorado em Sociología e Teorias da Educação). Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com/FichaObra.html?Ref=6458>> Acesso em: 8 jul.2007.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. **Turismo e planejamento sustentável:** a proteção do meio ambiente. 11. ed., Campinas: PAPIRUS, 2003. (Coleção Turismo)

SANFELICE, José Luiz. Dialética e pesquisa em educação. In: LOMBARDI, José Claudinei; SAVIANI, Dermeval [Org.] **Marxismo e educação:** debates contemporâneos. São Paulo: AUTORES ASSOCIADOS, 2005.

SANTA CATARINA. **Lei nº 3.684, de 9 de julho de 1965.** Cria o Serviço Estadual de Turismo em Santa Catarina. Florianópolis, 1965. Disponível em: <http://200.192.66.20/alesc/docs/1968/4240_1968_Lei%>. Acesso em: 6 jul. 2008.

SANTOS FILHO, João dos. **Ontologia do turismo:** estudos de suas causas primeiras. Caxias do Sul: EDUCS, 2005.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço.** 2. ed. São Paulo: Hucitec, 1997a.

_____. **Espaço e método.** 4. ed. São Paulo: Nobel, 1997b.

_____. **Pensando o espaço do homem.** 5. ed. São Paulo: Edusp, 2004.

SANTOS, Silvio Coelho dos. **Santa Catarina no século XX: ensaios e memória fotográfica.** Florianópolis: UFSC, 1999.

SANTUR - Santa Catarina Turismo S/A. **Notícias.** Disponível em: <http://www.santur.sc.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=78&Itemid=118>. Acesso: 6 jul. 2008a.

_____. **Pesquisa Mercadológica Estudo da Demanda Turística:** Municípios de Itajaí e Balneário Camboriú – jan/fev de 2006, 2007 e 2008. Secretaria de Estado de Turismo, Cultura e Esporte/SANTUR/Diretoria de Planejamento e Desenvolvimento Turístico. Disponível em: <<http://www.santur.sc.gov.br/>>. Acesso em: 6 jun. 2008b.

_____. **Destinos e roteiros.** Disponível em: <<http://www.santacatarinaturismo.com.br/inter~28.htm>>. Acesso em: 22 jul. 2007a.

_____. **Destinos e roteiros turísticos do Estado de Santa Catarina.** Disponível em: <<http://www.sol.sc.gov.br/santur/FrameMunicipios.asp>>. Acesso em: 22 jul. 2007b.

SECRETARIA DO ESTADO DE PLANEJAMENTO. Secretaria de Planejamento de Itajaí. **Estatística dos consumidores de energia elétrica** (mercado CELESC), 2006. Resumo sócio-econômico regional – itajaí. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/menu/estatistica/regionais/itajai.pdf>>. Acesso em: 8 ago. 2007.

SECTUR – Secretaria de Turismo de Balneário Camboriú. **Dados estatísticos.** Disponível em: <<http://www.secturbc.com.br/>>. Acesso em: 1 fev. 2008.

SERPA, Angelo. **O espaço público na cidade contemporânea.** São Paulo: CONTEXTO, 2007.

SILVEIRA, Carlos Eduardo; PAIXÃO, Dario Luiz Dias; COBOS, Valdir José. Políticas Públicas de Turismo e a Política no Brasil: singularidades e (des)continuidade. In: **Revista Ciência & Opinião.** Curitiba, v. 3, n. 1, jan./jun. 2006, p. 120-135.

SIMÃO, Maria Cristina Rocha. **Preservação do patrimônio cultural em cidades.** Belo Horizonte: AUTÊNTICA, 2006.

SAQUET, Marcos Aurélio. **Abordagens e concepções de território.** São Paulo: EXPRESSÃO POPULAR, 2007.

SOCIEDADE SEBASTIÃO LUCAS. **Imagem fotográfica da casa sede Sebastião Lucas.** Disponível em: <<http://vivaverve.wordpress.com/2008/01/11/reabertura-da-sociedade-sebastiao-lucas/>>. Acesso em: 20 abr. 2008.

SOLHA, Karina Toledo. Política de turismo: desenvolvimento e implementação. In: RUSCHMANN, Dóris van de Meene, SOLHA, Karina Toledo [Orgs]. **Planejamento turístico**. Barueri: MANOLE, 2006.

SOUZA, Celina. Governos Locais e Gestão de Políticas Sociais Universais. In: **Revista São Paulo em Perspectiva**, v. 2, n. 18, 2004, p. 27-41.

_____. Políticas públicas: uma revisão da literatura. In: **Revista Sociologias**. Porto Alegre, ano 8, n. 16, jul./dez. 2006, p. 20-45.

STEWART, Susan, *On Longing: narratives of the miniature, the gigantic, the souvenir, the collection*. Baltimore: The Johns Hopkins Universty Press, 1984.

TOREZANI, Julianna Nascimento. Comunicação, Cultura e Turismo: Um estudo sobre o Patrimônio Arquitetônico de Ilhéus. In: **Anais** do V Encontro dos Núcleos de Pesquisa da Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (INTERCOM), 2005. Trabalho apresentado ao NP 19 – Comunicação, Turismo e Hospitalidade, 2005.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: ATLAS, 1987.

VIANA, Lina Juliana Tavares; SOARES, Luiz Antonio Cavalcanti; ANJOS, Francisco Antônio dos. A compreensão do sistema territorial turístico de Jaboatão dos Guararapes/PE: análise dos sub-sistemas de fluxos e fixos. In: **Anais** do X Encontro Nacional de Turismo com Base Local (ENTBL): João Pessoa, 2007.

VINUESA, Miguel Ángel Toitiño. *Las intervenciones en los centros históricos*. In: **Revista Debate**. Vol. XXI, N. 1 (2004). Alicante: Biblioteca Virtual Miguel de Cervantes. Disponível em: <<http://www.cervantesvirtual.com>>. Acesso em: 10 Jun. 2007.

YIN, Robert. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 2. ed., Porto Alegre: BOOKMAN, 2002.

APÊNDICES

APÊNDICE A

Análise das Atas de Reunião do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí, no Período de Novembro de 1997 à Junho de 2007

Instrumentos para Análise do Discurso do Sujeito Coletivo

Expressões-chave	Idéias Centrais	Ancoragem
A Lei N. 3.198 de 05/09/1997 cria o Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí	Necessidade de preservar os bens culturais do Município de Itajaí	consciência de salvaguardar o patrimônio
Patrimônio histórico de Itajaí vem se arrastando pelo menos há vinte anos, até hoje ninguém fez nada de efetivo.	Morosidade no processo de preservação	denúncia de negligência com o patrimônio e com a história
Patrimônio histórico de Itajaí vem se perdendo: casa Gall, Casa Verner, casa Schimitt	Depreciação dos bens culturais construídos	denúncia de negligência com o patrimônio e com a história
Tratar do patrimônio histórico a partir de termos legais com auxílio da Procuradoria Geral do Município	Necessidade de colocar os fatos materiais em termos legais	consciência de salvaguardar o patrimônio
O Conselho do Patrimônio Cultural de Itajaí tem o apoio da Procuradoria Geral	O apoio da Procuradoria Geral é importante para o patrimônio	consciência do Estado com a preservação do patrimônio cultural
O Conselho do Patrimônio Cultural de Itajaí apresenta uma lista de imóveis que devem ser tombados	Preocupação em preservar as edificações históricas	consciência em preservar o patrimônio e a história
Mudanças na Lei que cria o Conselho, passando a ser composto por 09 membros	Necessidade de reforma administrativa	consciência de melhoria nas atuações das políticas públicas
Não há nenhum imóvel tombado, precisa-se descobrir os caminhos para estes processos	Burocracia e lentidão nos processos de tombamento	negligência com o patrimônio e com a história
O Conselho precisa de pelo menos um tombamento Municipal referente aos Patrimônios que estão sob a guarda da Prefeitura	Preocupação em dar início ao processo de preservação e conservação dos bens do Município	consciência de preservar o patrimônio e a história
O Livro de Tombo está sob a guarda da Fundação Cultural juntamente com as Atas das reuniões caso se decida pelo tombamento de algum patrimônio	Salvaguardar documentos oficiais	consciência em preservar o patrimônio histórico cultural
Prédios que devem pertencer ao patrimônio histórico de Itajaí: antiga fiscalização do Porto, casa Bauer, casa Almeida e Voigt, casa Burgardt, casa Konder, hotel Rota do Mar, casa Malburg, mercado público, palácio Marcos Konder, Igreja Santíssimo Sacramento, Igreja Imaculada Conceição, casa da cultura Didier Brandão e ex Fábrica Renaux	Abertura do processo de tombamento dos prédios listados	consciência dos órgãos competentes em salvaguardar o patrimônio

Continuação

Continuação

Desinteresse dos proprietários da Casa Rauert em recuperar e tomba a edificação	Entrave para início ao processo de tombamento	Interesse comum (preservar o patrimônio) prejudicado pelo interesse individual (vender o terreno)
Alteração da Lei N. 3.198 de 05/09/1997 substituindo a extinta Secretaria de Cultura e Esporte pela Fundação Cultural de Itajaí e acrescentando representante da Fundação Genésio Miranda Lins	Modificações na Lei para viabilizar os interesses de valor histórico e cultural do Município	consciência de preservação por meio das políticas públicas
A Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Florianópolis se mostra contrária ao tombamento, sendo o mesmo um ato de reconhecimento público do bem a ser preservado	Falta de interesse em salvaguardar o bem	negligência da história e do passado de um povo
Solicitação para demolir a Capela de São Roque de Arraial dos Cunhas, considerada sem expressão arquitetônica, porém com representatividade de valor histórico e afetivo para a comunidade local	Divergência entre membros do Conselho no que diz respeito a expressividade arquitetônica e valorização histórica do bem para a comunidade local	denúncia de conflito de valores
Casa Rauert em péssimas condições impossibilitando o governo de se responsabilizar pela restauração de um imóvel em estado de abandono pelos proprietários	Burocracia e legislação incipiente impossibilitam a restauração do bem	negligência com o patrimônio e com a história
A família proprietária da casa Rauert, solicita autorização para demolição por falta de condições financeiras para realizar restauração	Desinteresse por parte da família em tomba o bem, possibilitando uma venda futura do terreno ou outras formas de uso	denúncia do interesse comum (preservar o patrimônio) prejudicado pelo interesse individual (vender o terreno)
O Conselho não tem como proibir a demolição da Capela São Roque, podendo apenas opinar, dar sugestões e manifestar a idéia contrária a demolição	Morosidade no processo de preservação	denúncia de negligência com o patrimônio e com a história
Ocupação da casa Konder pelo arquivo histórico	Utilização e ocupação do bem por responsabilidade do órgão público	consciência em preservar o patrimônio e a história
A casa Rauert está em estado de abandono e vem servindo de abrigo a indigentes	Uso incorreto e inadequado de uma edificação de valor histórico e cultural que precisa ser preservada	negligência com o patrimônio e com a história
Opiniões e sugestões da comunidade poderão servir de orientação ao poder público	Representatividade da opinião da comunidade	consciência da população em preservar o patrimônio

Continuação

Continuação

Construída em 1918, a Casa Rauert, em estilo germânico, tem sua demolição solicitada pelos herdeiros	Necessidade de Leis mais atuantes na proteção do patrimônio de importante valor cultural	denúncia da negligência de políticas mais atuantes para salvaguarda o patrimônio
O Conselho diz que se Itajaí pretende enfatizar o turismo, casas com esta (casa Rauert) deverão ser preservada, pois é uma atração importante a ser mostrada	Importância da preservação e manutenção dos bens culturais para o desenvolvimento do turismo	denúncia da negligência de políticas preservacionistas, que limitam o desenvolvimento de áreas (turismo) vinculadas ao patrimônio
O Museu Histórico de Itajaí é um grande ponto turístico chegando a receber cerca de mil turistas por mês	Importância de utilizar o patrimônio agregando valor ao turismo	consciência da valorização do patrimônio local
O Conselho foi procurado por movimentos comunitários, artísticos e pessoas diversas manifestando-se sobre o tombamento da casa Rauert	Interesse da comunidade em tomar a casa Rauert	consciência da comunidade na preservação do patrimônio construído
Pintura da Igreja Matriz executada de forma inadequada pelo pintor	intervenção executada de forma inadequada	denúncia de negligência na manutenção do patrimônio
Faltam providências baseadas na legislação Municipal para dar início a um processo de tombamento da casa Rauert	Legislação limitada para alguns casos mais específicos	denúncia da negligência de políticas mais atuantes na salvaguarda do patrimônio
Denúncia de vizinhos e da Secretaria de Desenvolvimento Social sobre o abrigo de indigentes e menores abandonados favorece a demolição da Casa Rauert	O transtorno causado na edificação favorece sua demolição	denúncia da negligência de políticas mais atuantes na salvaguarda do patrimônio
Questionado o valor histórico da preservação da Casa Rauert, pois, no estado em que se encontra a recuperação torna-se difícil.	A dificuldade em recuperar a edificação desfavorece a valorização do bem para o local	denúncia da negligência de políticas preservacionistas mais atuantes na salvaguarda do patrimônio
Desinteresse por parte da comunidade e de empresários local em negociar o imóvel casa Rauert, devido ao alto preço do terreno e da restauração do imóvel	A limitação de verba pública destinada ao patrimônio histórico e cultural inviabiliza a negociação do imóvel	denúncia da negligência de políticas preservacionistas mais atuantes na salvaguarda do patrimônio
Moradores e visitantes reclamam da falta de pessoas que possam contribuir com informações para atender ao turismo e falar da história do Município na Fundação Cultural	Interesse dos moradores e visitantes em ter acesso a informações da história local	consciência comunitária da importância da história de um povo
A demora da justiça com o processo de tombamento da casa Asseburg compromete a preservação do imóvel	Comprometimento do patrimônio pela lenta aplicação da legislação que assegurar a proteção	denúncia de negligência com o patrimônio

Continuação

Continuação

Revisão da Lei 2.038 de 23/12/82 devido a pontos conflitantes com a Lei 3.198 de 05/09/97 que cria o Conselho Municipal de Itajaí e se interpõe na Lei 2.037	Necessidade de revisar e alterar Leis que apresentam conflitos e interposições	consciência de alterações legais para salvaguardar o patrimônio
A colocação de placas comerciais em lugares indevidos que fere as Leis 2.734/92 e 2.037/82 será fiscalizada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Urbano com medidas de intimação e atuação dos infratores	interesse de trabalho em conjunto das Secretarias Municipais na aplicação e fiscalização da legislação em áreas de bens tombados	consciência do Poder Público com a preservação do patrimônio cultural
Em dois anos de atividades foram tomadas iniciativas, nunca antes feitas em Itajaí, de tombamento através de processos discutidos em Conselho	comprometimento com o processo de tombamento do Patrimônio Histórico no Município de Itajaí	consciência do poder público com base na legislação em salvaguardar o Patrimônio Histórico do Município de Itajaí
O Conselho contribui para a proteção dos bens tombados, tendo ainda muito o que fazer para a preservação de imóveis antigos e paisagísticos que servirão de memória para a cidade	interesse na preservação e a manutenção do patrimônio vai assegurar a memória viva da cidade	consciência em preservar a memória do município
A casa Agostinho Alves Ramos apresenta piso superior do prédio demolido e alteração em toda sua fachada, ficando apenas algumas paredes da casa que deu origem ao centro urbano de Itajaí	Intervenção irregular na casa Agostinho Alves Ramos, edificação que originou o centro urbano de Itajaí	denúncia de negligência na manutenção do patrimônio
O Município de Itajaí é o primeiro no país a adotar identificação com uma placa em braile dos edifícios tombados pelo município	responsabilidade social na acessibilidade ao deficiente visual no patrimônio histórico edificado	consciência em tornar o patrimônio local acessível
Com 250 assinaturas os alunos do curso de Arquitetura e Urbanismo solicitam ao Conselho providências em relação a proteção da casa Rauert	Interesse da comunidade em tombamento o patrimônio edificado casa Rauert	consciência da comunidade na preservação do patrimônio construído
Convênio entre o curso de arquitetura e urbanismo e o Departamento de Patrimônio Histórico e Cultural promovendo levantamentos e projetos necessários para restauro e revitalização dos imóveis protegidos ou não por tombamento	interesse na revitalização dos imóveis protegidos ou não por tombamento	consciência do Poder Público em preservar o patrimônio cultural protegido ou não por tombamento

Continuação

Continuação

O representante da igreja católica em Itajaí colocou em dúvida a legitimidade do Conselho reconhecendo apenas a Fundação Catarinense como a responsável pelos imóveis protegidos por tombamento em Itajaí	Incredulidade do representante da igreja católica de Itajaí quanto a legitimidade do Conselho Municipal do Patrimônio Cultural de Itajaí	divergência de poder
Utilização da câmara de vereadores de Itajaí para explanar sobre o que é o Conselho de Patrimônio, tendo em vista que nem todos os vereadores o conhecem	Falta de conhecimento da importância dos órgãos envolvidos e da legislação de proteção ao patrimônio por alguns membros do poder público	negligência de políticas públicas preservacionistas
O conselho menciona alguns imóveis que já foram derrubados ou sofreram interferências devido ao crescimento da cidade e a preocupação em preservar os que ainda restam devido a mudanças que ocorrem na cidade pela ampliação do cais do Porto	O rápido desenvolvimento da cidade sem planejamento adequado pode levar a interferência ou demolição do patrimônio edificado	denúncia da negligência de Legislação que protege áreas históricas
Colocação de letreiros na cidade causam poluição visual em edifícios comuns e protegidos, ferindo o artigo 21, "efeitos do tombamento"	falta de compromisso com o patrimônio causa poluição visual	denúncia de negligência com o patrimônio histórico
Proprietário da casa Konder alega interesse em projetos culturais, embora não tenha apresentado nada de concreto	Interesse do proprietário ao negociar a utilidade cultural do bem	Conflito de interesse comum (preservar o patrimônio) prejudicado pelo interesse individual (negociar o espaço)
É necessário manter uma ideia forte de cidade que não se baseie no crescimento desordenado em prol da expansão imobiliária	influência da especulação imobiliária prejudica a proteção do patrimônio histórico	denúncia da negligência de legislação incipiente em áreas de preservação histórica
Desrespeito com que a igreja trata o patrimônio, embora haja recomendação do Vaticano para proteção e preservação das igrejas, de seu mobiliário e imagens	Desinteresse do representante da igreja em trabalhar em conjunto com os órgãos competentes	divergência de poder
Importância na restauração e manutenção dos bens e do meio ambiente para promover o turismo	Necessidade de preservar para trabalhar tipos de segmentos	consciência de preservar para agregar valor cultural ao turismo
O bem que seria tombado conhecido como Casa Bernardes, ocorreu sua derrubada sem uma prévia discussão, devido a construtora que irá edificar prédio naquele local	influência da especulação imobiliária	denúncia da negligência de legislação incipiente em áreas de preservação histórica

Continuação

Continuação

Importância de se criar uma logística cultural, incentivando o turismo na cidade	interesse em direcionar o mercado para desenvolver o turismo cultural	consciência de preservar e valorizar o patrimônio para atrair visitantes
Promover audiências públicas, ampliando a participação popular	Necessidade da opinião da população	consciência da comunidade na preservação do patrimônio
Preservar as instalações da Fábrica de Papel Itajaí para desenvolver o turismo regional	interesse de preservar o patrimônio para segmentar o turismo cultural na região	consciência do Estado em preservar o patrimônio para agregar valor ao turismo na região
Notificação de tombamento do território Sebastião Lucas como território negro, além da discussão que uni o patrimônio material com o imaterial	interesse em valorizar e preservar os bem imaterial por estar diretamente ligado ao bem material	consciência do poder público em valorizar o patrimônio imaterial preservando-o
Proprietário solicita autorização para demolição da casa do coelho	falta de interesse do proprietário em preservar o patrimônio para futuro tombamento	denúncia de negligência na preservação do patrimônio
O Conselho propõe preservar a estátua do Coelho colocando-o em praça pública e não tombá-lo	Interesse do Conselho em preservar a estátua do coelho	consciência do poder público em valorizar o patrimônio material
Comunidade pressiona o tombamento de toda a área da Vila da Fábrica de Cimento, mesmo que existam pessoas da comunidade que também não queiram	influência de pessoas da comunidade no tombamento da Vila da Fábrica de Cimento	denúncia de conflito de valores

APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS

SÍNTESE DO DSC

O Estado é consciente da necessidade de mudanças nas atuações das políticas públicas e dos órgãos competentes, por meio de alterações legais para a conservação e preservação do patrimônio protegido ou não, por tombamento, quer seja ele de valor histórico e cultural, material ou imaterial.

Outra questão importante percebida nesse processo está relacionada ao desenvolvimento do turismo cultural, por depender da conservação do patrimônio local. Tornar esse patrimônio acessível é um meio de agregar valor ao turismo e atrair visitantes para a cidade e para a região.

A salvaguarda do patrimônio em alguns momentos causa divergência de interesses entre o Poder Público e os proprietários das edificações, pois o tombamento impossibilita uma futura venda ou negociação do terreno e do imóvel. Para a comunidade local o patrimônio cultural de Itajaí deve ser preservado pelo valor histórico e afetivo que representa para a memória do seu povo.

Livros Grátis

(<http://www.livrosgratis.com.br>)

Milhares de Livros para Download:

[Baixar livros de Administração](#)

[Baixar livros de Agronomia](#)

[Baixar livros de Arquitetura](#)

[Baixar livros de Artes](#)

[Baixar livros de Astronomia](#)

[Baixar livros de Biologia Geral](#)

[Baixar livros de Ciência da Computação](#)

[Baixar livros de Ciência da Informação](#)

[Baixar livros de Ciência Política](#)

[Baixar livros de Ciências da Saúde](#)

[Baixar livros de Comunicação](#)

[Baixar livros do Conselho Nacional de Educação - CNE](#)

[Baixar livros de Defesa civil](#)

[Baixar livros de Direito](#)

[Baixar livros de Direitos humanos](#)

[Baixar livros de Economia](#)

[Baixar livros de Economia Doméstica](#)

[Baixar livros de Educação](#)

[Baixar livros de Educação - Trânsito](#)

[Baixar livros de Educação Física](#)

[Baixar livros de Engenharia Aeroespacial](#)

[Baixar livros de Farmácia](#)

[Baixar livros de Filosofia](#)

[Baixar livros de Física](#)

[Baixar livros de Geociências](#)

[Baixar livros de Geografia](#)

[Baixar livros de História](#)

[Baixar livros de Línguas](#)

[Baixar livros de Literatura](#)
[Baixar livros de Literatura de Cordel](#)
[Baixar livros de Literatura Infantil](#)
[Baixar livros de Matemática](#)
[Baixar livros de Medicina](#)
[Baixar livros de Medicina Veterinária](#)
[Baixar livros de Meio Ambiente](#)
[Baixar livros de Meteorologia](#)
[Baixar Monografias e TCC](#)
[Baixar livros Multidisciplinar](#)
[Baixar livros de Música](#)
[Baixar livros de Psicologia](#)
[Baixar livros de Química](#)
[Baixar livros de Saúde Coletiva](#)
[Baixar livros de Serviço Social](#)
[Baixar livros de Sociologia](#)
[Baixar livros de Teologia](#)
[Baixar livros de Trabalho](#)
[Baixar livros de Turismo](#)